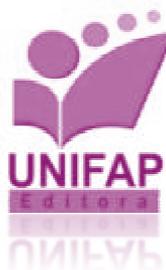


Alaan Ubaiara Brito
Cris Evelin da Costa Dalmácio
Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões
(Organizadores)

TEXTOS DE:

Lourrene de Cássia Alexandre Maffra
Luana Cristina Sabatinga da Rocha
Carina Santos de Almeida
Alexandre Gomes Galindo
Anderson Igor Leal Costa
Alexandre Luiz Rauber
Leônia Ramos Oliveira
Lilia Ramos Oliveira
Manoel Oliveira Cabral
Rosiane Corrêa dos Santos
Gustavo Jordan Ferreira Alves
Marcos Vinícius de Freitas Reis
Pablo Sebastian Moreira Fernandez

CIÊNCIAS HUMANAS:
RESULTADOS DOS
PROJETOS DE
INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ
(2012-2016)



Alaan Ubaiara Brito
Crís Evelin da Costa Dalmácio
Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões
(Organizadores)

**CIÊNCIAS HUMANAS: RESULTADOS DOS
PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
(2012-2016)**

Copyright © 2017, Autores

Reitora: Prof.^a Dr.^a Eliane Superti
Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Adelma das Neves Nunes Barros Mendes
Pró-Reitora de Administração: Wilma Gomes Silva Monteiro
Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Msc. Allan Jasper Rocha Mendes
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Emanuelle Silva Barbosa
Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof.^a Dr.^a Margareth Guerra dos Santos
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.^a Dr.^a Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões
Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Dr. Rafael Pontes Lima
Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais: Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá
Tiago Luedy Silva

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá
Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Ana Paula Cinta	Luís Henrique Rambo
Artemis Socorro do Nascimento Rodrigues	Marcus André de Souza Cardoso da Silva
César Augusto Mathias de Alencar	Maria de Fátima Garcia dos Santos
Claudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala	Patricia Helena Turola Takamatsu
Daize Fernanda Wagner Silva	Patrícia Rocha Chaves
Elinaldo da Conceição dos Santos	Robson Antônio Tavares Costa
Elizabeth Machado Barbosa	Rosilene de Oliveira Furtado
Elza Caroline Alves Muller	Simone de Almeida Delphim Leal
Jacks de Mello Andrade Junior	Tiago Luedy Silva
Jose Walter Cárdenas Sotil	

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B862c Ciências Humanas : resultados dos projetos de iniciação científica da Universidade Federal do Amapá (2012-2016) / Organização de Alaan Ubaiara Brito, Cris Evelin da Costa Dalmácio e Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões. – Macapá : UNIFAP, 2017.
162 p. : il.; 210x280mm.

ISBN: 978-85-62359-65-1

1. Ciências Humanas. 2. Geografia. 3. Cartografia. 4. Estado. I. Brito, Alaan Ubaiara. II. Dalmácio, Cris Evelin da Costa. III. Simões, Helena Cristina Guimarães Queiroz. IV. Fundação Universidade Federal do Amapá. V. Título.

CDD 910

Capa, Editoração e Diagramação: Fernando Castro Amoras

Editora da Universidade Federal do Amapá
Site: www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br | Telefone (96) 4009-2801
Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, bairro Universidade, Macapá-AP, CEP: 68.903-419

Todos os textos publicados neste livro foram reproduzidos de cópias fornecidas pelos autores. O conteúdo dos mesmos é de exclusiva responsabilidade de seus autores. Os organizadores não se responsabilizam por consequências decorrentes de uso de quaisquer dados, afirmações e opiniões inexatas (ou que conduzam a erros) publicados neste livro. É permitida a reprodução parcial ou total dos textos, desde que seja citada a fonte.

SUMÁRIO

Apresentação	05
HELENA CRISTINA GUIMARÃES QUEIROZ SIMÕES	
A FAO e o combate à fome e à insegurança alimentar na Amazônia	07
GUSTAVO JORDAN FERREIRA ALVES & LOURRENE DE CÁSSIA ALEXANDRE MAFFRA	
As paisagens urbanas na trajetória e vivência de um estudante acadêmico que utiliza o transporte público na cidade de Macapá (AP)	27
ROSIANE CORRÊA DOS SANTOS & PABLO SEBASTIAN MOREIRA FERNANDEZ	
Atuação do serviço de proteção aos índios entre os povos indígenas de Oiapoque	41
LEÔNIA RAMOS OLIVEIRA & LILIA RAMOS OLIVEIRA & CARINA SANTOS DE ALMEIDA	
Elaboração de bases cartográficas e mapas temáticos como suporte a pesquisa geográfica no município de Oiapoque/AP	67
LUANA CRISTINA SABATINGA DA ROCHA & ALEXANDRE LUIZ RAUBER	
Participação no processo de elaboração do plano plurianual de Macapá-AP (2014-2017): uma análise exploratória e preliminar sobre a ótica dos atores sociais	81
MANOEL OLIVEIRA CABRAL & ALEXANDRE GOMES GALINDO	
Um estudo das paisagens urbanas de Macapá-AP a partir de cartografias pessoais	113
ROSIANE CORRÊA DOS SANTOS & PABLO SEBASTIAN MOREIRA FERNANDEZ	
Uma análise sobre a identidade do grupo AmaPagão em Macapá	135
ANDERSON IGOR LEAL COSTA & MARCOS VINÍCIUS DE FREITAS REIS	

APRESENTAÇÃO

Apresentamos, nesta coletânea, trabalhos de Iniciação Científica (IC) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), divididos em diferentes áreas do conhecimento, resultantes de projetos de pesquisa realizados entre os anos de 2012 a 2016.

A Iniciação Científica inaugura a inserção do jovem cientista no mundo da pesquisa. Ao percorrer, com o suporte de um(a) orientador(a), as experiências do processo investigativo, o ingressante na IC apreende/compreende novos conceitos e referências, metodologias específicas, formato próprio de escrita, atividades de campo e em laboratórios, participação em eventos científicos, dentre tantas outras atuações.

Na UNIFAP, os primeiros bolsistas de iniciação científica foram contemplados por meio de um edital divulgado em 2005, resultando em 17 ingressantes. No ano seguinte, em 2006, já regidos pelas normas do Programa de Iniciação Científica da UNIFAP - PROBIC, foram oferecidas outras 15 bolsas, somadas a 10 cotas provenientes do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Gradativamente a iniciação científica seguiu consolidando-se e, em 2010, fora aprovado o Programa de Iniciação Voluntária (PROVIC), que regulamentou a atuação de alunos que desenvolviam ou tinham interesse em desenvolver atividades de pesquisa, ainda que sem aporte de bolsas. Naquela oportunidade, foram selecionados 25 voluntários de IC.

No ano de 2012, apoiados pelo CNPq, ofertamos, pela primeira vez, bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC/EM) e bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI).

Em 2016, a UNIFAP comemorou 10 anos promovendo, ano a ano, eventos cujo objetivo era divulgar os resultados das pesquisas de Iniciação Científica que, apesar de diferentes denominações como Seminário, Congresso ou Jornada, as principais características destes momentos foram a aproximação das instituições de pesquisa no Amapá, com a participação da UEAP, IEPA, Embrapa e IFAP, além da crescente inserção dos alunos com um nível cada vez mais elevado de qualidade dos trabalhos.

Em 2017, os números demonstram que os Programas de Iniciação Científica da UNIFAP e do CNPq ampliaram-se, e, hoje, são responsáveis pela consolidação da cultura científica entre os jovens no Estado do Amapá. Atualmente, temos 41 bolsistas PROBIC/UNIFAP; 46 bolsistas PIBIC/CNPq; 02 bolsistas PIBITI/CNPq; 05 bolsistas PIBITI/UNIFAP e 17 bolsistas PIBIC/EM/CNPq.

Em comemoração aos 11 anos das atividades de Iniciação Científica na Universidade Federal do Amapá surgiu a ideia de publicar este livro, que reúne resultados dos projetos de IC desenvolvidos entre 2012-2016. Os livros apresentam pesquisas em diferentes áreas, a saber: Ciências da Saúde, com 17 capítulos; Ciências Biológicas, com 14 capítulos; Educação e Linguística, com 10 capítulos; Ciências Humanas, com 07 capítulos; e Ciências Exatas, com 06 capítulos.

A ciência nasce da inquietação e da coragem. Estes ingredientes vêm mudando o mundo, global e localmente, cujo fim maior é o desenvolvimento da humanidade, com respeito ao meio ambiente e equilíbrio intergeracional. Os trabalhos que ora apresentamos propõem-se alcançar este objetivo e estimular outros jovens a produzir novos conhecimentos.

Macapá-AP, março de 2017.

Helena Cristina Simões

A FAO E O COMBATE À FOME E À INSEGURANÇA ALIMENTAR NA AMAZÔNIA

Gustavo Jordan Ferreira Alves¹

Lourene de Cássia Alexandre Maffra²

RESUMO: Na Amazônia, encontram-se realidades contraditórias em relação a sua reconhecida riqueza natural. Neste artigo, procuramos abordar a problemática da insegurança alimentar e agricultura familiar como uma destas realidades contraditórias, enfatizando os desafios enfrentados na região. Incluímos na discussão a atuação das organizações internacionais, procurando mensurar sua capacidade de influenciar nos diálogos que visam encontrar soluções para esta problemática. De forma inovadora, trouxemos esta discussão para a área das Relações Internacionais, fornecendo novas visões para uma temática constantemente relacionada unicamente às responsabilidades estatais. Tentamos, portanto, clarificar os benefícios que este debate pode fornecer na criação de perspectivas para a Amazônia.

Palavras-Chave: FAO, Amazônia, Segurança Alimentar, Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia, uma das regiões de maior biodiversidade do mundo, apresenta alguns problemas que passam despercebidos pela maioria dos estudiosos. A proposta aqui presente é discutir uma destas problemáticas: a segurança alimentar nas comunidades da Amazônia.

Contradição preocupante entre os povos amazônicos, a ausência de condições de acesso a alimentos básicos em quantidade e qualidade satisfatórios está atrelada a uma das modalidades de agricultura mais importantes no acesso à alimentação básica, mas que por outro lado, não recebe devida atenção por sua importância: a agricultura familiar. Aspecto de fundamental importância no desenvolvimento social da região, os desafios e possíveis soluções da insegurança alimentar estão em primeiro plano nesta discussão.

Apesar da origem destas problemáticas não serem atuais, a abordagem aqui utilizada é de certo modo recente, pois procura incluir um organismo internacional como agente capaz de influenciar em uma questão social brasileira. Neste sentido, a Organi-

¹ Foi participante do Programa de Iniciação Científica Voluntária (PROVIC/UNIFAP), vigência 2013-2014.

² Orientadora de iniciação científica. Professora do Curso de Relações Internacionais da UNIFAP.

zação das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês para *Food and Agriculture Organization*) também é colocada em primeiro plano, considerando que a mesma tem uma importância crucial no combate à insegurança alimentar em todo o mundo.

Neste sentido, os objetivos traçados nesta discussão estão em demonstrar a importância da referida agência dentro da temática, demonstrando seu histórico de atuação nas últimas décadas, especificamente em relação a sua ação no Brasil. Posteriormente, é possível apresentar um panorama da insegurança alimentar e da agricultura familiar no Brasil, em especial na Amazônia, envolvendo suas causas, consequências e soluções encontradas. Soluções estas que ganharam destaque internacional e são exportadas para outros países.

Não menos importante é a reflexão sobre a FAO, que desde 2012 tem como diretor-geral o brasileiro José Graziano da Silva, como organismo internacional de valiosa importância na construção de um novo horizonte para estes povos da Amazônia. Saindo de um lugar comum que atrelaria o debate da segurança alimentar unicamente às responsabilidades estatais, esta discussão também tenta trazer uma visão diferenciada para a temática através do auxílio que o campo das Relações Internacionais pode proporcionar.

2 METODOLOGIA

A metodologia que utilizamos foi amplamente pautada na análise qualitativa através de pesquisa em materiais escritos diversos que possuem como conteúdo os escritos básicos acerca da forma de funcionamento da FAO, bem como seus programas em escala nacional e internacional. Em geral, muitos destes conteúdos trataram-se de materiais provenientes da própria agência e de outras agências da ONU, assim como de organismos governamentais brasileiros e *think tanks*.

Utilizamos também material independente destes organismos e que possuem uma visão que ofereça suporte à narrativa oficial ou que critique os programas traba-

lhados. Desta forma, foi possível fazer uma análise mais completa através da ponderação entre as argumentações que suportam estes programas e aquelas que possuem dúvidas em relação aos mesmos.

Por fim, foram utilizadas também referências bibliográficas que ofereciam suporte para se analisar a temática aqui trabalhada através de teorias das Relações Internacionais através de referências em autores respeitados dentro das abordagens que foram utilizadas.

3 RESULTADOS

3.1 ATUAÇÃO DA FAO NO BRASIL E A QUESTÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

A agricultura familiar é uma das áreas de maior importância na garantia da segurança alimentar das populações carentes no Brasil. Quando se trata da Amazônia, este segmento da agricultura ganha ainda mais importância ao se considerar que em seus estados se encontram alguns dos índices mais alarmantes de insegurança alimentar do país.

No contexto histórico, a ação da FAO desde a sua criação na década de 1940, vem modificando sua abordagem em relação aos seus programas de combate à fome no mundo. A efetiva presença da organização no Brasil se deu a partir da década de 1950, com projetos relacionados à pesca e à produção animal, sequer havendo uma representação da FAO no país, o que apenas viria a ocorrer em 1979. Neste sentido, vários foram os obstáculos enfrentados para colocar a discussão da fome no mundo em uma pauta de destaque nas discussões políticas nacionais e internacionais.

No contexto nacional, até a década de 1980 prevalecia no Brasil, e em muitos outros países latino-americanos, o chamado modelo desenvolvimentista cujo principal objetivo era o investimento pesado na indústria nacional com fins de efetuar a substituição de importações, o que se somava a altas barreiras nas taxas de importação. Co-

nhecida internacionalmente como *Import Substitution Industrialization* (ISI), dificilmente tal tipo de política priorizaria questões fundiárias e outras problemáticas propagadas pela FAO naquele período. De qualquer forma, surgiam neste momento as primeiras ações de cooperação entre governo federal e FAO, sendo evidência deste fato o estabelecimento do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (Prodepef) responsável pela identificação de centenas de espécies vegetais na Amazônia. Outro fruto deste projeto seria a criação de um ramo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com a mesma proposta da Prodepef. (FAO, 2009)

Em relação à política internacional, as questões ligadas à economia e às estratégias militares eram o principal foco no referido período, ofuscando as outras diversas temáticas no debate das relações internacionais. Mesmo com todos estes obstáculos, a FAO já era uma agência respeitada da ONU que promovia de forma inédita um acervo que abrangia conhecimentos técnicos e propostas políticas que passaram a influenciar nas discussões relacionadas à alimentação no mundo. Ganha destaque também, a presença de Josué de Castro na FAO, autor de “Geografia da Fome”, como diretor do Conselho da mesma. Durante o período em que exerceu esta função (1952-1956), o pensador brasileiro tinha como principal ambição a criação de uma reserva internacional de alimentos, onde o excedente produzido em países ricos serviria de socorro aos países com necessidades.

Os projetos de maior impacto do organismo no Brasil começaram a surgir a partir da década de 1990, entre eles, o Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (Pronager) é um dos destaques, apresentando uma proposta relacionada ao combate do desemprego em zonas urbanas e rurais, bem como o fortalecimento da economia e organização social em um nível comunitário. Ainda nesta década, surgiria o Produzir Amazônia, como uma espécie de substituto do Pronager, sendo que a FAO responsabilizava-se por gerir o dinheiro público investido no projeto, que neste caso priorizava pequenos agricultores. A responsabilidade pelo programa também era da Superintendência da Amazônia (Sudam) que monitorava a sua aplicação nos módulos

pré-estabelecidos. O Produzir Amazônia esteve presente em todos os estados da Amazônia Legal, tendo uma longa duração (1995-2010).

Embora haja já um considerável histórico de cooperação entre o organismo e o governo brasileiro, ainda estaria por vir o programa de maior destaque nesta relação. Em 2003, José Graziano, durante o governo Lula da Silva, seria responsável pela implantação do programa Fome Zero que logo seria tido como um modelo para a FAO. O destaque que esta organização dava para o programa se motivava pela agilidade do governo federal em “ampliar a capacidade de produção e/ou aquisição de alimentos para toda a população que padece de insegurança alimentar” bem como ao mesmo tempo acionar “instituições, políticas e programas que enfrentem as causas complexas e subjacentes da sua vulnerabilidade em relação à fome, à desnutrição e à insegurança alimentar.” (FAO, 2006, p. 11).

Neste sentido, o programa Fome Zero seria para a FAO um projeto que estabeleceria soluções de curto prazo para a problemática da fome, assim como medidas de longo prazo através do enfrentamento de problemas conjunturais por parte das instituições governamentais. Esta capacidade de aliar tanto ações de caráter emergencial quanto ações que tenham resultados no futuro é chamado pelo organismo de *twin track approach*³, uma das principais recomendações da agência. Aliados a esta capacidade, estariam os custos de um programa como este para os cofres públicos, o que em 2006 representou 1% do orçamento nacional brasileiro.

Para a FAO, isto quer dizer que cada participante do projeto no Brasil gera um custo de 25 centavos de dólar por dia, ou seja, para o organismo a manutenção de tal projeto mesmo em países com uma economia inferior a brasileira seria totalmente viável. O Fome Zero tornou-se, posteriormente, um modelo a ser exportado para países africanos através da cooperação com o governo brasileiro. Mesmo com os aspectos positivos, o organismo sempre ressaltara que a transferência de renda não deveria ser

³ Para a FAO, é necessário a existência de uma “dupla” (*twin track*) no combate à fome. Esta dupla seria formada pelas intervenções emergenciais para aqueles lugares que sofrem com a fome e também pelas intervenções que sejam de médio e longo prazo, na qual devem envolver a conjuntura estrutural da problemática.

a única arma de combate à insegurança alimentar. A capacitação profissional, a geração de empregos e a reforma agrária também seriam fundamentais nesta discussão. (FAO, 2006)

É visível então a evolução da presença brasileira na agenda deste organismo, sendo em primeiro momento um receptor de conhecimentos provenientes de uma organização internacional e em segundo momento colocando seu conhecimento à disposição do organismo para a criação de projetos semelhantes aos nacionais em outros países da América Latina e África. Atualmente o *Zero Hunger* é uma das principais bandeiras levantadas pela organização.

Em todos estes projetos e casos de cooperação entre FAO e governo brasileiro, pouco se abordou a questão da agricultura familiar até agora. Entretanto, ambos os lados reconhecem cada vez mais a importância deste modelo de atividade rural para a garantia da segurança alimentar em locais que sofrem com a fome. Mesmo com os desafios enfrentados pela agricultura familiar, esta foi responsável em 2006 por 38% da produção agrícola nacional, segundo dados do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). No mesmo ano, esta modalidade também representava 74% da mão de obra rural no Brasil. Pesa ainda o fato de que o tipo de cultivo feito nesta modalidade está voltado para alimentos como o milho, a mandioca e o feijão, enquanto os grandes latifúndios voltam sua produção para a monocultura de grãos que serão importados.

O fato de a FAO considerar o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF 2014), simbolizou o reconhecimento da importância desta modalidade de agricultura. Entender os desafios enfrentados pelos povos da Amazônia no combate à fome e à qualidade dos alimentos que consomem, está diretamente ligado à valorização das famílias de agricultores que tiveram suas atividades prejudicadas em parte por políticas públicas mal elaboradas para a região. A frágil presença do estado como agente que garanta os direitos básicos dos seus cidadãos em certas localidades da Amazônia permite que um organismo internacional seja um interessante meio de

transmissão dos problemas enfrentados por estas populações. Mais ainda, agências como a FAO tem um potencial de mobilização tanto do poder público quanto da sociedade civil na elaboração de projetos para estas questões.

Na Amazônia, paira uma contradição onde prevalece um dos meio ambientes de maior biodiversidade do planeta, ao mesmo tempo em que seus estados tem alguns dos mais altos índices de insegurança alimentar do país. Se for considerada a Amazônia Legal, Maranhão lidera o ranking de insegurança alimentar com um índice de 70% entre a sua população, seguido do estado de Roraima com 68%, as mais altas taxas do país em 2009. Neste contexto, o Amapá e Pará também apresentam índices acima da média nacional, que no referido período era de 34,8%. (SILVA & MESQUITA, 2009)

Demonstrada a evolução na cooperação da FAO com o governo brasileiro, bem como a atual influência da *expertise* nacional nos projetos conduzidos pela referida organização, é possível concentrar a atenção nas dificuldades enfrentadas pelos povos da Amazônia no que tange ao acesso a alimentos de qualidade. Neste sentido, a principal proposta de discussão está relacionada à capacidade que este organismo internacional tem de influenciar na resolução destas questões naquela região. É possível ter uma compreensão inicial do nível de condução de projetos que porventura esta agência esteja executando na região, também sendo possível mensurar qual o potencial da mesma que pode ser explorado para trazer benefícios para a Amazônia.

3.2 A PROBLEMÁTICA DA FOME NA AMAZÔNIA E NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Além dos índices alarmantes anteriormente apresentados acerca da insegurança alimentar na Amazônia Legal, há também que se considerar que poucas são as pesquisas que tratam do impacto desta condição nas populações carentes que ali residem. Isto faz com que a fome invisível, ou seja, a má nutrição de indivíduos, principalmente crianças, seja uma questão quase desconhecida nesta conjuntura.

O Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) constatou no estado do Amazonas que em municípios que não fossem a capital, o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) estava abaixo da média nacional de 0,607 em 2006, havendo como aspecto interessante as variações de acordo com o ecossistema da região. Isto é, em áreas de floresta de várzea, por exemplo, durante os períodos de enchentes, os mecanismos de adaptação dos vegetais às inundações permitem com que os mesmos capturem uma maior quantidade de nutrientes, o que influencia no aumento de peixes na região. É exatamente nestas regiões onde as taxas do IDI apresentam melhoras significativas nas populações ribeirinhas. (INPA, 2007)

O significado deste levantamento indica a necessidade de se considerar a heterogeneidade desta região em relação às diversas características em que vivem suas comunidades quando se trata da implementação de políticas públicas. Outro significado está na própria dificuldade em se encontrar pesquisas que tratem destes aspectos da insegurança alimentar, sendo o levantamento feito pelo INPA, uma amostra de que em diversas localidades da região amazônica suas comunidades podem estar sofrendo com a fome invisível.

Nesta conjuntura, é necessário procurar elementos que possam trazer soluções para que essas populações tenham acesso à alimentação de qualidade. Elemento primordial nesta questão são as mulheres que vivem em zonas rurais, as quais representam 43% da mão de obra nas atividades agrícolas dos países em desenvolvimento. Considerando o segmento feminino no combate à insegurança alimentar na Amazônia, movimentos como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) através das mulheres indígenas já realizaram diversos apelos onde conclamavam a união do segmento em prol de melhorias na defesa de seus direitos e na necessidade de maior apoio técnico na produção agrícola.

Considerando o próprio AIAF 2014, pode-se dizer que o mesmo também representa certo reconhecimento por parte da FAO da importância das mulheres nesta questão. A organização recebeu certas críticas por parte de pesquisadoras brasileiras

como Maria Ignez Paulilo (2013), haja vista que muitas das políticas propagadas pelo organismo eram consideradas de cunho “produtivista” pela autora, já que as mesmas valorizavam uma concepção de que a principal solução considerada para a questão da segurança alimentar estava relacionada estritamente a quantidade produzida de alimentos.

Deste modo, para Maria Ignez a FAO estaria desconsiderando as diversas questões políticas que envolvem a segurança alimentar, o papel das mulheres em atividades domésticas e o pouco acesso que as mesmas possuem em relação aos recursos produtivos. No que tange às questões políticas, o principal destaque dado pela autora estaria relacionada ao incentivo à produção de *commodities* no país, prevalecendo os interesses do mercado na produção agrícola. Neste sentido, a FAO estaria ignorando todos estes aspectos e apenas considerando o potencial de participação feminina nas atividades agrícolas, já que para o organismo as mulheres seriam uma mão de obra ociosa que poderia ser acionada para esta atividade.

Tão importante quanto a segurança alimentar, estaria a ideia de soberania alimentar neste contexto, o que representaria a possibilidade de um povo definir suas próprias políticas alimentícias, protegendo aqueles produtos primários que sejam necessários, assim como regulando o mercado nacional, para conseguir alcançar metas de desenvolvimento sustentável. No centro da questão, estaria o predomínio de uma produção subordinada ao mercado onde os países subdesenvolvidos dariam prioridade aos cereais demandados internacionalmente e comprariam alimentos para o consumo de sua população. Nesta inversão de prioridades, em momentos de baixa demanda destes cereais os países pobres teriam pouco poder aquisitivo para comprar alimentos de necessidade básica. (PAULILO, 2013)

O que se observa então é um fenômeno em que certos países do sul tem poucas condições de autonomia em decidir suas prioridades nesta temática. O Brasil também é afetado por esta situação, mesmo que não seja de maneira tão intensa como no caso dos países africanos, por exemplo. Evidência desta influência do mercado internacio-

nal na definição de prioridades na produção de alimentos pode ser observada na própria Amazônia Legal: em 2000 a produção de arroz era de aproximadamente 1800 toneladas, diminuindo para 1300 cinco anos depois, enquanto a produção de soja em estados como Mato Grosso aumentariam de forma significativa.

A valorização necessária da agricultura familiar tanto no âmbito nacional quanto internacional através da tentativa da FAO em intensificar o debate em torno desta forma de agricultura, trata também da importância das mulheres no combate à fome, o que é necessário ser trazido ao debate no AIAF. Em relação às políticas públicas que alcançam a região amazônica no que trata à agricultura familiar, muitos dos programas de governo que ganham destaque também tem abrangência nacional, entre eles o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que faz parte do Fome Zero e tem a agricultura familiar como elemento central na sua execução.

O PAA apoia a comercialização de produtos alimentícios provenientes das famílias de agricultores, comprando tais produtos destas famílias para formar estoques ou então doar para comunidades carentes. Mas qual seria a definição de Agricultura Familiar? De acordo com Wanderley (1999), se trata de quando uma família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, também executa o próprio trabalho naquele estabelecimento rural. Dentro do PAA, a execução das compras destas famílias ocorrem através de órgãos governamentais como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) bem como pelas próprias prefeituras dos municípios. Dependendo de certos alimentos, os mesmos podem ter seu preço estabelecido pelo Grupo Gestor Interministerial do PAA, o que reuniria uma série de outros órgãos para tratar desta questão.

Dentro da burocracia existente para com o processo de compra destes alimentos, é importante ressaltar que o limite de produtos que podem ser comprados de cada família está em dois valores: até 8 mil reais e até 4,8 mil reais, de acordo com o mecanismo de compra, sendo que estes valores são reajustados com certa periodicidade. O mecanismo de compra chamado de "Compra da Agricultura Familiar com Doação

Simultânea” é o mais importante, pois não restringe a compra em um determinado alimento, permitindo com que se tenha acesso a produtos de origem agrícola, pecuária e extrativa.

O PAA tem influenciado na manutenção de uma agricultura que foque o policultivo, já que os agricultores através de plantios diferentes podem obter uma renda melhor. O mesmo também revela a valorização de cultivos regionais, se destacando em cada área do país certos tipos de alimentos. Se comparados os produtos regionais adquiridos pelo Conab em 2006 nas regiões norte e sudeste, quase não há semelhanças entre os alimentos produzidos. Na região amazônica, os principais destaques são o açaí, o cupuaçu, a pupunha e a castanha do Brasil.

Este programa contido no Fome Zero é também um dos principais destaques de políticas públicas brasileiras bem avaliadas pela FAO. Seu modelo de funcionamento está sendo exportado para países africanos, onde inicialmente os produtos comprados nas localidades envolvidas eram repassados para as escolas, em um momento de avaliação da execução do programa. O PAA África é um projeto de iniciativa da FAO juntamente com o governo brasileiro, o Programa Mundial de Alimentação (PMA) e o Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional, abrangendo em 2012 cinco países africanos: Etiópia, Malawi, Moçambique, Senegal e Níger, sendo que o investimento no referido ano para o programa foi de 11 milhões de dólares. Embora a sigla da versão africana do projeto seja a mesma da brasileira, o PAA África ganhou o nome de *Purchasing from Africans for Africa*.

Em 2013, ao avaliar os dez anos deste programa, José Graziano (2013) abordou os diversos aspectos positivos do PAA. Considerado pelo diretor-geral como “uma ideia de simplicidade contundente” cujo sucesso ultrapassou as barreiras nacionais, o mesmo ressalta que:

onde a pobreza rural é frequentemente vinculada à inexistência de mercado à agricultura familiar, e a subnutrição infantil predomina, a implantação do PAA é o pulo do gato. Faz diferença, e a diferença aparece em pouco tempo.

Tão importante quanto o PAA no cenário de exportação de conhecimento brasileiro para países com baixos níveis de segurança alimentar, também se encontra a Embrapa que também é atuante no continente africano e em outros países latino-americanos. A atuação da Embrapa no exterior atualmente se baseia na cooperação técnica, na qual muitas das tecnologias desenvolvidas pela empresa são testadas em países pobres, dentro do escopo da cooperação sul-sul. Os trabalhos internacionais da Embrapa são responsabilidade da sua Secretaria de Relações Internacionais que não apenas faz a articulação para a execução destes projetos, como também se responsabiliza pela arrecadação dos recursos financeiros necessários, através de financiadores como governos, instituições e organismos internacionais. (EMBRAPA, 2009)

Alguns dos projetos de destaque da Embrapa no exterior estão em países como Gana, onde há mais de dois milhões de agricultores com propriedades de meio a um hectare, o que geralmente está ligado aos modelos de agricultura familiar e pequenos agricultores. Outro local de atuação é o Mali, o que é mais interessante ainda, pois este país desde 2012 se encontra em uma séria crise política, entretanto, os projetos agrícolas da Embrapa em parceria com os órgãos locais se mantiveram intactos mesmo após a retirada dos técnicos brasileiros, o que demonstra o interesse local na manutenção destas atividades.

O fato de a própria empresa ter acenado com o interesse em continuar com o projeto mesmo com a crise interna, é também um dos motivos de confiança dos agricultores locais em torno da *expertise* brasileira. A ideia de uma parceria horizontal, onde a cooperação ocorre entre países do sul, de modo que os técnicos brasileiros adotem uma abordagem para com os técnicos e agricultores africanos que não seja impositiva, sempre discutindo e moldando o programa de acordo com a necessidade das comunidades locais também é de extrema importância para a continuidade deste tipo de projeto.

Além de Gana e Mali, outro país africano onde a Embrapa está presente é Moçambique, que apresenta, assim como os dois primeiros, um dos piores Índices de De-

envolvimento Humano (IDH) do mundo, sendo o quarto pior. Aqui fica claro a ação da Embrapa de adaptar alguns projetos brasileiros de acordo com as condições ambientais semelhantes às aquelas de cultivos presentes no Brasil. No caso moçambicano, a implantação do ProSavana é um dos projetos mais ambiciosos da empresa agrícola no continente, onde as Savanas do Moçambique são vistas como ambiente semelhante ao cerrado brasileiro, logo tecnologias semelhantes são aplicadas para se iniciar a tentativa de reversão do alto índice de insegurança alimentar entre os grupos familiares moçambicanos (38%).

Os desafios existentes em Moçambique são exemplos das dificuldades encontradas pela Embrapa na África: trata-se de um país importador de alimentos com situação semelhante a do Brasil nos anos 1970 e a condição da agricultura local se encontra em completo atraso sendo que suas atividades agrícolas são baseadas unicamente na própria subsistência de quem produz, havendo poucos excedentes que podem ser comercializados. A construção de uma infra-estrutura básica para atender as demandas internas do país está começando praticamente do zero, logo trata-se de um projeto com resultados a longo prazo. (EMBRAPA, 2013)

Apesar das dificuldades na cooperação, parece que a mesma terá sua continuidade ao se observar o contínuo intercâmbio presente entre técnicos, estudantes universitários e instituições internacionais que trabalham juntas para a condução destes projetos. Em geral, os envolvidos no projeto possuem a confiança em estar deixando um legado positivo para a melhoria dos índices de segurança alimentar naquele local.

4 DISCUSSÕES

4.1 A CONTRIBUIÇÃO DAS DISCUSSÕES TEÓRICAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO COMBATE À FOME E À INSEGURANÇA ALIMENTAR

No primeiro momento da nossa análise, foram feitas considerações onde foi apresentado um contexto geral do Brasil e de certas questões na política internacional,

para então citar o grau em que se encontram os índices da segurança alimentar na Amazônia. Em um segundo momento, fizemos o inverso. Foi apresentada a questão local, para então se fazer um pequeno panorama internacional. Fazer esta abordagem ampliada que envolve diversos projetos em locais distantes do Brasil, pode levar à seguinte pergunta: qual a importância, neste contexto, de todos estes programas fora do país no que tange à problemática local da insegurança alimentar na Amazônia juntamente com o desenvolvimento da agricultura familiar ?

A apresentação de todos estes programas fora do Brasil demonstra, acima de tudo, que ao longo dos anos o país vem desenvolvendo um protagonismo no que tange às questões relacionadas ao combate à insegurança alimentar. Várias evidências foram demonstradas, entre as principais, a exportação de programas públicos nacionais e a condução do principal organismo internacional que trata da temática através de um brasileiro. Deste modo, é possível compreender que tanto o governo federal quanto a FAO apresentam uma grande capacidade de mobilização para a resolução e discussão da problemática da fome.

Feita esta consideração, é necessário compreender os fatores para que este nível de cooperação não seja intensificado na região amazônica, de modo que a agricultura familiar ainda continue a ser vista com certo preconceito e confusão em relação aos antigos modelos de cultivo baseados no chamado *slash-and-burn*⁴, os quais eram insustentáveis para a manutenção do meio ambiente e são vistos erroneamente como prática típica da agricultura familiar. (HURTIENNE, 2005) Não se quer dizer que seja inexistente a presença destes programas, ao contrário, já foi demonstrado as ações do poder público com o PAA na qual beneficia a agricultura familiar. A FAO também está presente tanto através das discussões do AIAF 2014, quanto através de seus projetos de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia (UTF/BRA/082/BRA) e de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

⁴ Conhecida por pesquisadores de fora do Brasil como *slash-and-burn*, a atividade agrícola baseada na derrubada e queima da floresta primária, as quais foram tradicionais entre os povos indígenas em outros tempos, infelizmente esteve associada à agricultura familiar de forma generalizada após a modernização agrícola compulsória na década de 1970.

(UNJP/BRA075/SPA), assim como outras ações.

Entretanto, parece claro a existência de um potencial que ainda não foi totalmente explorado quando se trata de trazer incentivos à agricultura familiar para os povos da Amazônia no combate à insegurança alimentar. A FAO tem um papel singular neste contexto. A sua ação como agente capaz de ressoar as demandas das comunidades que vivem em risco social é possível e pode ser visualizada através da teoria crítica das Relações Internacionais.

Ao tratar da teoria crítica, Andrew Linklater (1998) aborda a noção de Horkheimer acerca da ligação entre conhecimento e poder. Nela, os cientistas, por exemplo, teriam um papel crucial na garantia de melhores condições de vida na sociedade, pois o conhecimento não atrelado ao estado é uma das melhores garantias de que ele não será utilizado apenas em detrimento da manutenção dos interesses estatais. Neste sentido, mesmo que um organismo internacional que invista em pesquisas tenha cooperação com algum governo, as chances de prevalecimento dos interesses contrários àqueles originariamente propostos na agenda de cooperação, quando tal organismo lidera as ações, é muito menor em comparação a um governo que conduzisse sozinho determinado projeto.

Aspecto fundamental a ser considerado e que também foi abordado por Linklater, está relacionado ao fato de que a teoria crítica enfatiza “the human needs and purposes which determine what counts as valuable knowledge” (LINKLATER, 2008, p. 281). O conhecimento dentro de uma sociedade seria incompleto na ausência de um propósito emancipatório. O papel dos cientistas seria então de extrema importância para ficar somente atrelado ao estado. Seria necessário que os mesmos procurassem encontrar soluções para questões sociais priorizando tal conhecimento de caráter emancipatório para certos grupos da sociedade, o que de certo modo é difícil de ocorrer quando tais cientistas se encontram totalmente atrelados aos órgãos oficiais do governo.

Não por acaso, estes aspectos possuem correlação com a noção desta teoria de

que uma concepção é sempre interessante para um determinado indivíduo, sendo necessário conhecer o contexto em que a mesma é criada. Desta forma, é fundamental compreender que muitos dos estudos relacionados à agricultura no país, estão ligados ao seu ramo de maior lucratividade, com desenvolvimento de tecnologias para o cultivo de soja e outros grãos altamente exportáveis. Aos ramos familiares da agricultura, os incentivos caminham de forma lenta, as mulheres, importantes neste segmento, encontram poucas formas de financiamento que lhes permitam obter crédito e os estudos específicos do setor se encontram defasados em certos aspectos, prevalecendo antigos estudos que passam uma visão errônea acerca desta modalidade de agricultura.

Por outro lado, Robert Cox, um dos pioneiros em trazer a escola de Frankfurt para o campo das relações internacionais, mesmo afirmando que as instituições originariamente apresentam como função a estabilização de uma ordem, também acreditava na possibilidade de superar a ordem original e influenciar no surgimento de novas ideias e capacidades materiais. Afirmava também o teórico canadense que as abordagens tradicionais no campo das relações internacionais observavam a dinâmica internacional como imutável, sem se preocupar em encontrar razões para os motivos pelos quais ela havia se estabelecido da forma como se encontra atualmente. (COX, 1981)

Considerado estas contribuições de Cox, é possível notar que a capacidade de propagar um conceito nas relações internacionais, pode gerar um impacto nos demais atores de maneira que lhes traga uma nova perspectiva em relação a uma determinada temática. No que se trata da segurança alimentar e combate à fome no mundo, nenhuma instituição tem mais prestígio na formulação de novas perspectivas do que a própria FAO através de suas longas décadas de atuação.

Trazendo ainda as ideias da teoria crítica para um contexto na qual a FAO seja cada vez mais importante no combate à fome na Amazônia, é possível citar a influência da escola de Frankfurt através de Jürgen Habermas. Na sua teoria da ação comu-

nicativa, Habermas afirmava que o conhecimento e a razão não existem de forma isolada. A racionalidade surge através de um quadro, ou seja, dentro da comunidade, sendo fundamental o diálogo entre todos os indivíduos, onde eles defenderiam suas posições, questionariam outras, etc.

Linklater acreditava que a ética do discurso romperia “the idea of sovereignty which restricts the capacity of outsiders to participate in discourse to consider issues which concern them” (LINKLATER, 2008, p. 294). A própria ideia de cidadania neste sentido poderia ser reconsiderada no momento em que estes “outsiders” procuram participar de maneira efetiva em debates na qual não são ouvidos. Neste sentido, mesmo sendo tais comunidades excluídas membros de um estado soberano, seus direitos básicos não estão sendo atendidos. Isto ocorreria pelo fato de que a ideia moderna de cidadania supõe que todos os cidadãos devam compartilhar da mesma identidade e ter suas especificidades desconsideradas. Deste modo, estaria se considerando somente os direitos da maioria, em detrimento de certas comunidades (como as indígenas, por exemplo) que acabam tendo seus direitos particulares esquecidos.

Neste contexto, é fundamental considerar a capacidade do diálogo, pois como afirmava Payne e Samhat (2004), o consenso deve ser encontrado em um fórum de discussões que deveria ser livre de distorções, como ameaças, segredos e mentiras. Atrelando esta percepção às concepções de Thomas Hurtienne, na qual afirma que o enfoque sobre temática da agricultura familiar na Amazônia necessita estar vinculado a diversos fatores, como os agroecológicos e os socioeconômicos já que as pesquisas atuais são insuficientes, percebe-se que muitas destas ideias defasadas em relação às atividades agrícolas estão relacionadas à exclusão de grupos específicos nas arenas de debate que tratam da questão agrícola e da segurança alimentar.

O que se observa então no plano da Amazônia, é que se ignora existência de aspectos característicos de uma atividade agrícola em uma área de várzea e outra na terra firme, por exemplo, isto é, as especificidades de cada comunidade são ignoradas. O mesmo pesquisador também afirmaria os efeitos de certa ideologia dominante neste

setor:

O veredicto dos modernizadores dos anos 70, como Reis Velloso, e as visões não tão diferentes do Banco Mundial demonstram o enorme peso das noções ideológicas das elites comerciais urbanas amazônicas e a sua visão distorcida de um mundo rural nunca bem entendido. Infelizmente, durante muito tempo, pesquisadores bem-intencionados não conseguiram livrar-se dessa bagagem de um passado colonizador, porque as evidências superficiais do uso do fogo numa agricultura de derruba e queima aparentemente sustentaram essa visão. (HURTIENNE, 2005, p. 62)

Desta forma, parece que as respostas para o problema da fome na Amazônia, congregam vários aspectos abordados pela teoria crítica. Abrangem a questão: a importância dos cientistas na formulação de estudos inovadores na região bem como a necessidade em incluir cada vez mais no debate as comunidades locais, únicas que compreendem com amplitude os desafios que devem ser enfrentados no combate à insegurança alimentar. Organizações Internacionais como a FAO, como já demonstrado, tem esta capacidade de influenciar em ambos os segmentos, o que pode ser feito com maior intensidade na Amazônia.

5 CONCLUSÃO

As considerações feitas ao longo desta argumentação revelam que a segurança alimentar ganha cada vez mais destaque tanto no cenário nacional quanto internacional. Também foi possível notar certas mudanças no modo como a FAO visualiza a questão, valorizando os pequenos ramos da atividade agrícola, aqueles que são mais efetivos no acesso aos alimentos básicos para a população.

No que tange à região amazônica, foi destacado de forma recorrente a importância da presença desta organização internacional na região. Em que pese a existência de projetos na Amazônia, é possível observar que a FAO ainda atua com certa timidez na mesma, se for levado em consideração sua capacidade de articulação no Mundo.

Por fim, pensar nas problemáticas sociais enfrentadas pelas comunidades na Amazônia ignorando as especificidades existentes em cada parte desta região, já de-

monstrou ter resultados pouco eficientes e até mesmo trouxe desestabilização nos modelos de agricultura sustentáveis. Portanto, é fundamental a efetiva inclusão de agentes locais na elaboração de projetos que valorizem a agricultura familiar, o que também influencia no combate à insegurança alimentar em todos os seus aspectos. Neste sentido, o campo das Relações Internacionais também pode oferecer importantes contribuições, como brevemente demonstrado.

REFERÊNCIAS

- COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millenium**, p. 55-126, 1981.
- EMBRAPA (Empresa Brasileira Pesquisa Agropecuária). **Folha da Embrapa**. Brasília, 2013.
- _____. **Guia de Relações Internacionais da Embrapa**. Brasília, 2009.
- FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). **Building up the national policy and system for food and nutrition security: the brazilian experience**. Brasília, 2009.
- _____. **Fome Zero: Lições Principais**. Chile, 2006
- HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, p. 19-71, 2005.
- INPA (Insituto Nacional de Pesquisas da Amazônia). **Determinantes e conseqüências da insegurança alimentar no Amazonas: a influência dos ecossistemas**. Manaus, 2007.
- LINKLATER, Andrew. The achievements of critical theory. In: SMITH, S; BOOTH, K; ZALEWSKI, M. **International Theory : positivism and beyond**. 10 ed. New York: Cambridge, 2008, p. 279-298.
- _____. **The transformation of political community**. Oxford, Polity Press, 1998.
- PAULILO, Maria Ignez. FAO, fome e mulheres rurais. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 285-310, 2013.
- PAYNE, R; SAMHAT, N. Critical Theory, Habermas, and International Relations. In : _____. **Democratizing Global Politics**. 1 ed. New York: State University of New York, 2004, p. 9-25.
- SILVA, J. R. S; MESQUITA, B.A. Algumas conseqüências da política neoliberal para a

agricultura familiar na Amazônia brasileira: exclusão social e concentração de riqueza. In: **12º Encuentro de Geógrafos Latinoamericanos**, 2009, Montevideo. Caminando por una America Latina en transformación, 2009.

SILVA, José Graziano. Contra a Fome. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 ago. 2013. Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br>.

SILVA, Marco Antônio de Meneses. Teoria Crítica em Relações Internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 249-282, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar, realidades e perspectivas**. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

AS PAISAGENS URBANAS NA TRAJETÓRIA E VIVÊNCIA DE UM ESTUDANTE ACADÊMICO QUE UTILIZA O TRANSPORTE PÚBLICO NA CIDADE DE MACAPÁ (AP)

Rosiane Corrêa dos Santos¹

Pablo Sebastian Moreira Fernandez²

RESUMO: A pesquisa intitulada “Paisagens Urbanas na Trajetória e Vivência de Estudantes que utilizam o transporte Público na cidade de Macapá” esteve vinculada ao Projeto maior “Trilhas Urbanas: uma proposta metodológica de experienciar, de ver e ser- no mundo”, coordenado pelo Professor Pablo S. M. Fernandez, e foi desenvolvida no LAPE-GEO (Laboratório de Pesquisa e Ensino de Geografia) da UNIFAP. Esta se trata de uma pesquisa contextualizada no Programa Voluntário de Iniciação Científica- PROVIC/UNIFAP e teve como objetivo reconhecer quais são as paisagens urbanas e os sentidos de pertencimento e instabilidade, que os estudantes universitários da UNIFAP desenvolvem e vivenciam a partir de seus percursos diários em transportes públicos em sua rotina de trabalho, de estudo, de lazer, e outros usos. Buscou-se reconhecer a partir de uma pesquisa qualitativa e participativa como estes sujeitos constroem experiências e reflexões destes trajetos cotidianos, focando os trajetos de casa para a Universidade Federal do Amapá. Como momento exploratório realizamos leituras, fichamentos e tecemos reflexões acerca do referencial teórico, e, em um segundo momento, deu-se a aplicação de questionários, entrevistas e elaboração de mapas mentais construídos pelos entrevistados. O resultado da pesquisa nos possibilitou alcançar o principal objetivo da proposta inicial, que era o reconhecimento das paisagens urbanas na cidade de Macapá destes sujeitos a partir de uma metodologia que valoriza a vivência geográfica de pesquisa de campo. Dentre os lugares de maior significado citados pela maioria dos entrevistados, estão a Ponte Sérgio Arruda, Praça da Bandeira, Praça Floriano Peixoto, Cemitério São José, Caixa D’água do bairro Buritizal, elencados como marcos referenciais na paisagem de Macapá - AP. A partir do reconhecimento dessas paisagens, foi possível conceber as paisagens urbanas de Macapá como um fenômeno vivido, partilhados com aqueles que nela habitam e que através de sua experiência decodificam os significados que estas tem para si.

Palavras-chave: Paisagens Urbanas; Percepção; Transporte Público, Macapá-AP.

1 INTRODUÇÃO

Diante da problemática que há em torno dos sistemas e formas de transporte público em todo o Brasil, essa pesquisa se volta para as possibilidades de um estudo a partir da percepção e da valorização das paisagens urbanas de Macapá, vivenciadas na trajetória e vivência de um estudante no seu percurso feito de suas casas até a UNIFAP. Nesse sentido, têm-se como objetivos desta pesquisa,

¹ Foi participante do Programa de Iniciação Científica Voluntária (PROVIC/UNIFAP), vigência 2013-2014.

² Orientador de iniciação científica. Professor do Curso de Geografia da UNIFAP.

propor uma leitura desse meio de transporte levando em consideração as diversas formas de percepção dessas paisagens e também das experiências urbanas vivenciadas no sistema transporte público em Macapá.

As etapas da pesquisa se consistiram em levantamento bibliográfico acerca da temática, o reconhecimento empírico dos principais trajetos de ônibus (estes constatados pelo pesquisador de modo empírico) percorridos a bordo do sistema de ônibus, estando nos principais pontos e paradas utilizadas por estudantes da UNIFAP. Este momento adquire o sentido de Trabalho de Campo ou vivência urbana como proposto por Fernandez (2008) em sua pesquisa caminhante ao encontro de uma cidade, pois o pesquisador munido de um diário de campo anotava os pontos referentes onde seriam coletadas as entrevistas, aplicações dos questionários, se dariam os encontros e conversas. Após este momento de escolha dos entrevistados (ou delimitação do universo da pesquisa) foi proposto que eles elaborassem mapas mentais sobre os percursos realizados cotidianamente de ônibus.

Reconhecido os pontos e lugares significativos, feitas as entrevistas e as aplicações dos questionários e análise dos mapas, o próximo passo foi processar os dados obtidos para se chegar às possíveis interpretações. Diante dos reconhecimentos das paisagens, passou-se a compreender alguns valores e sentidos que estes estudantes atribuíam a elas.

Situando que esta perspectiva foi utilizada de forma pioneira pelo arquiteto Kevin Lynch (2003) que investigou a imagem mental que os habitantes de Jersey City, Boston e Los Angeles (nos EUA) tinham de suas cidades. Tal autor que hoje em dia é uma referência nos estudos urbanos, utilizou-se de procedimentos metodológicos da psicologia acerca das percepções e significados cognitivos, através da aplicação de questionários e entrevistas aos habitantes de cada uma destas cidades norte-americanas com base em fotos, ao mesmo tempo em que solicitava que os entrevistados desenhassem mapas mentais ou descrevessem percursos específicos. Com isto objetivou-se identificar as imagens individuais e coletivas das cidades, assim como os

seus elementos mais significantes.

Esta perspectiva reconhece estes elementos significativos como centro ou “marcos” orientacionais estabelecidos pelos moradores de uma cidade (um prédio histórico, um rio, uma torre) e participam de forma subjetiva e prática nos deslocamentos diários e cotidianos. Estes elementos, ao mesmo tempo em que se tornam significativos para uma segurança ou intimidade com os lugares, atuam também como pontos de localização, organização e planejamento, ou na otimização de deslocamentos, ou na marcação do tempo de deslocamento de um ponto a outro.

As metodologias propostas pelos estudos de percepção e representação do espaço que vem sendo utilizados hoje em dia para o planejamento e a gestão do espaço urbano, adquirem novos sentidos em nossa pesquisa, pois tornaram-se um caminho para compreender as sensações e sentidos de pertencimento. Esta forma de mapeamento proposta pode revelar o envolvimento das pessoas com os lugares e paisagens, constituindo-se assim numa forma de investigação de tais relacionamentos em diferentes escalas e contextos (MARANDOLA JR. e MELLO, 2005).

A partir desta explanação acerca da metodologia, chegou-se aos resultados obtidos, retomando a ideia de uma habilidade inata (porém não racionalizada) que os estudantes possuem para a percepção das paisagens urbanas, na compreensão da paisagem e de quanto esta pode ganhar significados humanos e subjetivos que ampliam qualquer percepção humana do espaço físico. Através desta pesquisa também foi possível conhecer as diversas realidades desses estudantes, de como seus trajetos expressam mais que uma realidade rotineira, realidades carregadas de sonhos e ideais, das dificuldades aliadas a desejos que vão além da finalização de seus trajetos, mas, de um “novo começo” e uma “nova história”, visto que os estudos em Universidade Pública para esses estudantes também significa “formação” profissional, possibilidade de “amadurecimento”, inserção e autonomia social, política, cultural, econômica, etc.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi do tipo qualitativa, que se caracteriza pela relação entre o investigador e o sujeito investigado, com a elaboração de entrevistas em profundidade e de questionários abertos que se configuram a partir de encontros com os sujeitos (MINAYO, 1993), onde o universo de entrevistados do pesquisador foi de 30 estudantes.

Nesta pesquisa, o tratamento metodológico realizou-se em quatro etapas: 1^a) Na primeira etapa definida como exploratória, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o transporte público utilizando: imagens de acervos, reportagens e notícias, enquanto simultaneamente realizaram-se pesquisas nos órgãos de planejamento e prefeituras, além também de leituras, reflexões e estudos teóricos sobre as paisagens urbanas. 2^a) Em um segundo momento foi feito um reconhecimento empírico dos itinerários realizado pelas linhas de ônibus que fazem linha para a Universidade Federal do Amapá- UNIFAP, esta etapa foi realizada pelo próprio pesquisador, que localizou os pontos de paradas de ônibus que melhor servissem para coletar os dados, nesse sentido foram escolhidos um universo de 10 alunos para cada ponto de parada de ônibus.

Nesse momento, optou-se por três pontos de paradas de ônibus 1) Rua José Adilson Pinto Pereira, localizada na Zona Norte da cidade, a escolha do local se deu pelo fato estar próximo a ponte Sergio Arruda, ponto que conecta esta região com os demais bairros do centro da cidade; 2) Av. FAB, Praça da Bandeira, por ser a principal avenida do centro da cidade e por ter a maior concentração de estudantes e linhas de ônibus que tem o seu itinerário à universidade; e 3) Rua Santos Dummont, ponto de parada próximo ao “Hotel Mais”, por ser um lugar por onde circula apenas uma linha de ônibus que tem seu destino a universidade. Assim, de acordo este reconhecimento prévio e considerando os principais pontos de paradas ônibus, bem como o itinerário das principais linhas de ônibus que servem de trajeto para a universidade.

3^a) Na terceira etapa da pesquisa, após ter escolhido os pontos de parada dos

ônibus estratégicos para subsidiar a pesquisa, seguiu-se para a aplicação do questionário, com entrevistas que tiveram como proposta coletar dados a respeito da percepção dos entrevistados para com as paisagens urbanas vivenciadas no trajeto durante o percurso do ônibus até a UNIFAP que podem ser vistas no (Anexo A).

Destarte, as perguntas formuladas para o questionário foram as seguintes: 1) Para você, qual é a paisagem urbana que mais lhe chama atenção no seu percurso de casa para a universidade; 2) Por quê? Estas perguntas têm como objetivo identificar quais os valores atribuídos a escolha daquela paisagem; e 3) Ao fechar os olhos qual a paisagem urbana da cidade você consegue lembrar? Destaca-se que esta pergunta foi utilizada por Kevin Lynch (1960) em seu trabalho em sua obra “A Imagem da Cidade”, e serviu para identificar a paisagem urbana mais significativa na memória dos habitantes da cidade, e que se tornam símbolo segundo a percepção dos entrevistados.

Com os dados coletados a partir das informações obtidas no questionário, partimos para a quarta fase da pesquisa, que visou reconhecer e identificar as paisagens urbanas de Macapá através do trajeto feito pelo ônibus, por meio de croquis e de mapas mentais feitas pelos acadêmicos. O universo amostral foi composto por estudantes da UNIFAP, escolha realizada na composição de um recorte específico à pesquisa e que visou destacar a ideia central da pesquisa, que era o da “percepção da paisagem urbana de Macapá na vivência desse estudante, por meio do transporte público”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 O RECONHECIMENTO DAS PAISAGENS

Essa primeira etapa na análise dos resultados obtidos, se constitui na terceira etapa da pesquisa e é dado após a coleta de dados a respeito da percepção das paisagens urbanas, com base nas respostas do questionário do universo de 10 entrevistados e na análise dos mapas mentais coletados na Rua Adilson Pinto Pereira no bairro São

Lázaro. Para que se pudesse chegar à análise dos dados obtidos foi necessário realizar a análise das paisagens mais mencionadas pelos estudantes durante a coleta de dados. Nesse percurso a passagem que mais chamou a atenção foi a da Ponte Sérgio Arruda como mostra a figura 01 a seguir.

3.2 A PONTE SÉRGIO ARRUDA

A Ponte Sérgio Arruda é a principal de via de acesso de veículos que seguem da Zona Sul para a Zona Norte da cidade, conforme constatamos na pesquisa e pode-se observar na figura abaixo, indicando a circulação de veículos que vem no sentido Zona Sul para a Zona Norte na parte direita da imagem e veículos da Zona Norte que seguem em outra via abaixo da ponte no sentido Zona Sul da cidade. A justificativa apresentada para escolha, foi pelo fato da ponte ser a única ligação de acesso aos bairros localizados na Zona Norte da cidade com os bairros centrais. A ponte enquanto elemento percebido pelos estudantes transmitiria (conforme as falas coletadas) um sentimento de alívio, pois sabem que ao atravessá-la já estariam próximos de seus bairros e casas.

Figura 01 - Ponte Sergio Arruda



Fonte: Rosiane Corrêa dos Santos, em 10/06/2014.

3.3 PRAÇA DA BANDEIRA

A Praça da Bandeira é um espaço de grande circulação de estudantes e outros frequentadores do ponto de ônibus localizado na Avenida FAB como mostra a figura 02. Principal avenida da cidade. Segundo os estudantes entrevistados, a praça é um local de encontros de jovens, pois ocorre vários eventos para juventude e é a principal praça próxima aos principais colégios da cidade, dentre estes o Colégio Amapaense e a Escola Gabriel de Almeida Café. A praça também é local de protestos e manifestações, performances, shows e eventos culturais, onde grupos sociais se reúnem, se expressam e reivindicam seus direitos.

O motivo para destacar essa paisagem explica a estudante A. L. de 22 anos, que utiliza um ponto de ônibus bem próximo da praça: “Antes de entrar na graduação vivi bons momentos com meus amigos nessa praça, era onde nos reuníamos para conversar depois da aula”. Esta fala revela uma percepção positiva e de valorização em relação à praça.

Figura 02 - Praça da Bandeira local de encontro de jovens e cenário de protestos



Fonte: Rosiane Corrêa dos Santos, em 10/06/2014.

3.4 PRAÇA FLORIANO PEIXOTO

A Praça Floriano Peixoto apresentada na figura 03 é também uma paisagem que chama a atenção e aparece nas falas dos estudantes entrevistados na Avenida FAB. A praça já foi considerada “a mais bonita da cidade”, pois é arborizada, apresenta jardins e um lago, que faz parte do imaginário urbano de Macapá, pois em períodos e datas comemorativas, se realizam as tradicionais pescarias aberta à população. Uma outra função desta praça, é que ela é ponto de encontro e lazer para as famílias da cidade, sendo recentemente por movimentos sociais, artísticos e culturais que reivindicam o cuidado e melhorias de espaços públicos da cidade.

Figura 03 - A Praça Floriano Peixoto



Fonte: Rosiane Corrêa dos Santos, em 10/06/2014.

3.5 CEMITÉRIO SÃO JOSÉ

O Cemitério São José como mostra a figura a seguir foi escolhido, pelos estudantes do ponto de ônibus da Rua Santos Dummont, localizado no Bairro Santa Rita.

Conforme a fala de alguns estudantes e moradores do bairro, uma paisagem marcante é a do cemitério no bairro, representando um sentimento de tristeza e medo.

Tais quais os sentidos originais da “necrópole” clássica, o cemitério remete ao medo da morte, da passagem do tempo, da efemeridade da vida e também um lugar de pouca visitação e circulação de pessoas, o que torna o lugar “perigoso”.

Figura 04 - Cemitério São José



Fonte: Rosiane Corrêa dos Santos, em 09/05/2014.

3.6 PRAÇA DA CAIXA D'ÁGUA

A estrutura e a arquitetura da Caixa d'água chamou a atenção dos entrevistados devido ao tamanho, forma e ao posicionamento desta construção de linhas retas e formato retangular, sendo um elemento que pode ser avistado visualmente durante um significativo trecho do percurso cotidiano.

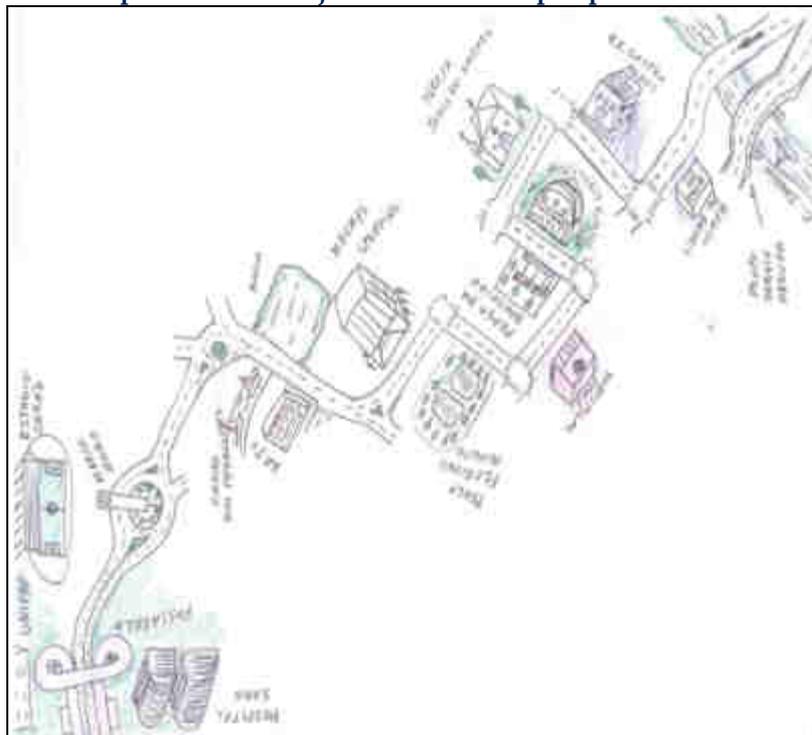
Figura 05 - A praça da Caixa d'água do bairro Buritizal



Fonte: Rosiane Corrêa dos Santos, em 10/06/2014.

Prosseguindo com a leitura do espaço urbano, destaca-se o mapa mental apresentado abaixo elaborado por um dos estudantes entrevistados, na tentativa de mapear a cidade a partir do resgate da memória do seu trajeto percorrido até a UNIFAP, como mostra a figura 06 a seguir.

Figura 06 - Mapa mental do trajeto de ônibus na perspectiva de um estudante



Fonte: Estudante entrevistado em 20/06/2014.

O mapa mostra um trecho do trajeto cotidiano realizado pelo estudante “a bordo” do ônibus, onde pode-se perceber as formas e as singularidades dadas à cidade em um trajeto que consiste na saída da Zona Norte até a Zona Sul da cidade. O mapa mental, apesar de ser desenhado à livre escolha, é embasado sob os elementos da imagem da cidade, segundo a metodologia qualitativa proposta pelo arquiteto e urbanista norte-americano Kevin Lynch, cujo método incorpora cinco conceitos da paisagem urbana: vias, limites, pontos nodais, marcos e bairros (LYNCH, 2003). Nesta perspectiva o estudante ao mapear o centro em duas formas distintas de morfologias de ruas de prédios, assim como as praças, igrejas, shopping, etc. indicaria a complexidade da articulação de pontos referenciais. Este mapa elaborado pelo estudante, optou a dar destaque a elementos que significam equipamentos sociais importantes encontrados na cidade como hospitais, escolas etc. dando um caráter utilitário e objetivo à paisagem.

O estresse, a precariedade e o cansaço pela espera dos ônibus em qualquer cidade do Brasil são comuns, e na vida de uma estudante que utiliza o transporte público essas questões podem ser levadas para o ambiente universitário, presentes por exemplo no mal rendimento e desestímulo. Foi a partir desse momento que pode-se identificar os pontos negativos destes percursos identificados na pesquisa, pois alguns estudantes mostraram pouco dispostos em nos ajudar nas entrevistas, no preenchimento dos questionários e na elaboração dos mapas mentais devido ao cansaço.

O olhar perdido torna-se rotineiro no vai e vem e idas e voltas a bordo de um ônibus, porém a vivência com a pesquisa, permitiu que os estudantes passassem a observar mais sobre o seu trajeto nos coletivos, paisagens que pra eles antes de serem questionadas na pesquisa, pareciam nada mais de que simples “imagens refletidas” nas janelas dos ônibus. Assim o contato com a pesquisa, revela um reencontro com a cidade, onde o estudante passa a revelar valores positivos com o espaço, pois através dos questionamentos feitos durante as entrevistas puderam identificar e relacionar seus sentimentos de pertencimento com a cidade.

Esta maneira de experienciar as paisagens traduzem significados de uma Geografia Humanística, pois nelas estão incorporadas as percepções, valores e atitudes diante de espaços e lugares, como destaca Tuan (1983), e nos remete a outras realidades geográficas que vão além das coordenadas cartesianas, das técnicas quantitativas e pragmáticas, para fundamentar-se em aportes filosóficos da fenomenologia e existencialismo na Geografia.

Nesse sentido, abordamos a percepção geográfica que nos ajudou a fundamentar uma Geografia fundada no sujeito, na sua subjetividade, corporeidade e percepções, se aproximando das ideias de topofilia e topofobia propostos pelo geógrafo Yi-Fu Tuan. Sendo que o termo topofilia reflete o: “(...) elo afetivo que a pessoa ou um determinado grupo social têm em relação ao lugar ou ao ambiente físico (TUAN, 1980, p. 105)”. Enquanto que o de topofobia está intrínseco aos sentimentos de desafeito e aversão, traumas e exclusão que as pessoas têm para com determinados lugares, espaços ou mesmo paisagens.

4 CONCLUSÃO

No estudo aqui apresentado, buscou-se compreender o processo de percepção e apreensão da paisagem urbana da cidade de Macapá como fenômeno vivido, baseado nos resultados e em sua discussão do trabalho. Os resultados se traduzem nos significados, experiências e aspirações daqueles estudantes abordados pela pesquisa, e a partir de suas percepções teceram-se as considerações e reflexões sobre a vivência urbana e a percepção de suas paisagens.

Com o desenvolvimento da pesquisa, verificou-se que entre os três pontos de ônibus da cidade e itinerários ou percursos realizados pelos alunos, cinco paisagens foram apontadas como as mais referenciais e que mais chamam a atenção dos entrevistados, sendo estas: a Ponte Sérgio Arruda, Praça da Bandeira, Praça Floriano Peixoto, Cemitério São José e Caixa d'água do bairro Buritizal. Estas paisagens foram as apresentadas nessa pesquisa (não excluindo outras possibilidades) dada que se apre-

sentam como objetos de contemplação, percepção positiva e experienciadas de modo topofílico durante a trajetória e a vivência desses estudantes.

Neste sentido, há de se destacar a relevância social deste trabalho, pois os resultados aqui apurados, como o reconhecimento destas paisagens, e também a ouvir e constatar a realidade do cotidiano a bordo dos transportes públicos, nos remete a precariedade, pouca estruturação e planejamento do sistema de transporte enquanto serviço prestado à população, nos leva a refletir sobre as dificuldades destes estudantes e de quanto a problemática do transporte público reflete no desempenho acadêmico dos mesmos. Portanto, se os problemas estruturais do transporte público não foram o foco da pesquisa, alguns elementos nos proporcionaram a interação entre a relação de paisagem urbana e o transporte público na cidade. Nesse sentido contribuindo para o estudo da cidade por meio das percepções dos entrevistados.

A experiência do pesquisador enquanto usuário do transporte público na cidade, despertaram a atenção na observação das modificações nas paisagens, e das diversas formas que os sujeitos vivenciam o espaço urbano em suas diversas reproduções. Tais observações, poderiam servir como ferramenta de intervenção e auxílio ao planejamento, à gestão, à educação, tanto no interior dos transportes públicos, quanto nos espaços da cidade, no sentido de proporcionar reflexões acerca das ações humanas sobre o ambiente e provocar mudanças de atitudes e comportamento cotidianos na promoção da solidariedade e convivência urbanas.

REFERÊNCIAS

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. Lisboa: Edições, 2003.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **PESQUISA SOCIAL: Teoria, método e criatividade**. 12ª ed. Temas Sociais. Petrópolis: Vozes. 1993.

FERNANDEZ, Pablo S. M. **Narrativas Urbanas de um Caminhante**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação/ UNICAMP, Campinas, 2008.

MARANDOLA JR., E.; MELLO, L. F. **Mapa Verde da UNICAMP: percepção e representação do**. Trabalho apresentado durante o I Encontro de Percepção e Paisagem da

Cidade, realizado em Bauru, de 05 a 06 de Maio de 2006.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983. p.105.

_____. **Topofilia**: um estudo das percepções, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DE OIAPOQUE

Leônia Ramos Oliveira¹

Lilia Ramos Oliveira²

Carina Santos de Almeida³

RESUMO: Este artigo visa problematizar a “proteção tutelar” implementada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre os povos indígenas de Oiapoque. Essa agência instituiu a “Ajudância de Oiapoque” com duas unidades locais para atender aos povos regionais, o Posto Indígena de Fronteira e Vigilância Luiz Horta em 1941 e o Posto Indígena de Educação e Nacionalização Uaçá em 1942. Por se tratar de uma região de fronteira, onde residem e circulam povos diversos como Karipuna, Galibi (Marworno), Palikur, Wajãpi, Waiana, Teko, falantes de distintas línguas, em constantes relações de reciprocidade entre si e com a cultura franco-guianense-caribenha, a instituição do poder tutelar garantiria não somente a “proteção” e a “assistência”, mas o almejado controle fronteiriço e “integração” destes ameríndios como contingentes sociais nacionalizados. A história indígena regional enquanto temática de estudo ainda não foi devidamente pesquisada pela historiografia, exigindo acesso e análise qualitativa dos documentos históricos, nesse sentido, este artigo apresenta alguns elementos importantes sobre os direcionamentos do SPI delegados aos povos indígenas de Oiapoque e revela a perspectiva Karipuna de “dentro” da história quando apresenta os significados sobre a proteção tutelar para as bolsistas de iniciação científica desta pesquisa.

Palavras-chave: SPI; Proteção Tutelar; Posto Indígena, Povos Indígenas e Oiapoque.

1 INTRODUÇÃO E PERCURSOS METODOLÓGICOS

As políticas indigenistas brasileiras promoveram a inserção duvidosa e forçada dos povos indígenas aos modelos de Estado adotados ao longo da história. O século XX revelou novas estratégias de tratamento aos ameríndios distintas dos tempos anteriores, sobretudo porque adicionou o elemento “fraternal” nas relações de contato e assistência. A “tutela” proposta por Marechal Cândido Rondon com a criação de uma agência específica, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910, tinha por finalidade prestar “proteção” e “assistência” aos “índios” por meio do contato, atendimento e instalação de postos nos sertões, confins da interlândia e das fronteiras brasileiras. Porém, os rumos da proteção tutelar se transformam,

¹ Foi bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq/UNIFAP, vigência 2015-2016

² Foi bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq/UNIFAP, vigência 2015-2016

³ Orientadora de iniciação científica. Professora do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UNIFAP.

seja com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder à medida que houve a adoção de novos modelos político-econômicos pautados no nascente nacional-desenvolvimentismo, ou ainda com o distanciamento de Rondon do SPI.

A Era Vargas, compreendida em duas fases, 1930 até 1945 e 1950 até 1954, implantou seu projeto de modernização pautado no nacionalismo e nos setores de base, passou a associar o nacional ao desenvolvimento de novas atividades econômicas como a industrial. Surge então o nacional-desenvolvimentismo. Ao vincular o interesse nacional ao desenvolvimento capitaneado pelo Estado, o nacional-desenvolvimentismo promulga a promoção de novas atividades econômicas, sobretudo as industriais com vistas à diversificação do mercado interno. O desenvolvimentismo se manteve na pauta das agendas governamentais desde Vargas até a “década perdida”, ou, até os anos de 1980, quando os militares saem do poder. Porém, há análises econômicas que acusam a presença deste modelo nas políticas econômicas brasileiras da atualidade sob o título de “novo-desenvolvimentismo”.⁴

Acompanhando os direcionamentos do nacional-desenvolvimentismo no país, inegavelmente as políticas indigenistas do século XX procuraram “integrar” os índios à sociedade nacional e, em muitos casos, transformá-los em trabalhadores agrícolas, promovendo inclusive a introdução da lógica da produção e produtividade nos postos. A “proteção tutelar” rondoniano-varguista paulatinamente adquiriu formas mais austeras de assistência, cabendo aos indígenas viverem tutelados, confinados em seus territórios e direcionados ao trabalho compulsório.

A atuação do “indigenismo” brasileiro em tempos de SPI apresentou semelhanças ao mesmo tempo em que se mostrou distinta nas regiões do país, seja em virtude da diversidade ameríndia, dos diferentes biomas e dos contextos regionais que impuseram formas próprias de intervenção. Como exemplo destas diferenças de atuação, podemos citar os postos indígenas do sul do Brasil que se direcionaram, em grande

⁴ Para maior compreensão sobre o “novo-desenvolvimentismo” ver: FONSECA, P. C. D.; MOLLO, Maria de Lourdes R.. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Revista de Economia Política*, vol. 33, n. 2 (131), p. 222 – 239, abril-junho/2013.

parte, ao desmatamento para gerar espaço à produção e produtividade agrícolas, com a introdução da soja na década de 1950, enquanto os postos indígenas do norte tiveram dificuldades de consolidação logística e pautaram-se prioritariamente na “atração” e “assistência” de povos, na “nacionalização” da fronteira e no extrativismo vegetal, mineral ou animal, em alguns casos pontuais houve posteriormente o desmatamento para a introdução da produção agrícola.

O “indigenismo” consiste num conjunto complexo de práticas macro-estruturais, é composto por distintos dispositivos de ações e tratamentos delegados historicamente aos povos indígenas no Brasil, e nesse sentido, conduziu e fixou os ameríndios em suas terras como forma de manter o território nacional, o controle social e instituir a lógica da produção, produtividade e extrativismo. O “indigenismo” orienta, conduz e norteia as políticas indigenistas e a legislação sobre os índios adotadas pelo Estado, bem como as agências ou órgãos responsáveis por conduzir as práticas aos ameríndios, nesse contexto, podemos citar como exemplos de agências indigenistas que atuaram no século XX o Serviço de Proteção aos Índios/SPI (1910 - 1967) e a Fundação Nacional do Índio/FUNAI (desde 1967), ambas compostas por suas unidades regionais e locais dispostas em suas micro instâncias de intervenção.

Este artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa PROTEÇÃO TUTELAR E “INTEGRAÇÃO” DOS ÍNDIOS À SOCIEDADE NACIONAL – Estudo comparativo da atuação da agência indigenista do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre os Povos Indígenas do Brasil meridional e setentrional, sob a coordenação da professora Carina Santos de Almeida, e a partir dos relatórios finais de bolsista das acadêmicas do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, Leônia Ramos Oliveira e Lilia Ramos Oliveira, exercício 2015 e 2016. Dessa forma, apresentamos aqui, algumas questões pertinentes à problematização e discussão sobre a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre os povos indígenas de Oiapoque.

A metodologia utilizada para o estudo da proteção tutelar do SPI na região de Oiapoque foi a pesquisa documental, qualitativa, com análise de conteúdo (BAUER e

GASKELL, 2002). Nesse percurso metodológico, primeiro conhecemos a produção histórico-bibliográfica existente sobre Oiapoque e, sobretudo, a produção historiográfica referente aos povos indígenas de Oiapoque. Contudo, sobre os povos indígenas regionais nos deparamos com os estudos promovidos por diversos pesquisadores, em geral oriundos da Antropologia, como os trabalhos de Antonella Tassinari (2001a, 2003 e 2012), Lux Vidal (2001, 2007 e 2009), Gallois (2003 e 2005), Artionka Capiberibe (2004 e 2007), Santos e Green (2013), Miranda (2005), Vallot (2012), Nimuendajú (1925, 1986 e 2001), para citar alguns dos principais trabalhos publicados no Brasil. Em relação a história regional, conhecemos os trabalhos publicados por Carlo Romani (2005, 2008, 2010, 2011a, 2011b, 2012 e 2014), como também os livros de Rio Branco (2008), Sarney e Costa (2004), da editora do Senado Federal.

Na sequência da pesquisa iniciamos a organização e a análise dos documentos do SPI referentes ao Oiapoque, Posto Luiz Horta e Uaçá, depositados no Museu do Índio, Rio de Janeiro, que ainda estão sendo promovidas no âmbito do projeto. O acesso aos documentos foi realizado por intermédio da professora Gelsama Mara Ferreira dos Santos, da Licenciatura Intercultural Indígena, a quem agradecemos pelo acesso ao conjunto documental disponibilizado ao projeto. Dessa forma, o que problematizamos neste artigo são os motivos que permearam a implantação da “proteção tutelar” e atuação do SPI entre os povos indígenas de Oiapoque, suas formas de atendimento estabelecidas e dificuldades encontradas pela agência, uma vez que a análise de conteúdo qualitativa dos documentos se encontra em desenvolvimento no âmbito do projeto. Para o encerramento deste artigo, apresentamos os relatos das bolsistas co-autoras que, na condição de indígenas Karipuna, manifestam suas perspectivas sobre a proteção tutelar.

2 A PROTEÇÃO TUTELAR ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DE OIAPoque

Os povos indígenas de Oiapoque experienciaram no decorrer do século XX a

inserção e a afirmação do indigenismo rondoniano-varguista em suas terras. Os documentos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) analisados neste projeto de pesquisa acusam que o SPI já circulava pela região de Oiapoque desde 1931 e que, na década de 1940, havia uma “Ajudância de Oiapoque” de responsabilidade de Eurico de Melo Cardoso Fernandes, Inspetor XIX e agente da 2ª Inspetoria Regional do SPI, com sede em Belém, quem atuava nas cercanias de Oiapoque.

Nos anos 1940 o SPI instalou dois postos indígenas, chamados de unidades locais, com o intuito de fortalecer os vínculos brasileiros numa região que até o limiar do século XX sequer poderia ser chamada de Brasil em virtude dos processos históricos oriundos do “contestado franco-brasileiro”. De forma sucinta, devemos considerar que a região do rio Oiapoque faz parte de um largo território historicamente conhecido como “Guiana” ou “Guianas”, situado entre o delta do rio Orenoco localizado na Venezuela até o divisor de águas entre o rio Araguari e o rio Amazonas em sua margem esquerda. Assim, essa “Guiana brasileira”, da qual a região de Oiapoque faz parte, apresenta vínculos singulares ancorados numa diversidade histórico-cultural, como a *creóle* e caribenha, a indígena, cabocla e amazônica (ROMANI, 2010a).

Sem a pretensão de discutir a questão do contestado franco-brasileiro, podemos dizer que este episódio histórico se refere ao impasse de dominação territorial e política entre França e Brasil sobre a denominada “Guiana brasileira”, por sinal, tem suas origens numa disputa histórica entre franceses e portugueses assumida pelos brasileiros frente aos estranhamentos geopolíticos. Em 1900 se encerrou esse impasse regional com o arbitramento decisivo e favorável da Suíça ao Brasil, que passa desde então a ter plenos poderes sobre as terras situadas à margem direita do rio Oiapoque (RIO BRANCO, 2008).

Dentre os objetivos principais do SPI na região de Oiapoque destacamos o atendimento aos “índios” que habitavam as proximidades e adjacências do rio Oiapoque, atraindo e fixando-os no lado brasileiro, a promoção da “proteção tutelar”, “as-

sistência” e o estabelecimento da “nacionalização” da população ameríndia local e, como consequência, a garantia e segurança da fronteira nacional. O Estado brasileiro e o SPI decidem intervir entre os indígenas regionais sobretudo após os relatos da década de 1920 produzidos pelo etnólogo Curt Nimuendajú e pela Comissão Rondon. Em viagem de campo em 1925, Nimuendajú afirmou que a população ameríndia Palikur que vivia nessa região estava “[...] em parte miscigenada e creolizada”, mas que “ainda conservava em essência a sua velha cultura”, e que havia além da população indígena do Uaçá, outra que era composta por “brasileiros indianizados do rio Curipi”, que não falava português e, sim, uma língua crioula local. O Estado e o SPI tinham consciência da importância de garantir a “brasilidade” destes povos bem como promover a segurança da “fronteira nacional” (NIMUENDAJÚ, 2001 [1927], p. 194).

O SPI foi a agência governamental brasileira responsável não somente pela “pretensiosa” proteção tutelar, mas também por “tentar” esclarecer as distinções étnicas, nomear os povos e suas famílias linguísticas ou mesmo atribuir os parentescos étnicos e associações entre grupos. Os agentes do SPI, em grande parte oriundos do exército brasileiro ou da experiência no “desbravamento” dos sertões, deviam promover a atração, assistência e proteção de forma fraternal, conforme as orientações de Rondon, e realizar descrições e observações de cunho etnográficas capazes de contribuir para que a agência conhecesse a diversidade de “tribos” espalhadas pela interlândia brasileira e, nesse sentido, o SPI pudesse intervir da melhor maneira.

O SPI instalou duas unidades locais em Oiapoque, o Posto Indígena de Fronteira e Vigilância Luiz Horta, em 1941, e o Posto Indígena de Educação e Nacionalização Uaçá, em 1942. O PI Luiz Horta instalado na confluência do rio Muripi ou Marupi com o rio Oiapoque, portanto, no alto curso do rio Oiapoque, atendia aos povos Emerenhon ou Emerenhões, que hoje vivem apenas na Guiana Francesa e são reconhecidos como Teko, aos Urukuainos ou Waianos, possivelmente uma corruptela escrita do povo Waiana, e esporadicamente aos Oiampi, mais conhecidos como Wajãpi. Enquanto o PI Uaçá foi instalado na confluência do rio Curipi com o rio Uaçá, bacia hidrográ-

fica que integra o baixo rio Oiapoque, num local conhecido como Encruzo e que atendia aos povos Galiby, discernidos atualmente como Marworno, aos Palikur-Iêne, nominados de Palikur-Arukwayene e aos Caripuna ou Karipuna.

A diversidade étnica regional em Oiapoque certamente foi um componente de difícil compreensão por parte do governo brasileiro e pela agência do SPI, causando confusões e reducionismos. O encarregado de fundar o Posto Indígena Luiz Horta, Elesbão Pitágoras de Freitas, em sua visita ao rio Uaçá e seus rios afluentes em 1941, informa na carta direcionada ao chefe da 2ª Inspetoria Regional do SPI em Belém (IR2/SPI), José Maria da Gama Malcher, que “No Curipi não existe mais aldeia propriamente dito, e os índios ali residentes são apenas descendentes dos Jurunas antigamente ali aldeados, vivendo cada qual em sua barraca, espalhados pelas margens do Curipi [...]”. Em sua narrativa, o agente demonstra que está permeado pelas ideias que cercavam grande parte do imaginário brasileiro da época, a de que existem índios “puros” e índios “mestiços”, assim, prossegue:

“[...] me foi apresentado o índio João antigo chefe dos Jurunas, sogro do Sr. Arcenio e um dos raros índios ainda puros do Curipi. Esse índio exerce a profissão de curador ou pagé e a sua fama neste mister atrai à sua barraca muita gente. Aí vimos duas crioulas vindas da Guiana Franceza para submeterem a tratamento de saúde.” (Carta 04/11/1941, Microfilme 096, documento 01310, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro).

Os mencionados índios “Jurunas” pelo agente do SPI em nada tem a ver com uma etnicidade específica, por sinal, tais “índios” do Curipi fazem referência ao povo autorreconhecido como Caripuna ou Karipuna, descritos pela antropóloga Antonella Tassinari como “índios misturados” em face do “[...] padrão de alianças que valoriza aquelas estabelecidas com indivíduos ou famílias estrangeiras, inseridas na rede de parentesco através de casamentos ou de participação em redes de troca e cooperação mútua.” (TASSINARI, 2012, p.258). Portanto, o que para os agentes da proteção tutelar significa o distanciar-se de ser índio “puro”, para a antropóloga consiste em elemento de reciprocidade e parentesco do povo, os Karipuna positivam a noção de “mistura”, pois o contrário disso seria o isolamento e o “viver como bicho do mato”.

As expressões escritas nos documentos do SPI, mas não somente, como “tribu”, “puro”, “mestiço”, “civilizado”, “atrasado”, entre outras, fazem parte de contextos de desconhecimento acerca da diversidade ameríndia na história do Brasil. Na análise aqui problematizada, tais noções se apresentam constantemente em cartas, memorandos e relatórios dos agentes, chefes e encarregados da proteção tutelar pesquisados nos documentos, como no Relatório de Viagem do 1º Tenente Médico do Exército, da 1ª Cia do 3º Batalhão de Fronteira, Vila Militar de Clevelandia do Norte, Território do Amapá, em que o Dr. José Serur, julho de 1957, ao visitar a Vila do Urucauá, situada no rio *Urukawa*, caracteriza o povo Palikur-Arukwayene como sendo na época os “índios mais atrasados da região”:

“[...] não tivemos muito o que ver. São índios atrasados, aliás, os mais atrasados da região. Entretanto podemos dizer o seguinte, os índios dessa Vila imploram a construção de uma Escola, o que até agora não foi possível ao Sr. Djalma realizar o sonho dos mesmo devido a falta de verba.” (Relatório de Viagem, julho de 1957, Microfilme 379, documento 328, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro).

Dentro desse pensamento questionável nos tempos atuais, haveria na região de Oiapoque “índios mais civilizados”, como os índios do rio Uaçá e do Curipi. Este mesmo Relatório ressalta um componente que desde a chegada do SPI na região de Oiapoque, mas também de Getúlio Vargas ao poder, passou a ser elemento de ação da proteção tutelar entre os povos indígenas de norte a sul no país, a implementação da educação escolar, ou, a construção de escolas entre os “índios” como forma de promover a “civilização” e “nacionalização”. A atuação da escola ocorreu no Posto Uaçá como também no Posto Luiz Horta, conforme é possível acompanhar nos documentos do SPI. Embora presente no Posto Luiz Horta, o número de estudantes na escola nunca foi expressiva, uma vez que a própria densidade ameríndia atendida pela agência neste Posto nunca chegou a ultrapassar mais de trinta ou quarenta Emerenhon ou Waiano. No Posto Uaçá a escola surgiu da ação promovida na década de 1930 pelo interventor do Pará no Amapá, Cel. Magalhães Barata, com a criação de duas unidades, uma na Aldeia Santa Maria dos Galiby entre o povo do rio Uaçá, e outra na Al-

deia Espírito Santo para atender ao povo do Curipi. A “recepção das escolas” entre os povos do Uaçá não foi homogênea e, inclusive estas escolas contribuíram para promover um reordenamento das aldeias indígenas do Uaçá, conforme explica Tassinari (2001a). Dessa forma, uma das estratégias de atuação entre os povos indígenas do Oiapoque foi promover paulatinamente o fortalecimento da escola entre os “índios”.

O cartograma da IR2 de 1945 (Figura 1) apresenta a localização dos povos indígenas regionais, nominados como “tribos” neste documento, com destaque para o Amapá. A figura mostra a “situação atual” de cada “tribo”, segundo a categorização do SPI, assim, indica regionalmente como “pacificados” os Palikur, anteriormente chamados de “atrasados”, os Galiby, os Caripuna, os Emerillon e os Urucuianos, sendo que os Oiapoque são apontados como “arredios”. Contudo, chama atenção nesta figura o ponto de interrogação que aparece ao lado da “tribo” Caripuna, indicando que se refere a um grupo “não identificado pelo SPI” ou “mesclados”, adjetivo último que combina com a palavra “mestiço” que aparece noutros documentos da agência e inclusive esta relacionado com as atribuições endógenas dos Karipuna conforme aponta Tassinari (2003).

Uaçá e seus afluentes. Apoiado pela ajudante Maia, ambos seguem caminho em direção ao alto curso do rio Oiapoque para determinar “o local para a sede definitiva do posto” Luiz Horta “onde já está sendo feito a derrubada da mata”.⁵ O Posto Luiz Horta funcionava desde o início de 1941 sem sede definitiva e ao longo de sua breve trajetória não chegou a se consolidar como outros postos de fronteira no Brasil.

Desde 1930 a intervenção do SPI entre os povos indígenas do Oiapoque era exercida por Eurico Fernandes, que atuava na ajudância, dando suporte para a implementação das práticas de proteção tutelar nos Postos. Eurico era responsável por coordenar as ações locais e prestar esclarecimentos à IR2, que por sua vez prestava explicações à diretoria do SPI, assim, permaneceu provavelmente até 1944 ou 1945 em Oiapoque quando foi transferido para Belém para atuar diretamente na IR2.

No segundo semestre de 1942 foi criado o Posto Indígena Uaçá, na confluência do rio Curipi com o rio Uaçá, um local intermediário capaz de atender aos três povos: Galibi, Palikur e Karipuna. A estrutura no Encruzo inicial era modesta, “uma casa de emergência, de juçára e coberta de palha, sem dispêndio para o Serviço, em local inapropriado, porém o único que satisfaz essa assistência [...]”.⁶ Com o passar dos anos, este Posto construiu uma estrutura capaz de atrair e envolver as comunidades, sendo instalada uma serraria, uma olaria, um depósito, um porto de embarque e desembarque, entre outros. As escolas atendiam ao povo do rio Curipi, Aldeia Espírito Santo, que a partir de 1948 passou à Aldeia de Santa Izabel, e ao povo do rio Uaçá, na Vila Santa Maria dos Galiby, conhecida atualmente como *Cumaruman* ou *Kumarumã*. No Kumarumã foi introduzida práticas agrícolas no ensino da escola e, em seguida, o SPI criou uma “fazenda” de criação de animais, sobretudo de gado vacum.

⁵ Carta 04/11/1941, Microfilme 096, documento 01311, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

⁶ Relatório do Posto Indígena Uaçá, realizado pelo agente do PIN, Raymundo F. de P. Ramos, 10 de janeiro de 1945, Microfilme 096, documento 02020, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

Figura 2: Localização e estrutura dos Postos Indígenas Luiz Horta e Uaçá, Recorte do Cartograma da 2ª Inspetoria Regional do SPI, ano de 1945



Fonte: FREIRE, 2011, p.152.

As estruturas implantadas nos postos do Uaçá e Luiz Horta serviram como elemento de “atração” ao mesmo tempo que “assistência” aos povos (Figura 2). No Brasil, os postos indígenas passaram a atender com uma estrutura mínima capaz de envolver os ameríndios. No Luiz Horta os “índios” foram atraídos pela disponibilidade de alimentos e utensílios cotidianos, receberam a escola, mas esse Posto sofreu a concorrência sedutora dos franceses, que do outro lado do rio Oiapoque, na localidade próxima conhecida como Camopi, conseguiram envolver os Emerenhon ou Teko, bem como os Oiampi ou Wajãpi e Waiano ou Waiana.

O SPI mapeou a “produção indígena” dos postos da IR2 em 1945 (Figura 3), momento em que as práticas imputadas da agência passam a estimular a autossubsistência, autonomia produtiva e a produção excedente. Tabulamos os dados apresentados para os postos Uaçá e Luiz Horta (Tabela 1) com o objetivo de comparar o que se produzia neles. Percebemos que são poucos os produtos que são concomitantes nos dois postos, o que evidencia as diferenças e especificidades próprias das microrregiões atendidas por estes. O Posto Uaçá nitidamente se direcionou a certa especialização pecuária, algo que não ocorreu no Luiz Horta. A produção de farinhas ocorria nos dois postos, sendo que o Luiz Horta se destaca pelo volume de produção de farinhas

diversas apesar dos documentos evidenciarem que essa produção não teve continuidade. Os povos indígenas do Uaçá cultivam vários tipos de mandioca como xingu, khãmaiök, bulin, khãmaiök mâteg bakov, batõ sek, huanahi, sauaua, txi sauaua, sãnsan, fei fin, phoag, papai, gohe, kunani, batõ leza, baian, lo huj, kamarão, niple, batõ pak, entre outras.⁷ Alguns tipos são de mandioca branca enquanto outras são amarelas. Os dados do SPI acusam que o Uaçá produzia mais de 10 mil kg em 1945 de farinha de mandioca, contudo, o relatório de 1944 informa que o Posto alcançou o volume de 171 mil kg. Esse mapa e seus dados aqui tabulados apresentam inconsistências de informações, o que permite dizer que a produção e produtividade dos postos necessariamente não corresponde aos dados apresentados e pode ser subestimada ou superestimada, conforme a situação.

Tabela 1: Produção e produtividade do Posto Indígena de Educação e Nacionalização Uaçá, em 1945

Alimentos	Produto	Quantidade-unidade produzida	
		PIN Uaçá	PIF Luiz Horta
	Arroz	--	100 a 1.000 kg
	Frutas	5.000 a 10.000kg	--
	Milho	--	100 a 1.00 kg
	Feijão	--	100 a 1.00 kg
	Batata	100 a 1.000 kg	--
	Horticultura	5.000 a 10.000 kg	--
	Peixes	5.000 a 10.000 kg	--
	Equinos	1 a 100 cabeças	--
	Bovino	100 a 500 kg	--
	Avicultura	5.000 a 10.000 kg	--
	Leite esterilizado	5.000 a 10.000 kg	--
	Farinha de mandioca	Mais de 10.000 kg	--
	Farinha de tapioca	100 a 1.000 kg	--
	Farinhas diversas	100 a 1.000 kg	5.000 a 10.000 kg
Extrativismo	Breu	100 a 1.000 kg	--
	Couros	5.000 a 10.000 kg	5.000 a 10.000 kg
	Madeira	5.000 a 10.000 kg	5.000 a 10.000 kg

Fonte: FREIRE, 2011, p.150.

A produção de arroz, milho e feijão chegou a ser introduzida no Posto Luiz Horta, mas não teve continuidade. Estes dois postos indígenas de Oiapoque apresentam diferenças singulares em suas paisagens regionais, o Luiz Horta situa-se nas pro-

⁷ Expressões na língua Kheul que ressaltam a diversidade de mandioca cultivada pelos povos indígenas regionais.

ximidades da floresta densa enquanto no Uaçá predomina os campos alagados com algumas colinas de terra firme e floresta. Dessa forma, a pecuária foi introduzida no Uaçá e com ela a produção de leite. O extrativismo consiste num setor de exploração recorrente nos postos da IR2 (Figura 3), sendo que no Luiz Horta e Uaçá havia a extração de couros e de madeiras. Esses couros, sobretudo de onça (*txig*) e de jacaré (*kaimã*), eram matérias-primas muito cobiçadas no mercado regional, principalmente pelos franceses. A extração de madeira, como de cedro, era realizada para possibilitar a construção de infraestrutura nos postos, porém, também podiam ser moeda de troca por produtos necessários ao posto conforme esclarece os documentos.⁸

Figura 3: Produção indígena do Posto Luiz Horta e do Posto Uaçá, Cartograma da 2ª Inspecção Regional do SPI, ano de 1945



Fonte: FREIRE, 2011, p.150.

⁸ Microfilme 092, documento 01840, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

O peixe é uma das principais fontes de proteína na alimentação indígena, o pirarucu, chamado *txuhi*, e o tucunaré, conhecido como *kunãni*, comumente eram salgados e postos para secar ao sol como forma de conservar o alimento. O *txuhi* e o *kunãni* são peixes de escama, mas o peixe representado no mapa da IR2 parece ser de pele. O Posto Uaçá fica localizado no Encruzo, região que sofre a influência da água salgada, assim, a maré sobe e costuma trazer peixes de pele do mar, como por exemplo o surubim (*hui*) ao rio Curipi, o jandiá (*bablahox*), a pescada (*akupa*) que são encontradas tanto na água doce quanto na água salgada. O relatório de trabalho referente ao ano de 1944 esclarece que o “peixe em conserva” consiste numa atividade introduzida pelo SPI no Posto Uaçá e que alcançou 121 kg.

Uma questão emergente nos documentos do SPI se refere a dificuldade do Posto Luiz Horta em concorrer com a assistência prestada pelos franceses. Por sinal, este sequer conseguiu se consolidar no decorrer de quase duas décadas de existência, assim, no ano de 1957 o diretor do SPI, o Coronel Luiz Guedes, solicita intervenção do Exército para promover a “recuperação” do Posto por meio de policiamento e assistência. O Comandante Militar da Amazônia e 8ª Região Militar, José Manuel Ferreira Coelho, responde no início do ano de 1958 afirmando que o comandante do 1º e 3º Batalhão já havia oferecido auxílio, contudo, “não foi prestado com maior eficiência em virtude do sacrifício que ocasionava aos motores de popa utilizados nas ligações com o referido Posto”. No mesmo documento informa que caso seja “efetivada a reorganização daquele Posto em Clevelândia e venha o mesmo a produzir, estará a 1/3º Btl Fron em condições de policiá-lo e assisti-lo convenientemente”.⁹

No decorrer da década de 1950 as queixas dos chefes do Posto Luiz Horta são recorrentes, o Posto sofria desde a década anterior com epidemias cíclicas de gripe e malária, assim, em 1952 o encarregado Emiliano Ribeiro Serrão informa a Ajudância de Oiapoque e a IR2 que, “Os índios deste Posto, passaram para o lado francez, devido a grande atração por parte do governo de ‘Caena’ Guiana Franceza onde estão re-

⁹ Microfilme 0132, documento 00605 e 00606, 14 de setembro de 1957 e janeiro de 1958, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

cebendo grande quantidade de material, assistência médica e gêneros alimentícios.”¹⁰ Os diversos agentes explicam em seus balanços mensais das ações do posto que os “índios” não passam para o lado brasileiro “porque daqui não são ajudados como são do lado francez, motivo porque continuam do lado francez”.¹¹

Mas o embaraço para a continuidade do Posto Luiz Horta não estava assentado apenas no desejo dos “índios” em fixarem-se no lado brasileiro, em carta manuscrita ao chefe da IR2, Exedito Coelho Arnaud, o chefe do Posto Luiz Horta se queixa sobre o alto custo de viver no posto em virtude do pequeno ordenado e solicita sua transferência para o posto Uaçá, explica que:

“[...] e sobre minha situação, eu não quero ficar no Posto Luiz Horta, é por eu ter o meu ordenado muito pouco, e não dá para viver lá em cima; prefiro que me deixe ficar aqui no Uaçá, aqui no Uaçá eu tenho facilidades com esse ordenado, porque aqui a noite eu posso mariscar, pegar o peixe, para não comprar no dia seguinte; a farinha aqui é mais barata, enfim, tudo aqui é melhor para viver com esse ordenado; ao passo que, no alto Oiapoque, eu tenho que comprar uma kilo de carne, custa-me o valor de uma grama de ouro, que representa 35,00, um kilo de peixe a mesma coisa, veja que fazendo as contas, comprando um kilo por dia, ? a mais de mil cruzeiros, ? não posso viver somente com isso, tenho que comprar roupa para mim, para minha família, e medicamentos, caso possa deixar-me ficar aqui, agradeço-lhe bastante, e peço-lhe desculpas por ter lhe roubado seu precioso tempo, para atender que nestas mal escritas linhas.”¹²

A “permanência” dos encarregados do Posto parece ser outro elemento que dificultou a continuidade da proteção tutelar no alto curso do rio Oiapoque. Essa região historicamente tem a ação em suas florestas de garimpos em ambos os lados da fronteira. Oiapoque consiste numa região que, em boa parte do ano, se mantinha isolada das outras regiões brasileiras em virtude das chuvas, sendo que os únicos meios de locomoção são o transporte fluvial, marítimo e o aéreo. A dificuldade logística de alcançar o alto curso do rio Oiapoque, que em períodos de chuvas muitas vezes impede a passagem ao Posto, certa “vocaçãõ” regional para atrair aventureiros em busca do “eldorado” e o alto custo econômico para viver no Luiz Horta não atraiu muitos agen-

¹⁰ Microfilme 117, data de 31 de janeiro do de 1952, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

¹¹ Microfilme 117, documento 00119, de 31 de março de 1952, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

¹² Microfilme 0149, documento 00441, de 05 de outubro de 1953, Museu do Índio/MI/FUNAI, Rio de Janeiro.

tes idealistas do SPI. O agente informa inclusive que quando não podia pescar e necessitava de “comprar” carne, o valor de um quilo (1 Kg) chegava a se comparar a uma grama (1 g) de ouro. De forma simplista e sem considerar a economia da época, seria a mesma coisa que um quilo (1 Kg) de carne custar aproximadamente cem reais (R\$ 100).

Para o final de década de 1950 quase não se encontram informações sobre o Luiz Horta. É possível que o posto tenha sido extinto entre 1957 e 1960, pois vinha sofrendo há anos com o descrédito e desconfiança dos indígenas. Periodicamente haviam surtos de gripe e malária, afastando a presença dos povos, ademais, a “atração” dos franceses foi mais efetiva ao ponto inclusive de não termos mais em terras brasileiras a presença do povo Emerenhon ou Teko. O posto Uaçá permaneceu ativo na região até os tempos de FUNAI e mostrou-se mais efetivo na assistência, seja pela facilidade de acesso se comparado ao Luiz Horta, seja pela proximidade com a vila de Oiapoque.

2.2 A HISTÓRIA “VISTA” DE DENTRO: PERSPECTIVAS KARIPUNA SOBRE A PROTEÇÃO TUTELAR

A pesquisa em história tradicionalmente se dedica as análises documentais, mas não somente à medida que outras metodologias revelam possibilidades singulares de análise histórica, como a etnografia, a oralidade e a história oral. Esse projeto de pesquisa se dedica a história indígena regional a partir da análise dos documentos do SPI depositados no acervo do Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro. Contudo, uma contribuição importante e emergente no decorrer da pesquisa foi a perspectiva de análise apresentada pelas bolsistas de iniciação científica do projeto que pertencem ao povo Karipuna. Ambas, enquanto indígenas e acadêmicas do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, trouxeram outros elementos para a compreensão da história regional, revelaram histórias de vida de seu povo que não estão registradas em nenhum documento, apresentando novas interpretações sobre a atuação da “proteção

tutelar”.

As memórias sobre o SPI entre os povos indígenas de Oiapoque estão submersas num passado recente, boa parte da população das aldeias já ouviu falar neste órgão e, muitas vezes sem saber, sofre os efeitos decorrentes das práticas tutelares regionais implantadas, como a imposição da língua portuguesa na educação escolar que contribuiu para o esmaecimento da língua materna entre os Galibi-Marworno e, sobretudo, entre os Karipuna conforme destacam Leonia e Lilia. A narrativa das bolsistas indica que há muito a ser pesquisado entre os povos indígenas regionais, as sinuosidades da história afloram nas memórias das jovens pesquisadoras como também dos mais velhos com quem conversamos nas aldeias. Esse projeto acusa a necessidade de pesquisas em história com o desenvolvimento de variadas metodologias como a oralidade e a história oral, pois somente assim será possível apresentar a perspectiva da história a partir de outros ângulos de análise.

2.2.1 Os múltiplos significados de estudar a minha história, por Leonia Ramos Oliveira

Como indígena que sou, pesquisar e analisar os acontecimentos, a forma como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) atuou aqui no Oiapoque, é revoltante. Ao estudar, consegui entender quais foram objetivos do SPI, a agência procurou fazer do indígena um “trabalhador rural” que produz em quantidade, como também nacionalizar estes povos como cidadãos brasileiros, afinal, corria-se o risco da Guiana Francesa tomar conta desse território já que era bem mais próxima dos indígenas. A nacionalização foi necessária aos olhos dos governantes da época para que o território se consolidasse brasileiro, nesse sentido se explica o fato de proibirem os povos indígenas de falar a língua materna e impor o português.

No passado, que não é tão passado assim, nós indígenas vivemos situações originadas da atuação do SPI, por exemplo, as “formas de punição” que vigoram até hoje suponho que sejam práticas impostas pela agência e, inclusive, muitas vezes com “certa” concordância das comunidades. Muitas destas práticas foram incorporadas

em nossas vidas e isso não significa que vamos deixar de existir ou deixar de ser indígenas, falo isso sobretudo em relação a etnia da qual faço parte, pois em nossa trajetória histórica nós Karipuna “adquirimos” a língua Kheoul. Devemos ficamos atentos aos acontecimentos de hoje para que práticas externas e exógenas não venham se repetir e causar novas perdas culturais. Conhecer estas histórias, reavivar as memórias e lembranças do passado, nos prepara hoje para o futuro, antes usaram a escola para nos atingir, agora pretendemos fazer da escola um espaço de afirmação de nossa identidade ensinando e aprendendo sobre nossos povos.

A pesquisa ajuda a conhecer a história do meu povo, sobretudo para entender as formas como nós fomos envolvidos e como participamos nesse processo questionável de “submissão”. A proteção tutelar atingiu nossas vidas e causou perdas ao imputar a “subordinação” ao SPI. Houveram muitas imposições culturais que atingiram o meu povo e também outros, fomos juntamente com os Galibi-Marwono influenciados no uso da língua crioula, o Kheoul, enquanto os Palikur mantiveram a língua própria deles. Isso mostra que fomos atingidos por diferentes ideias e ações, mas nem sempre fomos envolvidos da mesma forma na relação com os não indígenas. Nesse sentido, sabemos que as práticas tutelares ajudaram a desorganizar nossa vida política na aldeia e mudaram as formas de conduzir as comunidades. Nós, povos indígenas, temos fortes laços culturais e as ideias de “civilizar” e “nacionalizar” em certa medida nos enfraqueceram, mas culturalmente estamos nos reerguendo a partir de saberes que estão ainda nas lembranças e que há tempos não eram revelados, temos muita força de vontade e força espiritual.

Quando comecei a estudar sobre o SPI eu vi nessa pesquisa uma possibilidade de encontrar respostas para explicar as perdas culturais que sofremos, inclusive, para entender profundamente as causas e consequências de práticas marcantes na vida dos nossos indígenas. Mas quando analisamos e percebemos que nossas famílias indígenas poderiam não existir se um funcionário do posto não tivesse se envolvido com um ou uma indígena, nós nos encontramos divididos em meio aos fatos. Sentimos a ne-

cessidade de entender essas duas faces que, em algum momento, foram essenciais para a formação de algumas famílias aqui, assim, devemos encerrar a realidade de ser parente de um funcionário do SPI. Isso foi confirmado durante os estudos comigo, muitas pessoas não sabem dessas informações, mas descobri que um dos funcionários do Posto Uaçá, o senhor Djalma Limeira Sfair, é irmão do meu avô materno chamado Luiz Bento. Nos relatos de meu avô ele dizia que Djalma convidou-o para vir ao Uaçá e ele não sabia onde ficava. Djalma tem filhos e netos indígenas e, quando observamos as práticas, vemos que esses envolvimento não eram banais.

Revolto-me quando analiso os documentos. No Relatório dos trabalhos executados de janeiro a setembro de 1944 no Posto Uaçá, feito pelo encarregado do posto Raimundo Fernandes de Paes Ramos, supervisionado por Eurico Fernandes,¹³ o agente apresenta o valor da produção e logo abaixo diz que os índios que não produziam nada, viviam uma vida irregular, praticando furtos entre si e na maior miséria.¹⁴ O que isso quer dizer?! Quer dizer que o indígena naquela época não produzia?! Produzia sim, produzia para consumo próprio, por ele ser simples e viver só com o que na época era suficiente significa ser miserável?! Não, se de fato estavam vivendo assim era por causa da influência dos não-índios que nesse tempo tiraram a liberdade que havia, mas isso não significou não ser mais indígenas, estamos aqui hoje para afirmar isso. Por muito tempo fomos tutelados pelo SPI, impelidos pela ideia de nacionalizar, proibidos de falar a nossa língua na escola, impedidos de praticar nossos rituais, mas agora somos incentivados e incentivadores em nossa aldeia de um movimento que fortaleça a cultura de nossas etnias.

2.2.2. Uma visão crítica sobre a história da proteção tutelar, por Lilia Ramos Oliveira

Falar sobre a atuação do SPI é como voltar ao passado, voltar na história que ainda está viva na memória de muitos sábios antigos, de sábios indígenas. Sabemos

¹³ Microfilme 092, documentos 01839 - 1841, Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro.

¹⁴ "Isto produzido por tribos que até três anos atrás, nada produziam, vivendo uma vida irregular praticando furtos entre si e na maior miséria." (Microfilme 092, documentos 01840, Museu do Índio/FUNAI, Rio de Janeiro).

que o SPI foi responsável pelas perdas culturais dos vários povos indígenas no Brasil. O modo de “civilizar” impunha muitas práticas maldosas contra os índios naquela época e de maneira submissa. Quando penso na palavra “proteção”, meu pensamento busca o sentido disso no passado do meu povo e das outras etnias. Não foram somente os Karipuna que passaram pelo “processo de integração”, mas todos os povos no Brasil. Sendo assim, percebo que não havia “proteção”, esta palavra existia somente no papel. Na prática nunca existiu. Sabemos que os nossos direitos como indígenas nunca foram respeitados e nem protegidos pelas sociedades envolvidas. Seria muito frustrante aceitar esse tipo de “proteção”, uma proteção que não protegia, mas assaltava, massacrava e punia muitas vezes os indígenas como se fossem “animais encurralados”. Essa pretensa proteção tirou dos indígenas sua liberdade, lhes deu como presente a escravização e assaltou seus bens mais preciosos, como costumes, línguas, crenças, danças, rezas, assopros, cânticos, entre outros.

A importância de eu estar estudando sobre a prática do SPI consiste em saber em que medida meu povo sofreu, saber por quê hoje eu, como indígena da etnia Karipuna, não falo minha língua materna fluentemente. Hoje entendo o quanto foi forte a repressão sobre os indígenas, como no caso da língua materna. É dolorido pra mim, como indígena, falar sobre esses fatos, porque embora não se queira narrar, é a sua história, é o passado do seu povo, como se fosse conhecer o passado obscuro do meu povo. Minhas raízes foram plantadas nesse passado doloroso, onde muitos foram mortos, muitas mulheres violentadas brutalmente, levadas, arrastadas para o meio da mata onde eram cometidos os abusos, inclusive, muitas delas engravidaram ou foram contaminadas por doenças contagiosas.

Diante de toda essa situação, faço-me uma indagação: que tipo de proteção era essa que feria profundamente a integridade física e psicológica dos nossos indígenas mediante todos esses acontecimentos? A Constituição Federal de 1988 reconhece ao índio os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, hoje, posso observar o quanto crescemos ao conquistar nossa autonomia, quando realizamos as

nossas grandes assembleias, quando lutamos pelos nossos direitos que no passado foram tirados pelo órgão do SPI. Sendo assim venho finalizar minhas palavras dizendo que hoje nós povos indígenas de Oiapoque somos autônomos para decidir o que queremos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas estatais expressas no decreto de criação do SPI, assim como em outras leis, decretos, decretos-lei e nas Constituições de 1934 e 1946, relacionados à tutela aos índios, expõe a preocupação com a proteção e a assistência, a integração e a nacionalização.¹⁵ Entre 1940 e 1950 se inaugurou nova fase do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pautado na introdução de novos métodos de produtividade (Revolução Verde) e na aceleração da transição de uma sociedade rural para predominantemente urbana e industrial (BRUM, 1988, p.33). O SPI se adaptou aos novos tempos e, para isso, a ideia de incorporação do índio na sociedade nacional muda de conteúdo, assim, os índios deveriam ser agentes sociais úteis ao Estado (ROCHA, 2003, p.101). Aos poucos os postos indígenas passaram a ser conduzidos como se fossem uma “empresa capitalista”, o nacional-desenvolvimentismo embasou as práticas nos Postos enquanto os discursos sobre a política indigenista procuraram redirecionaram a promover a integração do “índio” em vez de “nacionalização”, assim, o termo incorporação foi substituído por integração.

Os problemas do SPI tornam-se públicos ainda na década de 1950, com denúncias de corrupção, transgressões e desmandos administrativos da agência. Foi entre 1962 e 1967 que inquéritos foram instaurados no Ministério da Agricultura para averiguar irregularidades. Num contexto problemático onde o SPI estava defasado em seus métodos de aplicabilidade de tutela, comprometendo a “racionalidade” do Estado (Ditadura Militar), surge então a FUNAI, que propõe uma gestão do patrimônio

¹⁵ Ver Decreto n.º 8.072, 20/06/1910, Decreto n.º 9.214, 15/12/1911, Lei n.º 3.454, 1918, Decreto n.º 5.484, 27/06/1928, Constituição de 1934, Decreto n.º 736, 06/04/1936, Decreto-Lei n.º 1736, 03/11/1939, Decreto n.º 10.652, 16/10/1942, Decreto n.º 12.318, 27/04/1943, Decreto n.º 17.684, 26/01/1945 e Constituição de 1946.

empenhada com a reorganização da chamada “renda indígena”. Desde meados da década de 1960 a palavra “proteção fraternal” deixou de ser o objetivo central da atuação da agência indigenista no Brasil.

As discussões aqui apresentadas procuraram fazer alguns apontamentos sobre a atuação da proteção tutelar entre os povos indígenas de Oiapoque. Dessa forma, não se encerram nas breves análises deste artigo e necessitam que continuemos a promover estudos “sobre” e “com” os povos indígenas da região. Na história, sabemos que os documentos muitas vezes “falam”, mas nas pesquisas com povos indígenas, temos clareza que, quando adequadamente abordados, as narrativas ameríndias rompem o silêncio e são capazes de revelar histórias e memórias que nenhum documento institucional consegue transpor.

REFERÊNCIAS

- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 5 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.
- BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**. Trigo e soja. Petrópolis/Ijuí: Editora Vozes, 1988. p.33.
- CAPIBERIBE, Artionka. **Batismo de fogo**. Os Palikur e o Cristianismo. São Paulo: FAPESP; NUTI; ANNABLUME, 2007.
- _____. **Os Palikur e o cristianismo**. A construção de uma religiosidade. In: WRIGHT, Robin M.. Transformando os deuses. Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas do Brasil. São Paulo: Unicamp, 2004.
- FREIRE, Carlos A. da R. (Org.). **Memória do SPI**. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910 - 1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2011. p.151.
- FONSECA, P. C. D.; MOLLO, Maria de Lourdes R.. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, vol. 33, n. 2 (131), p. 222 - 239, abril-junho/2013.
- GALLOIS, Dominique T.; GRUPIONI, Denise F. **Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará**. Quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? São Paulo: IEPÉ, 2003.
- _____. (Org.). **Redes de relações nas Guianas**. São Paulo: Associação Editorial Hu-

manitas: Fapesp, 2005.

MIRANDA, Marlui (Org.). **Ponte entre povos**. São Paulo: SESC, 2005.

NIMUENDAJÚ, Curt. Excursões pela Amazônia, 1927. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2001, v. 44, n. 1., pp. 189 – 200.

RIO BRANCO, Barão do. **Questões de limites: Guiana Francesa**. Brasília: Ed. Senado Federal, 2008.

ROCHA, Leandro Mendes. **A política indigenista no Brasil: 1930 – 1967**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

ROMANI, C. A história entre o oficial e o lendário: interações culturais no Oiapoque. **Revista Antíteses**, v.3, n.5, 2010.

_____. Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 3, p. 501 – 524, set./dez. 2011a.

_____. Conflitos, fronteiras e territorialidades em três diferentes projetos de colonização na Amazônia. **Tempos Históricos**, v. 18, 2º Semestre de 2014, p. 164-190.

_____. Um eldorado fora de época. A exploração dos recursos naturais no Amapá. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 42, p.271 – 302, jun. 2011b.

_____. Missões científicas, imperialismo e política externa nas fronteiras com as Guianas. **Encontro Internacional de História, Fronteiras e Identidades**, realizado na UFPA, Campus Bragança, 2012.

_____. O poder de civilizar. O Estado e a exploração dos recursos naturais no Oiapoque. **Anais ANPUH**, XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

_____. O poder de nomear. Algumas toponímias do Oiapoque. **Ameríndia**, v. 5, n.1, 2008.

SANTOS, Uwet Manuel Antonio dos; GREEN, David; GREEN, Lesley. **Waramwi**. A cobra grande. São Paulo: IEPÉ, 2013.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. 2ª ed. Brasília: Ed. Senado Federal, 2004.

TASSINARI, Antonella I. M.. **Da civilização à tradição: os projetos de escola entre os índios do Uaçá**. In: SILVA, Aracy I. da; FERREIRA, Mariana (Org.). **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001a. p.157 – 195.

_____; COHN, Clarice. **Escolarização indígena entre os Karipuna e Mebengokré-Xikrin: uma abertura para o outro**. In: TASSINARI, A. M. I.; GRANDO, B. S.; AL-

BUQUERQUE, M. A. dos S.. (Org.). Educação Indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012. p.247 - 274.

_____. **No bom da festa.** O processo de construção Cultural das Famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: EDUSP, 2003.

VALLOT, Hugues. **A construção da fronteira Brasil/Guiana Francesa e os Palikur.** In: PIMENTA, José; SMILJANIC, Maria Inês (Org.). Etnologia Indígena e Indigenismo. Brasília: Positiva, 2012. p.53 - 73.

VIDAL, Lux. **A Cobra Grande:** uma introdução à cosmologia dos povos indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque, Amapá. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007.

_____. Mito, história e cosmologia: as diferentes versões da guerra dos Palikur contra os Galibi entre os povos indígenas da Bacia do Uaçá, Oiapoque, Amapá. **Revista de Antropologia**, v.44 n.1, São Paulo, 2001.

_____. **Povos Indígenas do Baixo Oiapoque:** o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver. Rio de Janeiro: Museu do Índio/IEPÉ, 2009.

ELABORAÇÃO DE BASES CARTOGRÁFICAS E MAPAS TEMÁTICOS COMO SUPORTE A PESQUISA GEOGRÁFICA NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE/AP

Luana Cristina Sabatinga da Rocha¹

Alexandre Luiz Rauber²

RESUMO: Este artigo apresenta alguns resultados obtidos nas atividades desenvolvidas no projeto “Elaboração do Atlas Físico-Ambiental e Geográfico do Município de Oiapoque como recurso didático informacional”, projeto registrado no Departamento de Pesquisa da UNIFAP – DPQ, no ano de 2014. O cronograma de atividades do projeto teve na sua fase inicial um aprofundamento científico e metodológico sobre a ciência geográfica e o uso de ferramentas de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto, realizando uma interação com as disciplinas da graduação do curso de geografia com os bolsistas de graduação envolvidos no projeto de pesquisa. A segunda fase das atividades abrangeu o levantamento de dados secundários das séries históricas disponíveis, levantamento das bases cartográficas existentes do município de Oiapoque e a capacitação no uso de softwares (TerraView, Spring, AutoCadMap, Calculadora Geográfica INPE e GoogleEarth) via tutorial elaborado pelo professor coordenador. Na terceira fase foram produzidas novas bases cartográficas, mapas físico-geográficos e mapas socioeconômicos na escala estadual e municipal. As informações mapeadas e representadas serviram como base para a produção de mapas temáticos como suporte a pesquisa geográfica no município de Oiapoque/AP.

Palavras-chave: Bases cartográficas, Mapas Temáticos, Geotecnologias e Município de Oiapoque.

1 INTRODUÇÃO

A área de estudo foi o município de Oiapoque, município localizado no extremo norte do estado do Amapá, com área de 22.476km², tendo uma baixa densidade demográfica. O litoral é formado por extensas planícies inundáveis recobertas por campo, com áreas de floresta densa e mangue. O interior se caracteriza por fazer parte do Escudo Geológico Guianense, planaltos residuais com áreas de colinas revestidas por floresta equatorial densa. Os solos apresentam baixa fertilidade natural para a agricultura pela sua acidez, que justifica uma frágil base agrícola. A ocorrência de minérios e de uma importante malha hidrográfica facilitou a instalação dos núcleos populacionais atualmente constituídos.

O Estado do Amapá destaca-se no cenário nacional quanto à conservação de

¹ Foi bolsista de iniciação científica PROBIC/UNIFAP, vigência 2015-2016.

² Orientador de iniciação científica. Professor do Curso de Geografia da UNIFAP.

suas florestas, principalmente pelo quantitativo de áreas preservadas, em diferentes Unidades de Conservação. A “Elaboração do Atlas Físico Geográfico do Município de Oiapoque, como recurso didático e informacional” através de técnicas de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento baseia-se no estudo e mapeamento da atividade antrópica e produção de informações espacializadas e georreferenciadas, integrando os objetivos do Projeto de Pesquisa.

A importância desta iniciativa surgiu da carência de bases cartográficas georreferenciadas que o município possui, o trabalho desenvolvido a partir do uso de softwares (Spring, AutoCadMap, TerraView) e dados do IBGE tem por fins fornecer a gestão Municipal e regional um mecanismo didático capaz de facilitar o acesso a essas informações, sobretudo fornecer base para o desenvolvimento econômico da região.

O planejamento municipal necessita de planos que norteiem a questão geográfica aliada ao uso das geotecnologias para que se possa ter um melhoramento na forma que são tratadas as questões de aprovação de projetos avaliando as possibilidades de riscos ou perdas ambientais. Por meio da produção dessas bases cartográficas torna-se possível um estudo mais profundo voltado a produção acadêmica.

As geotecnologias possibilitam a otimização, rapidez e eficácia na realização de pesquisas, principalmente na área tecnológica onde usuários das mais diversas áreas se utilizam de ferramentas de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento como instrumento de planejamento e análise ambiental. As técnicas de geoprocessamento apresentam-se com uma gama de tecnologias para auxiliar a coleta, manipulação e o armazenamento de dados sobre a superfície terrestre. As áreas do conhecimento que se servem dessa ferramenta têm o interesse por entes de expressão espacial, sua localização e distribuição. As principais aplicações estão relacionadas ao planejamento urbano e rural, mapeamentos, cadastro urbano e rural e banco de dados geográficos.

A pluralidade dos dados ambientais necessita de um tratamento espacial, sejam em bacias hidrográficas, regiões de interesse, cidades, municípios ou empresas. Em função disso, no cenário atual da pesquisa ambiental, o geoprocessamento conforme

abordado por Câmara (2002), é um conjunto de tecnologias direcionadas, tanto para coleta de dados espaciais com localização geográfica definida, como o processamento e análise destes dados, em forma de mapas digitais. Esse instrumental se aplica a diversos campos profissionais, tornando-se imprescindível para projetos que lidam com questões voltadas à organização, planejamento e gestão do ambiente ou que envolvam análises espaciais em seus estudos. A proposta justificou-se, pois trata-se de dados e mapas temáticos que serão produzidos através de técnicas de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento que postos a público através de material que explicita a capacidade/agilidade de produção de informações, favorecerá o acesso mais rápido a estas geotecnologias. Os produtos cartográficos e a publicação gerada irão indicar as características e a dinâmica da ocupação das atividades econômicas no extremo norte do estado do Amapá.

2 OBJETIVOS

A pesquisa teve objetivo principal a elaboração de bases cartográficas e a produção de material bibliográfico para a elaboração do atlas físico geográfico do município de Oiapoque para a sua futura utilização como recurso didático informacional para a comunidade regional do norte do Amapá. Os objetivos específicos foram os seguintes:

- gerar mapas temáticos do município de Oiapoque;
- compartimentar e caracterizar o município de Oiapoque;
- gerar informações socioeconômicas e físico-ambientais do município de Oiapoque;
- gerar instrumentos de uso técnico-científico e educacional para a comunidade regional;
- capacitar discentes do curso de Geografia do Campus Oiapoque no uso de ferramentas de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto;
- capacitar os bolsistas no uso do software de Geoprocessamento Spring e TerraView.

3 METODOLOGIA

Foram produzidas bases cartográficas e mapas temáticos, relatórios técnicos, através de técnicas de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento, utilizando como ferramenta Sistemas de Informações Geográficas - SIG, para a produção de informações georeferenciadas, de forma a viabilizar o acesso eficaz e rápido a esta tecnologia.

Foram utilizadas as seguintes fontes de dados e métodos de pesquisa:

- a- Dados secundários do IBGE (série histórica de dados populacionais, econômicos, etc...)
- b- Bases cartográficas de dados físico-geográficos do IBGE (Mapas na escala 1:250.000 de Geologia, Solos, Vegetação, Geomorfologia, Uso e Ocupação).
- c- Imagens de satélite LandSat TM5 e ETM7 (Série histórica disponível no Banco de imagens de satélite do INPE).
- d- Cartas topográficas na escala 1:100.000, para definição dos limites municipais, assentamentos agrícolas, terras indígenas, unidades de conservação, parques e bacias hidrográficas.
- e- Processamento das bases cartográficas e dados alfanuméricos nos softwares Spring e TerraView.
- f- Levantamento de informações à campo e conferência dos mapeamentos produzidos.

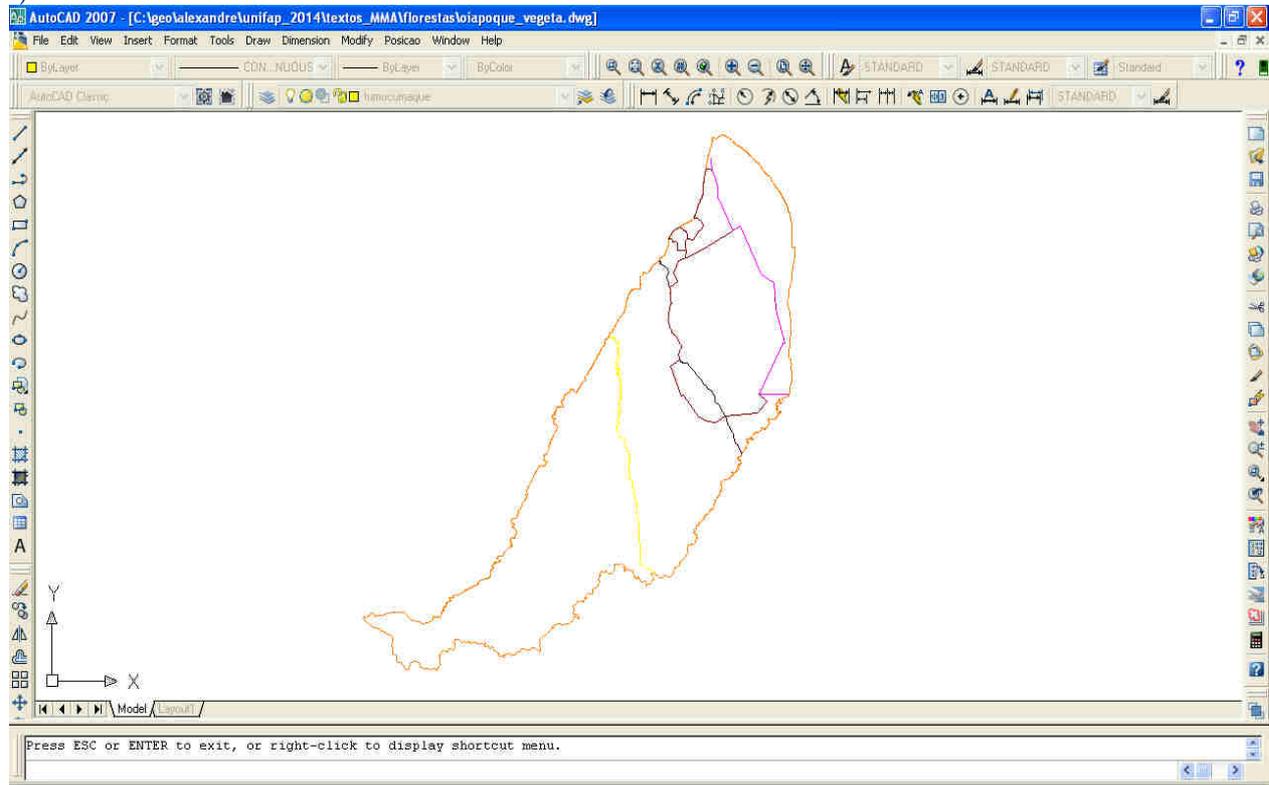
4 RESULTADOS

Foram levantados e formatados dados qualitativos e quantitativos utilizando uma série histórica de 30 anos, e produzidas diferentes bases cartográficas e mapas temáticos com informações socioeconômicas e físico-ambientais do município. Segue alguns dados e produtos levantados e confeccionados:

- a- Produção de bases cartográficas georreferenciadas das bacias hidrográficas e do município de Oiapoque, em formato .dxf e .shp. Esses produtos transformados no

mesmo Sistema de Coordenadas e Datum e posteriormente os limites delineados foram utilizados como base na produção dos diferentes mapas temáticos.

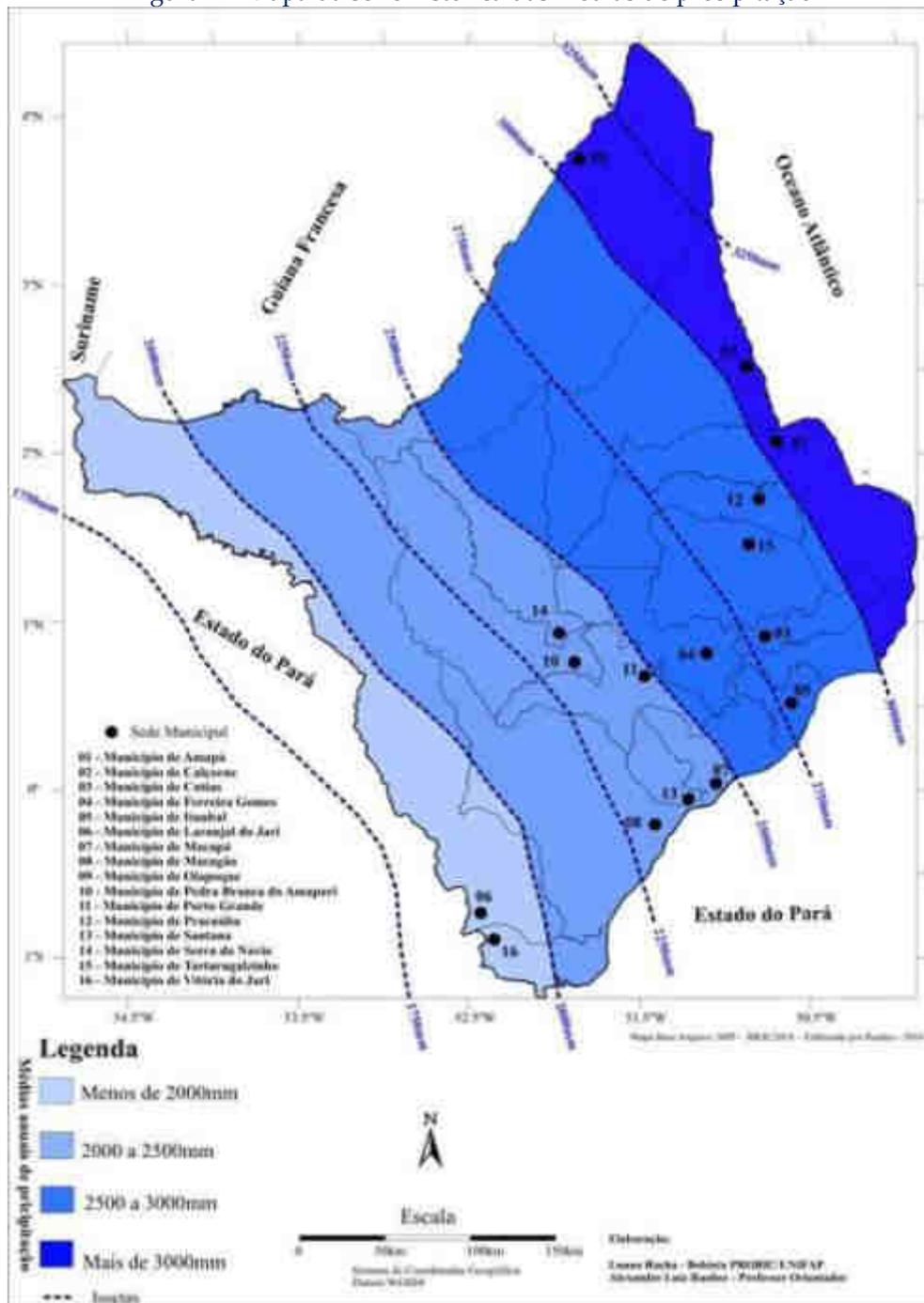
Figura 1 - Limites municipais, terras indígenas, parques nacionais e assentamentos agrícolas (formatos .shp e .dxf).



Fonte: Elaborado por Rauber e Rocha - 2015. Projeto de Pesquisa DPQ/UNIFAP. Elaboração do Atlas Físico Geográfico do Município de Oiapoque como Recurso Didático Informacional.

b- Levantamento da série histórica de dados climáticos do município - temperatura, precipitação, direção e intensidade de ventos - e produção de mapas temáticos dos dados climatológicos.

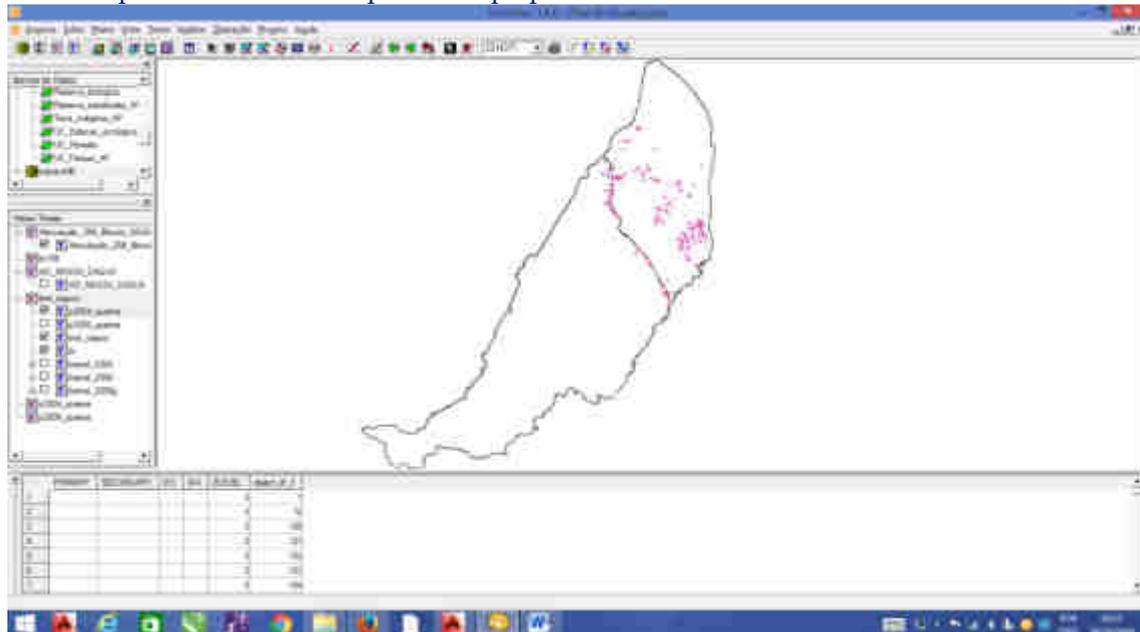
Figura 2 – Mapa da série histórica das médias de precipitação



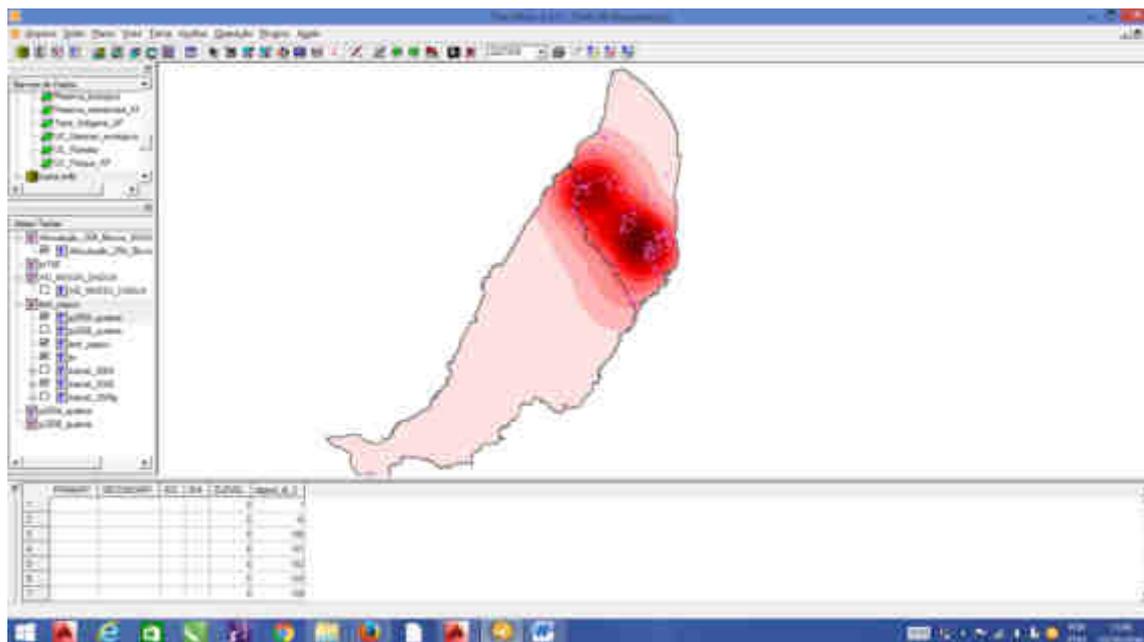
Fonte: Elaborado por Rauber e Rocha - 2015. Projeto de Pesquisa DPQ/UNIFAP. Elaboração do Atlas Físico Geográfico do Município de Oiapoque como Recurso Didático Informativo.

c- Produção de mapas temáticos de hidrografia, uso e ocupação do solo, pedologia, vegetação, geomorfologia, geologia do município de Oiapoque.

Figuras 4 e 5 – Incidência de focos de queimadas e mapa de kernel do padrão de distribuição dos focos de queimadas no município de Oiapoque no ano de 2015.



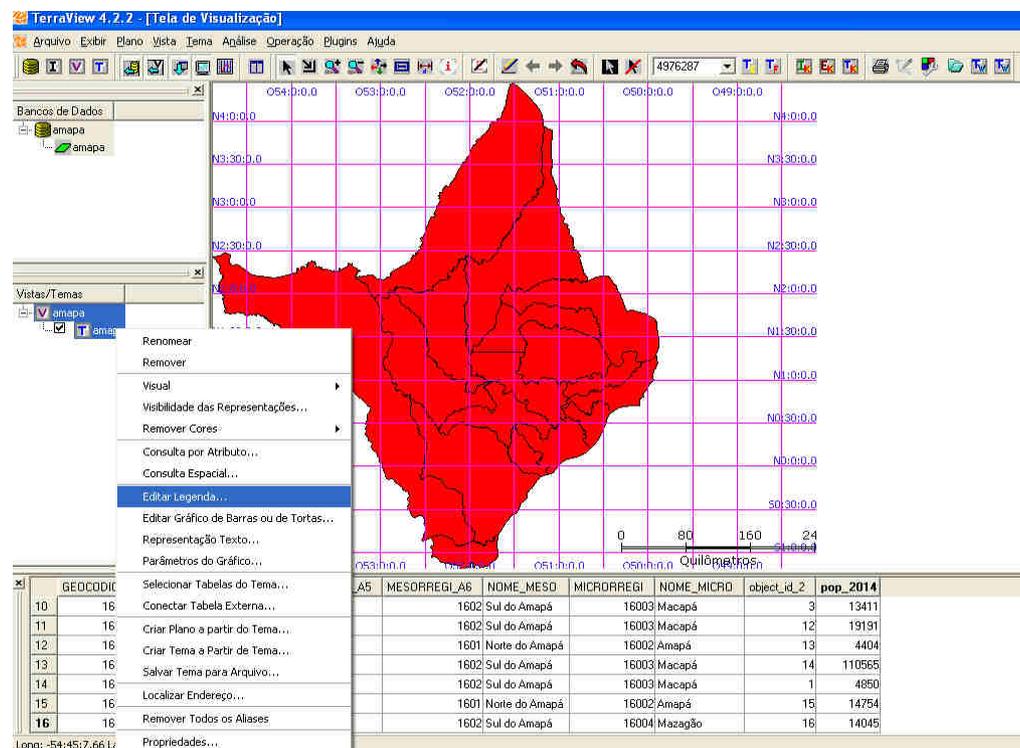
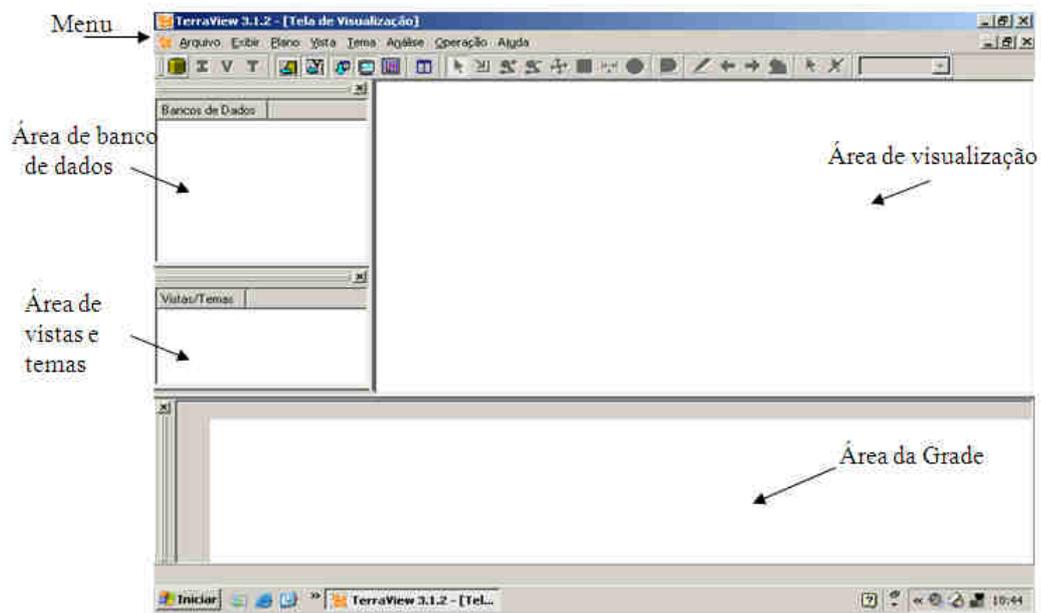
Fonte: Elaborado por Rauber e Rocha – 2015. Projeto de Pesquisa DPQ/UNIFAP. Elaboração do Atlas Físico Geográfico do Município de Oiapoque como Recurso Didático Informacional.



Fonte: Elaborado por Rauber e Rocha – 2015. Projeto de Pesquisa DPQ/UNIFAP. Elaboração do Atlas Físico Geográfico do Município de Oiapoque como Recurso Didático Informacional.

e- Uso pelo bolsista do software TerraView e Spring para o processamento de imagens de satélite e bases cartográficas. Exemplo de Tutorial produzido pelo professor orientador e utilizado pela bolsista.

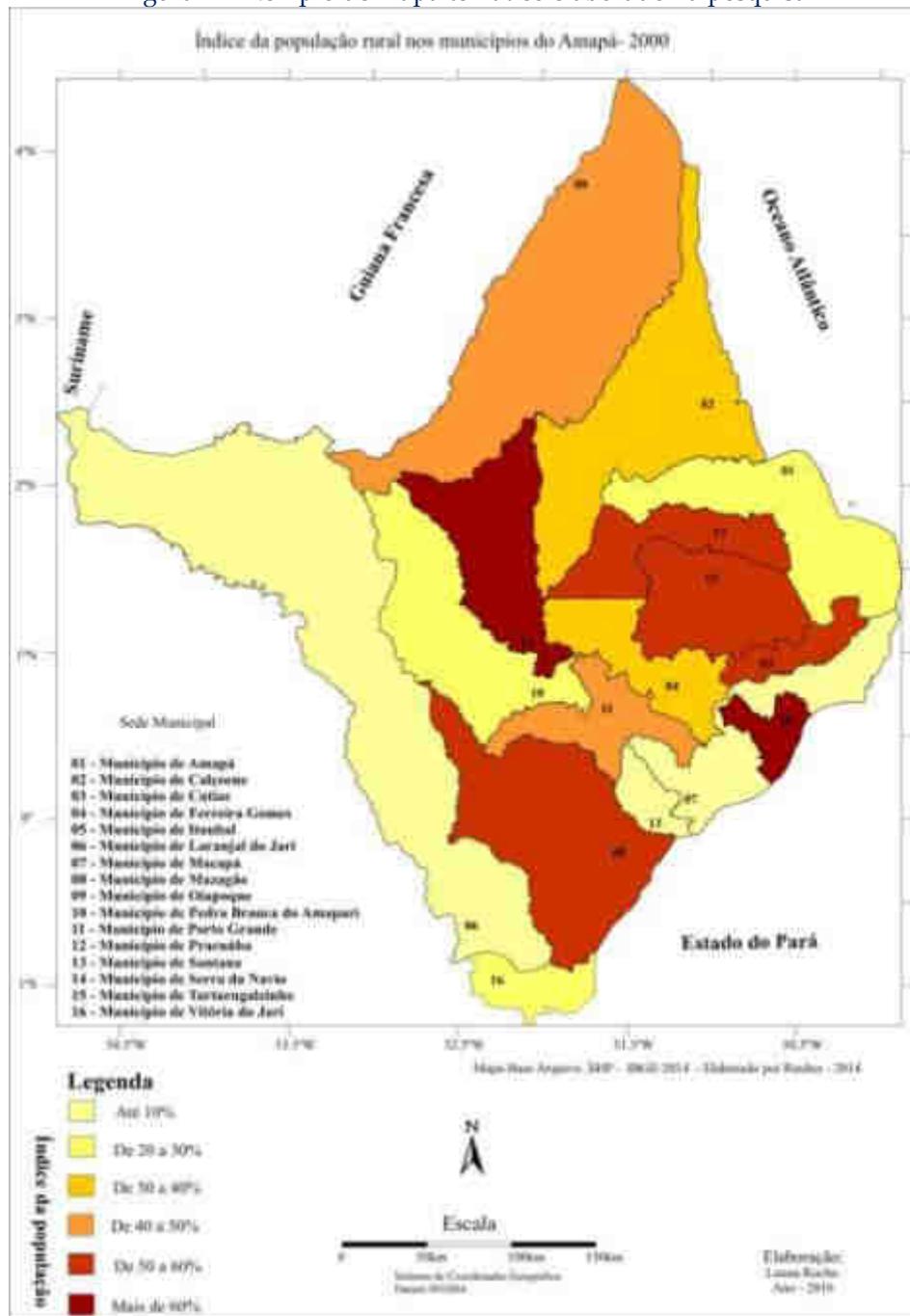
Figura 6 – Exemplo de tutorial de SIG elaborado.



Fonte: Elaborado por Rauber – 2015. Projeto de Pesquisa DPQ/UNIFAP. Elaboração do Atlas Físico Geográfico do Município de Oiapoque como Recurso Didático Informacional.

f- Tabulação de série histórica de dados socioeconômicos e demográfico e a produção de mais de 50 mapas temáticos utilizando o software TerraView.

Figura 7- Exemplo de mapa temático elaborado na pesquisa



Fonte: Elaborado por Rauber e Rocha - 2016. Projeto de Pesquisa DPQ/UNIFAP. Elaboração do Atlas Físico Geográfico do Município de Oiapoque como Recurso Didático Informativo.

5 DISCUSSÕES

Para compreendermos como se configura o espaço geográfico, há necessidade de se conhecer e levantar dados para um posterior diagnóstico do meio. As geotecnologias surgem com uma gama de tecnologias para a coleta, manipulação e armazena-

mento de dados quantitativos e qualitativos, trazendo as informações do mundo real para uma base cartográfica analógica e/ou digital, servindo de elementos para as diversas análises espaciais, e como ferramenta e campo fértil de pesquisa para os geógrafos e as diversas áreas afins.

Tricart (1980), afirma que na dialética do conhecimento, há inicialmente um certo número de observações e de dados concretos fornecidos pela vida cotidiana. São eles o ponto de partida de raciocínios, de deduções que orientam as ações e correlações. Mas o homem também inventa uma série de instrumentos que ampliam o campo de nossa percepção, bem além de nossos sentidos, como os diversos aparelhos de Cartografia, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento, e sua gama de ferramentas e procedimentos computacionais, alargando o potencial de observação, tratamento e informações do objeto de estudo.

A cartografia, linguagem da geografia é o instrumento de domínio intelectual do espaço geográfico. Ao produzirem mapas e cartas, as sociedades ultrapassam a mera experiência sensível do ambiente, apropriando-se intelectualmente do espaço geográfico. A cartografia faz parte do aparato de tecnologias das sociedades. É uma técnica, que requer determinados conhecimentos matemáticos e baseia-se em regras e convenções. Os mapas e as cartas são veículos de formas de interpretar o mundo, carregadas de valores culturais, sociais e históricos.

A análise espacial, utilizando as geotecnologias, é uma ferramenta que possibilita manipular dados espaciais de diferentes formas e extrair conhecimento adicional como resposta. Incluindo funções básicas como consulta de informações espaciais dentro de áreas de interesse definidas, manipulação de mapas e a produção de sumários geoestatísticos dessa informação. Incorporando também funções como a investigação de padrões e relacionamentos dos dados na área de interesse. A pesquisa proposta e os produtos gerados a partir da geração do Atlas físico-ambiental e geográfico do município de Oiapoque tendem a fornecer subsídios para uma leitura espacial, para a produção de informação geográfica e proposições de políticas territoriais, subsi-

diando o desenvolvimento econômico, sociocultural e ambiental de uma região do estado da Amapá que é carente de bases cartográficas georreferenciadas, mapas temáticos multitemporais, levantamento de questões ambientais e a formação de pessoal técnico que saibam utilizar as geotecnologias.

Para Fitz (2008), a evolução tecnológica, vivenciada notadamente nas últimas décadas de século XX e início do presente, provocou reações diversas no meio científico, especialmente no que diz respeito à aplicabilidade de seus produtos e a relação entre técnicas e questões arraigadas. A ciência geográfica, que pode ser considerada como fornecedora teórica metodológica das geotecnologias, ainda sofre as consequências de sua omissão, ao menos em termos de Brasil, com relação ao desenvolvimento e a aplicação dessas geotecnologias.

Os resultados alcançados mostram além da importância das geotecnologias dentro da Geografia, a disponibilização de produtos cartográficos que contribuam para os diferentes segmentos do município e a comunidade acadêmica do Campus Binacional Oiapoque da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Foram produzidos tutoriais, bases cartográficas digitais, artigos científicos e mais de 50 mapas temáticos sobre as informações levantadas, interpoladas, sobrepostas e representadas do município de Oiapoque, que até então poderia ser considerado ainda um “vazio cartográfico” no extremo norte do Brasil.

REFERÊNCIAS

- CÂMARA, G. MONTEIRO, A.M.V.; CARVALHO, M. S.; DRUCK, S. **Análise Espacial de Dados Geográficos**. 2002. (online), disponível <http://www.dpi.inpe.br>.
- DELAZARI, L. C. **Modelagem e implementação de um Atlas Eletrônico Interativo utilizando métodos de visualização cartográfica**. São Paulo, Escola Politécnica - USP, 2004.
- DRUCK, Suzana. CARVALHO, Maria Sá. CÂMARA, Gilberto. MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. **Análise Espacial de Dados Geográficos**. EMBRAPA. Brasília, 2004.
- FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficinas de Textos, 2008.

- FLORENZANO, T. G. **Iniciação em Sensoriamento Remoto**. São Paulo. Oficina de Textos, 2011.
- FLORENZANO, T. G. **Imagens de satélite para estudos ambientais**. São Paulo. Oficina de Textos, 2002.
- GERARDI, L. H. O. e SILVA, B. C. N. **Quantificação em Geografia**. São Paulo, DIFEL, 1981.
- GUASSELLI, L. A., COLLISCHONN, E., BRINCKMANN, W. E., RAUBER, A. L., ALMEIDA, C. S. **Atlas Temático - Bacia Hidrográfica do Arroio Carijinho - RS**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. 72p.
- IBGE, **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro, IBGE, 1999.
- LANG, S. BLASCHKE, T. **Análise da Paisagem com SIG**. São Paulo Oficina de Textos, 2009.
- LOCH, R. E. N. **Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- MARTINELLI, M. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo. Contexto, 2003.
- NEVES, Marcos Corrêa. et. al. **Análise Exploratória Espacial de Dados Sócio-Econômicos de São Paulo**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE. Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/gilberto/papers/marcos_gisbrasil2000.pdf acessado em 29 de maio de 2011.
- SANTOS, A. R. Spring 5.1.2. **Passo a passo: explicações práticas**. Alegre, CAUFES, 2010.
- SPOSITO, E. S. **A propósito dos paradigmas de orientação teórico-metodológicas na geografia contemporânea**. In: Paradigmas da Geografia. Terra Livre. N°16. AGB. São Paulo, 2001. P. 99-112.
- TRICART, J. **O campo na Dialética da Geografia**. In: Reflexões sobre a Geografia. São Paulo: Editora AGB seção São Paulo, 1980. P. 97-119.
- VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org.). **Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. 239 p.

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE MACAPÁ-AP (2014-2017): UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA E PRELIMINAR SOBRE A ÓTICA DOS ATORES SOCIAIS¹

Manoel Oliveira Cabral²

Alexandre Gomes Galindo³

RESUMO: O propósito deste trabalho foi realizar um estudo exploratório sobre o fenômeno da participação social, voltado à compreensão da forma como os moradores da cidade de Macapá-AP integraram e demandaram suas necessidades aos poderes da administração municipal durante o processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) da prefeitura no ano de 2013, com vista a sua execução no período de 2014-2017. Neste estudo foram identificados os pontos positivos, as dificuldades e os desafios dos atores sociais envolvidos no processo. Para a contextualização teórica da pesquisa, procedeu-se uma breve explanação relacionada com o conceito de participação social, sua garantia constitucional, experiências, avanços e dificuldades como mecanismo de elaboração/controle de políticas públicas e sobre a importância do município como ente federado na execução de políticas através dos três instrumentos constitucionais organizadores da administração pública (PPA, LDO e LOA). A abordagem metodológica aplicada foi exploratória de natureza qualitativa, com análises documentais, estudos bibliográficos, além de entrevistas com atores sociais chave no processo. Na discussão, foi abordado o PPA como prática participativa, instrumento de controle da administração e como tentativa de implementar uma experiência local de Democracia Participativa. As considerações finais apontaram para o fato da elaboração participativa do PPA da prefeitura de Macapá proporcionar experiências de empoderamento social na política administrativa local. Todavia, os vários limites e desafios identificados no presente trabalho indicaram a necessidade de ajustes no desenho institucional e ampliação do processo participativo de tal monta que os agentes envolvidos possam estar inseridos mais profundamente no desenvolvimento de políticas públicas, tanto na etapa de planejamento, como nas etapas de execução e controle.

Palavras-chave: Democracia; Gestão Democrática; Participação.

1 INTRODUÇÃO

Nos processos de construção de políticas públicas, a participação social é uma temática discutida e conceituada por vários autores, como Carvalho (2003) e Dagnino (2004). De acordo com o contexto social esse processo recebe diferentes significados: inclusão social, participação de cidadãos, participação

¹ Este artigo é resultado de pesquisa de Iniciação Científica PROBIC/UNIFAP/CNPq (Plano de Trabalho “Análise da participação social no processo de elaboração do plano plurianual do município de Macapá (2014-2017): o que a sociedade tem a dizer?”), integrante do Projeto de Pesquisa “Estado, Sociedade Civil e Democracia: um olhar sobre a perspectiva dos processos de participação social na condução política em Macapá-AP”, institucionalizado no DPq/UNIFAP e vinculado ao Programa de Doutorado Interinstitucional em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal do Amapá UFC/UNIFAP.

² Foi bolsista de iniciação científica PROBIC/UNIFAP, vigência 2015-2016.

³ Orientador de iniciação científica. Professor do Curso de Administração da UNIFAP.

popular, participação democrática e participação comunitária. Para as referidas autoras, independente do nome ou mesmo da prática definida para as ações da participação social, o mais importante são as iniciativas de inclusão da sociedade na gestão de políticas públicas, que devem atender aos anseios dos cidadãos, integrando-os a um processo participativo onde eles possam demandar à gestão pública a realização de serviços considerados prioritários.

Na concepção de Mendonça (1987), o conceito de participação transpõe as áreas da Sociologia, Direito, Ciência Políticas, Psicologia, Administração, e carrega uma multiplicidade de significados, que representam diferentes aspectos e diversos objetivos a ele atribuídos. Entretanto, para Alencar (2010), conceituar a participação social não é tarefa fácil, porque é uma ação que se materializa somente por meio da prática social. No conceito desse autor, a participação sofre mudanças de acordo com as transformações culturais e ideológicas da sociedade. Para (ALVES, 2013), a concretização da participação só ocorre quando possibilita que os sujeitos façam parte das decisões que lhes dizem respeito nos diversos aspectos, entre eles os culturais, sociais e econômicos.

A Constituição Federal de 1988 instituiu o Estado Democrático, que assegura dentre outros, os direitos participativos, sociais e individuais. A Carta Magna protege e proporciona a todos o gozo da cidadania plena, além de garantir o poder e o dever de desempenhar tais prerrogativas. Assim como esperado na legislação infraconstitucional, a Constituição predispõe o direito do cidadão de participar da gestão das coisas públicas.

Essa atribuição participativa e de poder garantida constitucionalmente, aproxima a gestão pública do cidadão e testifica que as formulações de políticas públicas não sejam monopólio do Estado. Assim, possibilita a sociedade o direito de discutir, participar e demandar as suas necessidades na busca de atendimento do poder público. Conseqüentemente, com base na Carta Magna de 1988, a administração pública tem a obrigação de agir em total transparência, utilizando-se da publicidade de seus

atos de gestão, permitindo que esses sejam identificados e fiscalizados pelo cidadão.

Após o fim do regime militar na década de 1980, o contexto político brasileiro reconquista direitos importantes, entre eles os direitos políticos e os inerentes à democracia participativa (BASTOS, 1995). Nesta mesma década a Constituição Federal de 1988 define no Artigo 18 a descentralização dos poderes, dando a autonomia aos entes federados. Neste período da história brasileira, o Território Federal do Amapá se tornou Estado da República Federativa do Brasil e adquiriu, juntamente com os seus municípios, a autonomia de se auto-organizar e autogovernar. Logo, a cidade de Macapá objeto deste estudo, passa a assumir plenamente sua própria organização político-administrativa.

O objetivo deste trabalho foi proceder a uma imersão exploratória sobre o fenômeno da participação social em Macapá (Estado do Amapá-Brasil), durante o processo de elaboração do Plano Plurianual da Prefeitura (PPA) para o quadriênio 2014-2017. A abordagem metodológica aplicada foi exploratória de natureza qualitativa, por meio de análise documental, estudos bibliográficos e da realização de entrevistas com atores sociais vinculados à elaboração do referido plano no ano de 2013. Nesta pesquisa, foram identificados pontos positivos, dificuldades e desafios dos sujeitos envolvidos no processo. Após esta introdução, o presente estudo realiza uma breve exposição dos procedimentos metodológicos, para em seguida discorrer sobre a contextualização teórica da pesquisa, a apresentação e discussão dos resultados encontrados e tecer considerações finais.

2 METODOLOGIA

Os esforços para alcançar os objetivos deste trabalho, produto de uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, foram concentrados na busca de levantamentos e coletas de dados por meio de entrevistas, análises documentais e estudos bibliográficos, como artigos, dissertações, livros, monografias, revistas e teses. Foram realizadas reflexões sobre democracia participativa, sobre os aspectos conceituais e operativos da

participação social na elaboração de políticas públicas, além das características concernentes ao Plano Plurianual (PPA) como peça de planejamento indispensável na gestão municipal.

As documentações utilizadas nesse trabalho (Memória do Congresso do Povo, Relatórios Oficiais e Plano Plurianual do Município), foram produzidas pelos técnicos da Prefeitura Municipal de Macapá e cedidas para este estudo. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com dois agentes do executivo municipal que atuaram no processo (Técnico de sistematização do PPA da Secretaria Municipal de Planejamento e Técnico de Mobilização da Secretaria Municipal para Assuntos Extraordinários), além de três lideranças locais eleitas como delegados representativos da sociedade durante a elaboração do PPA (Quadro 1).

Quadro 1- Atores sociais entrevistados

GRUPO DE SUJEITOS		CÓDIGO	TEMPO ENTREVISTA
SEMPLA-Secretaria Municipal de Planejamento	Técnico responsável pelo processo de sistematização do PPA	D209	0:57:09
SEMAE-Secretaria Municipal para Assuntos Extraordinários	Técnica responsável pela Mobilização	D204	1:11:30
CONPOP-Conselho Popular do Congresso do Povo (Delegados do PPA)	Setorial (Idoso)	D317	1:06:55
	Distrito (Santa Luzia do Pacuí)	D306	0:26:45
	Área 7/8 (Marco Zero)	D302	0:43:30

Fonte: Próprio autor.

Os roteiros de entrevista (Quadro 2) foram elaborados com o propósito de observar as percepções dos diferentes atores sociais sobre o desenvolvimento das ações implementadas nesta experiência participativa.

Quadro 2- Elementos do roteiro da entrevista semiestruturada (Continua...)

ELEMENTOS DO ROTEIRO DE ENTREVISTA (Técnico que participou do processo de sistematização do PPA)
<p>PREAMBULO:</p> <p>1- Há quanto tempo você está atuando como servidor na PMM? Em quais áreas?</p> <p>2- Qual foi seu papel no processo de elaboração do PPA (2014-2017)?</p> <p>DA GESTÃO DA ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO TÉCNICA DO PPA:</p> <p>1- Como se procedeu à elaboração do PPA (2014-2017)?</p> <p>2- Sobre a perspectiva da participação social, existiram diferenças nos processos de elaboração dos últimos 3 PPAs da PMM? Se sim, quais avanços e retrocessos?</p> <p>3- Quais foram os principais espaços (formais) abertos de diálogo direto com a sociedade para a elaboração do PPA (2014-2017)?</p>

- 4- Houve a utilização de mecanismos informais de participação da sociedade abertos durante a elaboração do PPA (2014-2017)?
- 5- Como ocorreram os processos de diálogo-mediação-registro-sistematização das demandas da sociedade durante a elaboração do PPA (2014-2017)? Na sua opinião quais principais problemas, dificuldades, desafios encontrados? Houve avanços; Quais?
- 6- Quais os principais momentos em que a equipe técnica atuou no processo de tradução (não transcrição) das demandas sociais para os documentos técnicos? Como esse processo se realizou?
- 7- Qual o nível de participação dos integrantes nas assembleias no decorrer das etapas de mobilização e debates?
- 8- Qual a sua leitura sobre a maneira como se efetuaram os diálogos, conflitos e disputas neste processo participativo?
- 9- Como foi a participação do legislativo no processo de elaboração do PPA (2014-2017)?
- 10- Quais foram os principais pontos do PPA discutidos e alterados pelo legislativo?
- 11- No seu ponto de vista, como se desenvolveu a participação (frequência e intensidade de atuação) dos representantes da sociedade (delegados) no processo de elaboração do PPA (das assembleias até a aprovação pela Câmara)?
- 12- Que outras entidades públicas/privadas se destacaram como participes da elaboração do PPA (2014-2017)?
- 13- Em termos gerais, em sua opinião, quais os principais problemas e desafios encontrados no processo de elaboração do PPA?

Quais outros comentários você acha importante acrescentar nesta entrevista?

ELEMENTOS DO ROTEIRO DE ENTREVISTA (Técnica de Mobilização)

PREAMBULO:

- 1- Há quanto tempo você está atuando como servidor na PMM? Em quais áreas?
- 2- Qual foi seu papel no processo de elaboração do PPA (2014-2017)?

DA GESTÃO DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL:

- 1- Como se procedeu à elaboração do PPA (2014-2017)?
- 2- Como se efetuou o processo de mobilização social para as Assembleias do Congresso do Povo?
- 3- Que tipo de suporte os membros da sociedade receberam para se mobilizarem para as Assembleias?
- 4- Quais principais dificuldades e desafios encontrados na mobilização da sociedade durante o processo de elaboração do PPA (2014-2017)?
- 5- Como a SEMAE atuou no processo de elaboração do PPA (da sensibilização até a aprovação na Câmara)?
- 6- Qual o nível de participação dos integrantes nas assembleias no decorrer destas etapas de mobilização e debates?
- 7- Qual a sua leitura sobre a maneira como se efetuaram os diálogos, conflitos e disputas neste processo participativo?
- 8- No seu ponto de vista, como se desenvolveu a participação (frequência e intensidade de atuação) dos representantes da sociedade (delegados) no processo de elaboração do PPA (das assembleias até a aprovação pela Câmara)?
- 9- Em termos gerais, em sua opinião, quais os principais problemas e desafios encontrados no processo de elaboração do PPA?
- 10- Como se desenvolve o processo de controle social na execução do PPA? E quais avanços, dificuldades e desafios neste processo de controle?

Quais outros comentários você acha importante acrescentar nesta entrevista?

ELEMENTOS DO ROTEIRO DE ENTREVISTA (Delegados do PPA)

PREAMBULO:

- 1- Você é delegado representativo de que localidade (região representativa da Assembleia)?
- 2- De que forma você foi indicado para representar os moradores de sua região? Quem mais lhe apoiou neste processo de indicação?
- 3- Quais são os principais segmentos sociais que você considera representante?
- 4- Além de você, existem outras pessoas ou organizações que exercem liderança em sua região? Em sua opinião, quais seriam as principais?
- 5- Você está vinculado a alguma entidade representativa de Bairro ou similar?
- 6- Você considera a região que você representa ativa (“forte”) politicamente? Existem muitas lideranças

ativas? Como elas se atuam e se relacionam?

DA GESTÃO DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL:

- 1- Qual foi seu papel no processo de elaboração do PPA (2014-2017)?
 - 2- Quais foram as principais demandas (“propostas”) apresentadas pelos delegados de sua região? Elas foram contempladas no documento do PPA?
 - 3- Como era a forma de apresentação e aprovação das propostas nas Assembleias do PPA? Houveram muitos debates e discussões para as aprovações das propostas? Como foi a participação dos Técnicos da prefeitura neste processo de discussão e debate?
 - 4- Quais principais problemas, dificuldades e desafios percebidos nos processos de mobilização e participação nas assembleias de elaboração do PPA?
 - 5- Você se considera pleno representante do povo? Por quê?
 - 6- Qual a sua penetração na estrutura da Prefeitura Municipal de Macapá? Até onde você tem acesso na Prefeitura?
 - 7- O PPA começou a ser executado em 2014. Você tem participado do controle desta execução?
 - 8- Até que ponto as demandas de sua região, que foram aprovadas para serem incluídas no PPA, foram atendidas? Como foi a sua participação neste processo?
 - 9- Você acha que de 2014 para cá houve melhorias na gestão do município? Se houve, quais foram as que mais se destacam?
 - 10- Como tem sido feito a identificação de novas demandas de sua região e a reivindicação junto ao poder público municipal?
 - 11- Em sua opinião, houve avanços, na relação entre a Prefeitura Municipal e o cidadão?
 - 12- Em seu ponto de vista, quais limitações, dificuldades e desafios existentes nesta relação entre a Prefeitura Municipal e a sociedade? Você tem alguma sugestão para melhoria deste processo?
- Quais outros comentários você acha importante acrescentar nesta entrevista?**

Fonte: Próprio autor.

O processo de análise foi realizado através do tratamento dos dados contidos nas transcrições das entrevistas e nos registros documentais com o propósito de elucidar as características da dinâmica participativa, os avanços, os pontos positivos, as dificuldades e os desafios.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

3.1 CONCEPÇÕES DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTEMPORANEIDADE

As razões históricas e a necessidade de reconfigurações políticas, econômicas, culturais e sociais, levou a democracia por muitas vezes a se reinventar no sentido de juntar-se às transmutações e reformulações introduzidas na sociedade. A cada mudança a sociedade incorporou em sua estrutura elementos do seu tempo buscando adequar-se ao que julgava ser mais significativo para o alcance do verdadeiro espírito

democrático (HARDT; NEGRI, 2005).

A forma democrática representativa foi caracterizada por ações e teorias que não reconheciam o cidadão como o seu maior e principal protagonista. A persistência das oligarquias foi um dos fatores destacados por Bobbio (2000) como sinalização dos limites à incorporação do que seria o verdadeiro espírito democrático de representação. O autor remete-se à Teoria das Elites elaborada por Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto ao afirmar que “a característica de um governo democrático não é a ausência de elites, mas a presença de muitas elites em concorrência entre si para a conquista do voto popular”.

A teoria bobbianiana sobre o que seria um verdadeiro governo democrático, foi importante para evidenciar que as elites não eram o impedimento para democracia, mas, sim um princípio fundamental para o seu funcionamento (GRYNSZPAN, 1996). Sobre esta perspectiva, não seria a presença das elites que transformaria um sistema democrático em um sistema autoritário e sim o seu procedimento.

Schumpeter (1975) e seus seguidores trabalhavam na eliminação da ideia daqueles que buscavam um regime democrático mais participativo e igualitário. Esse autor considerava um grande erro pensar que a palavra democracia significava governo do povo. A democracia deveria ser entendida como mecanismo de escolha e autorização de governos, sendo esta a forma de participação do povo. Completava Schumpeter, que o papel do cidadão era constituir um governo, e o método democrático um sistema institucional para a tomada de decisões políticas, adquirida pelo indivíduo que conquista o poder de decidir em nome de outros por meio de uma disputa pelo voto do eleitor.

Refletindo sobre as teorias Schumpeterianas sobre o método democrático, Boaventura de Souza Santos argumenta que:

[...] se por um lado, tal debate foi resolvido em favor da desejabilidade da democracia como forma de governo, por outro, a proposta que se tornou hegemônica ao final das duas guerras mundiais implicou em uma restrição das formas de participação e soberania ampliadas em favor de um consenso em torno de um procedimento eleitoral para a formação de governos. (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 40).

Dessa forma o espaço público local de tomada de decisões pela participação popular e a sua natureza protagonista do sistema democrático (governo do povo) acabou sendo suplantado pela abordagem representativa em vários regimes de governo. Outro autor que contrapõe a teoria de Schumpeter é Habermas. Diz esse autor, que a soberania e a autodeterminação popular não podem ser desconsideradas.

Esquece-se quase por completo a ideia da soberania popular. Não se leva em consideração que a democracia trabalha a favor da autodeterminação da humanidade e que, nesse sentido, participação política e autodeterminação coincidem. O importante, portanto, é saber se a participação política promove ou não o desenvolvimento de tendências democráticas. (HABERMAS, 1983, p. 376).

Para autores que defendem a extensão das garantias democráticas, o desinteresse do cidadão pelo processo eleitoral, comprova os limites da democracia representativa. Esta perspectiva de concepção democrática evidencia que o ato de votar não é suficiente para garantir o sistema democrático e, para legitimar uma sociedade democraticamente, seus cidadãos devem estar informados e precisam participar dos processos de deliberações das tomadas de decisões assumindo o papel de protagonista e fonte primária para a legitimação da democracia participativa (SANTOS, 2002).

Como forma de compreender as diferentes perspectivas da democracia é significativo estruturar os diferentes autores e concepções que as envolvem na sociedade contemporânea, visto que, segundo Held (1987), os modelos de democracia podem ser divididos em dois tipos: a Democracia direta ou participativa, onde o cidadão está envolvido diretamente, discute, interfere e acompanha as tomadas de decisões dos assuntos públicos e Democracia liberal ou representativa, sistema que envolve uma pessoa eleita pela população e toma para si a responsabilidade de representar os interesses e os anseios destes cidadãos dentro de um campo de referências de governo.

Porém, os mecanismos de participação direta buscam efetuar possibilidades diferenciadas de uma gestão democrática baseada na inserção dos cidadãos nas questões de interesses sociais. Pensadores Clássicos e contemporâneos da perspectiva participativa se destacam no contexto, a exemplo de, Jean-Jacques Rousseau e Carole Pa-

teman. Para Rousseau, um grande teórico clássico da participação e destacado por seus estudos sobre a democracia, o povo é o maior protagonista na participação direta. Enfatiza Rousseau (2002), que a democracia expressa a participação de todos no poder. A teoria democrática participativa de Pateman (1992) vai mais além. Defende a autora que a existência de organização representativa em nível nacional não é suficiente para a democracia. Para Pateman a participação em maior número de pessoas precisa acontecer em todos os níveis, portanto:

[...] para que exista uma forma de governo democrática é necessária a existência de uma sociedade participativa, isto é, uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação pode ocorrer em todas as áreas. (PATEMAN,1992, p.61).

É possível observar que Carole Pateman concentra a sua atenção no pressuposto de que a participação constrói cooperação, integração e comprometimento com as decisões, manifestando ainda o valor educativo da participação, formando cidadãos voltados para os interesses coletivos e para as questões de políticas públicas. Os defensores da democracia participativa estimulam a necessária abertura de espaços de atuação dos sujeitos políticos e sociais, para além das escolhas de governantes (voto), destacando o caráter pedagógico da participação. A democracia participativa é assentada em um regime onde se entende que existem mecanismos de controle da sociedade civil sobre a administração pública, que vai além do voto, estendendo a democracia para a esfera social de políticas públicas.

Por ser um processo socializador, a participação tende a aumentar à medida que o povo se faz presente no processo, isso é, fomenta no cidadão a cultura participativa. Obviamente que se trata de proposições teóricas que poderão ou não se realizar e sofrerem alterações na prática, causadas pela presença de processos de controle, manipulação, ou regulação da participação baseada em interesse de grupos, interesses particulares, formas clientelistas e outra. Portanto, não se trata de uma receita, de um modelo pronto gerador de resultados previstos. A participação é um processo complexo e sempre em construção, se considerarmos as intencionalidades e as condiciona-

lidades de determinadas proposições que tencionem a busca dos interesses públicos e dos sujeitos sociais (cidadãos).

Compreendendo os limites da democracia representativa, é possível a construção de um projeto democrático participativo alicerçado em um regime com base na participação política, como forma de relação entre o Estado e a sociedade. A principal condição para a garantia da participação, como salienta Nogueira (2004), é que a população tenha hábitos ou costumes ético-políticos sempre em renovação. O autor se refere a uma consciência cidadã, ou consciência política onde o cidadão tenha a ciência do seu direito e dever participativo das políticas públicas.

Mesmo que o termo políticas públicas se refira à ideia de governo, a comunidade deve estar diretamente envolvida, visto que, não há como falar em políticas e políticas públicas sem relacionar o cidadão como protagonista. Vale destacar que os estudos sobre políticas públicas ainda são muito recentes. Esta categoria se apresenta como objeto discutido entre os anos 1960 a 1970 na qualidade de um subcampo importante dentro da disciplina de Ciência Política (SABATIER, 1995).

Ao fazer um apanhado geral sobre as concepções trabalhadas por autores americanos durante as décadas de 70 a 90, Souza (2006) aponta para uma variedade de perspectivas que definem políticas públicas como um campo dentro do estudo da política que investiga o governo sobre a ótica de grandes questões públicas; como um conjunto de decisões do governo que produzem efeitos específicos na sociedade; como atividades de governos que agem de forma direta ou por meio de delegações influenciando cidadãos e como dimensão decisória da gestão onde se analisa o que o governo escolhe fazer ou não fazer.

Para Secchi (2010), uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Entretanto ele alerta que, por ser uma temática recente para a Ciência Política, cuja discussão teve maior volume recentemente a partir dos anos 80, qualquer conceito dado a essa tese pode ser considerado fortuito, visto que, não existe consenso na literatura especializada sobre seus pressupostos conceituais básicos. To-

davia, Rua (2009) formula um conceito do que pode ser entendido por políticas públicas ao dizer que “é um conjunto de decisões tomadas pelo governo, considerando que não podem ser decisões isoladas, ou seja, ela deve atingir todo o corpo da sociedade”. Para enfatizar o seu conceito, Rua reforça que, “embora uma política pública implique em decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”.

Para Teixeira (2002), políticas públicas incorporam a alocação de recursos públicos e desenvolvimento de ações a partir de regras definidas pelo Estado conjuntamente com a sociedade. Assim sendo, políticas públicas para Teixeira (2002, p. 3).

[...] são diretrizes, princípios norteadores do poder público, regras e procedimentos para as relações entre o poder público e a sociedade, mediações entre os atores da sociedade e do Estado.

Como afirma Secchi (2010), os estudiosos sobre o tema se posicionam em duas abordagens relacionadas ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas: são as abordagens estatista e a multicêntricas. A abordagem estatista considera as políticas públicas analiticamente como monopólio de atores estatais. Nesta perspectiva, a concepção que determina se uma política é ou não “pública” é a personalidade jurídica do formulador. Em outras palavras, só é real quando provem de ator estatal. Para a abordagem multicêntrica o importante não é quem formula a política, que pode ser qualquer um, mas a origem do problema a ser enfrentado, sendo esta a sua caracterização relevante. Assim, uma política recebe o adjetivo de “pública” se o problema que tenta enfrentar é realmente público.

Desta forma, percebe-se a existência de uma pluralidade de preceitos conceituais ainda por serem consolidados entorno deste campo do saber. É inegável, que todos os autores, ao estudarem esse objeto, concordam sobre a sua importância voltada profundamente a vida do cidadão na sociedade.

Entende-se que o apelo ao cidadão e a organização da sociedade civil para que participem das formulações de políticas públicas pode ser visto por três preceitos: 1) a

participação pode controlar a qualidade dos serviços prestados; 2) a participação pode expressar as prioridades acerca dos bens públicos futuros; 3) a participação pode expressar a politização das relações sociais dentro do processo de institucionalização de espaços públicos, para a construção de políticas públicas locais. Verifica-se que tanto no primeiro como no segundo preceito a participação não alude diretamente a deliberação.

Porém ficam alguns questionamentos quanto ao processo de construção do interesse coletivo no espaço das políticas públicas como: é um processo realizado sobre consultas ou é deliberativo? Que relações existem entre o interesse particular, o corporativo e o geral? Parece que responder a estes questionamentos seja mais possível na teoria e mais difícil na prática da gestão participativa, isso porque se refere a democratização do próprio processo político.

Certamente que a participação social verdadeiramente cidadã caracteriza-se pela intervenção individual e coletiva, com redes de relações diversas e complexas, definidas por relações entre indivíduos, grupos, instituições e o Estado, isto é, a cidadania ativa dá origem a concepção de participação social. A cidadania caracteriza os que pertencem, os inclusos. Assim a participação se constrói em esferas ou espaços determinados tanto por consensos quanto por relações de conflitos, poder e até de manipulações (DEMO, 1988). Esses espaços de participação social são instituições híbridas, visto que partilham o poder de decisões entre representantes do governo e da sociedade civil (AVRITZER; PEREIRA, 2005). Quando decidem pela participação os atores políticos podem ter muitos objetivos como autopromoção, implantação de regras democráticas, o controle do poder burocrático, mas não descartando a intenção de mudança de cultura política e a realização da própria cidadania.

A ocupação dos espaços públicos pelos agentes sociais na definição, debate e decisões acerca das suas prioridades é possível e desejável. Entretanto, nasce igualmente para o poder público a responsabilidade de estimular a abertura de canais para que estes debates adquiram valoração qualificada nas tomadas de decisões da gestão

administrativa, assegurando a legitimidade social para essas escolhas e incrementando uma melhor ambiência ao cidadão.

3.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES CONCEITUAIS

Em uma abordagem conceitual Avelar, (2004) afirma que o termo “participação” provém de uma palavra latina cuja origem remonta ao século XV, originária de *participatio*, *participacionais*, *participatum*. Todos esses vocábulos significam “tomar parte”, “fazer ou ser parte”, isto é, associar-se pelo sentimento ou pensamento. Outros autores apresentam diversos aspectos do conceito de participação, por exemplo, Demo (1988) diz que “participação é conquista”. E reafirma esse autor que a “participação” não deve ser entendida como uma “dádiva”, porque se assim fosse não seria conquista e sim, uma restrita participação.

Os diferentes olhares dos autores exprimem variadas interpretações desse conceito complexo e rico. Na concepção de Ammann (1978), a participação é o processo onde as diversas camadas da sociedade tomam parte na gestão, produção e utilização dos bens de uma população.

Consoante a essas concepções, compreende-se que o termo participação assume uma proposição que denota intervenção ativa, e não passiva, do sujeito social. Ser mero espectador, ou apenas “fazer parte”, não constrói os caminhos para as mudanças que serão essencialmente decisivas para a sociedade. Desta forma, o impedimento ou mesmo a frustração da participação do homem, pode ser considerada como a mutilação de um sujeito ativamente social, que só terá a plenitude do seu desenvolvimento, se estiver inserido em uma sociedade que lhe garanta a capacidade de uma efetiva intervenção nas deliberações inerentes ao seu meio.

A participação é de fundamental importância para as classes e segmentos sociais de várias naturezas e é um processo que requer luta na qual a população procura assumir e conquistar os seus direitos. A partir desse entendimento depreende-se que a gestão pública tem a responsabilidade de chamar o cidadão para participar das deci-

sões daquilo que diz respeito à sua vida social. Dessa forma, na perspectiva de Teixeira (2000), o conceito de participação cidadã vai além dos espaços institucionalizados e da relação com o Estado nos domínios da sociedade civil, tida como autônoma e autolimitada. Assim, para o autor a participação é, “um processo complexo e contraditório de relação entre Sociedade Civil e o Estado, em que os papéis se definem pelo fortalecimento da sociedade através da atuação organizada de indivíduos, grupos e associações” (Teixeira, 2000, p. 46).

Entretanto, deve-se ter a atenção para o fato de que a participação está diretamente relacionada com o grau de interferência dos cidadãos no processo de tomada de decisões. Para Pateman (1992), pseudoparticipação refere-se aos casos nos quais os cidadãos estão presentes no processo, mas apenas são consultados sobre alguma temática específica, não tendo o poder de interferir, decidir e, conseqüentemente, atuam apenas como elemento legitimador. Se o processo alcança o conhecimento de muitas pessoas, mas poucas têm o poder de decisão, a autora o classifica como participação parcial, classificando como participação total os casos em que cada grupo de indivíduos tem a oportunidade de interferir ativamente na deliberação final.

A forma como o cidadão é incorporado na participação também chamou a atenção de Gohn (2003), que estudou esse fator e formulou uma classificação do posicionamento do cidadão e do contexto social que ele se encontra. Segundo a autora os atores sociais se integram distintamente de quatro formas: 1) a sociedade é tratada como beneficiária das políticas; 2) a sociedade é convidada apenas para manifestar opiniões e pareceres, não interfere nas decisões; 3) a sociedade é convocada para eleger alguém que a represente no processo e 4) a sociedade é articulada para fazer frente ao governante na busca do espaço como ator no processo, com uma integração mais direta nos centros de tomadas de decisões.

Em outro aspecto, Sayago (2000) analisa a participação para além dos critérios utilizados por Pateman e Gohn, que analisam o processo pelo nível de envolvimento do indivíduo. Para Sayago, a participação social deve ser analisada pelo fator ideoló-

gico (convicções, ideais e princípios). Assim, ele classifica a participação em seis categorias: 1) Participação individual, quando o indivíduo decide de forma individual e de livre escolha; 2) Participação coletiva são decisões tomadas de forma conjunta pelo grupo; 3) Participação passiva, quando o indivíduo se comporta de modo desejado, sem interferir no desenvolvimento e execução do processo; 4) Participação ativa, quando o sujeito toma o compromisso de luta e da conquista na busca dos seus objetivos de forma coletiva e solidária; 5) Participação voluntária, quando de forma espontânea um grupo se une para resolver problemas; e 6) Participação instrumental, quando as mobilizações são feitas na busca de conquistar posição e poder, onde as organizações externas são as formuladoras da mobilizações.

Milani (2006) destaca que as experiências participativas, assim como seus resultados e “critérios” de inclusão e exclusão de atores da comunidade política, estão verdadeiramente ligadas ao histórico político, às desigualdades econômicas sociais, à clareza sobre as definições sociais e às atribuições das instituições de acordo com a conjuntura.

Dentre as experiências realizadas no Brasil destacam-se os orçamentos participativos, conselhos de políticas públicas, fóruns, conferências, audiências públicas, dentre outros (MATEOS, 2011). Estudando as experiências dos Conselhos Gestores da cidade de Curitiba, Fuks e Perissinotto (2006) afirmam a importância em considerar que além das influências vistas no processo de decisão e os recursos adquiridos pelos atores políticos, o ambiente (tanto interno como o externo) são também elementos que influenciam a conduta política dos atores dentro das instituições participativas. Alertam esses autores, que essa conjuntura é determinada por vários aspectos, entre eles: 1) a existência de arenas alternativas; 2) o desenho institucional dos conselhos; 3) a interferência do governo nas eleições dos representantes não governamentais e 4) a relação entre governo e sociedade civil.

Outros dois aspectos, a transparência e a informação, são considerados também como elementos basilares no processo de controle social. Porém, necessitam um cui-

dado especial em relação às suas particularidades técnicas na medida em que o manuseio das informações públicas estão geralmente envoltas em “uma quantidade grande de rubricas, gestões financeiras, projetos, atividade e princípios de contabilidade pública que são quase indecifráveis para o cidadão bem informado, para não falar do eleitor mediano” (TORRES, 2007, p. 43). Somado a esta questão, vale ressaltar que quase a totalidade dos “sistemas de informações desenvolvidos pelas empresas públicas federais, estaduais e municipais de informática foram feitos sem qualquer compromisso com o cidadão comum” (MATIAS-PEREIRA, 2008, p. 179).

É fato que o reconhecimento da presença do cidadão no desenvolvimento das políticas públicas no Brasil é um avanço fundamental para a compreensão de que ninguém melhor que ele para discutir e definir as políticas voltadas para a coletividade, uma vez que ele próprio é conhecedor de suas demandas e ao mesmo tempo, o beneficiário. Sobre este aspecto, mesmo que o ideal democrático tenha aproximado a gestão pública da sociedade, ou governantes de governados, essa aproximação pode ser entendida como o maior desafio e também maior propósito de um projeto de democracia participativa.

3.3 O MUNICÍPIO E SUAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Como uma das primeiras instituições que os portugueses trouxeram para o Brasil, o município tinha a significação da presença do Estado para os colonizadores. Desta forma, na história brasileira, os municípios foram entidades fundamentais e de grande importância na institucionalização desde a colonização. A importância e a autonomia atribuída aos Municípios a partir da Constituição de 1988, para Meirelles deve ser entendida como uma correção das falhas existentes nas Constituições anteriores, visto que o município “foi peça importante na organização político-administrativa brasileira” (MEIRELLES, 1993, p.42). A partir da concepção de Meirelles infere-se que a autonomia devolvida ao município, proporciona a este ente federado uma maior autonomia para a formulação de políticas públicas locais mais efetivas, pelo fato de

sua proximidade com o cidadão e de sua ambiência. Para reforçar a importância do município Sundfeld salienta que:

[...] o município é pessoa jurídico-constitucional, integrante necessária da Federação brasileira e isônoma em relação aos demais entes federados, com capacidade para a sua auto-organização, titular de competências legislativas administrativas próprias outorgadas diretamente pela Constituição Federal, para a realização de interesses locais e dos objetivos fundamentais da república (SUNDFELD, 1990, p. 45).

Dentre os três entes federativos, o município é o único que apresenta características de maior proximidade com o cidadão. Essa configuração de proximidade foi consolidada no artigo 18 da Constituição Federal de 1988 que conferiu aos Municípios um novo status e recuperou as tradições cedidas anteriormente pela coroa portuguesa (CAMARGO, 2003). Em relação ao município como terceiro ente federativo brasileiro Bonavides afirma que:

[...] não há nenhuma forma de união federativa contemporânea onde o princípio da autonomia municipal tenha alcançado grau de caracterização político e jurídico tão alto e expressivo, quanto aquele que conta da definição constitucional do novo modelo implantado no país com a Carta Magna 1988 (BONAVIDES, 1996, p. 314).

Hoje, os municípios assumem papel essencial na prestação dos serviços públicos e na concretização do desenvolvimento integrado e sustentável. Isto ocorre por serem os entes federativos mais próximos da sociedade e, conseqüentemente, palco representativo da ambiência concreta vivida pelo cidadão.

O Plano Plurianual (PPA) pode ser entendido como um documento construído entre a gestão pública e a sociedade civil, por meio de inúmeras formas, como assembleias, audiências públicas, congressos, conferências, fóruns, entre outras. Entretanto, deve-se compreender o PPA como instrumento de planejamento da gestão que se desdobra na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA). Estas três peças de planejamento orçamentário são importantes heranças advindas da Constituição de 1988 e ancoradas no Artigo 165 (POMPONET, 2012, p.45).

O único instrumento que tem vigência quadrienal é o Plano Plurianual (PPA), por isso é definido como instrumento de planejamento de médio prazo. O PPA é elaborado no primeiro ano de mandato do Executivo, tem sua vigência durante os quatro anos de mandato e com o primeiro ano do mandato subsequente. O artigo 165 da Constituição Federal, no parágrafo primeiro, define que:

A Lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuadas (BRASIL, 1988, p.120).

A obrigação de elaborar o PPA é para todos os governos (União, Estados e Municípios), devendo ser encaminhado pelo poder executivo ao Poder Legislativo para a devida apreciação e aprovação. Na esfera do governo federal, os prazos para a apresentação, apreciação e vigência do PPA são os mesmos. A tramitação no Legislativo obedece ao mesmo prazo, porém, no âmbito do governo federal é necessária a aprovação das duas Casas, a Câmara dos Deputados Federais e o Senado Federal.

No que se refere ao seu teor, o plano supramencionado não deve deixar de atender através de programas e ações às camadas mais desassistidas pelo poder público em temas como: educação, saneamento básico, saúde, meio ambiente, desenvolvimento urbano e infraestrutura (demandas que mais atingem a população nas cidades).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ E O PROCESSO PARTICIPATIVO DE ELABORAÇÃO DO PPA 2014-2017

O Plano Plurianual da Prefeitura de Macapá, além de ser uma importante ferramenta orçamentária, contribui para a definição das políticas públicas a serem efetivadas pelo Poder Executivo Municipal. O processo de elaboração do PPA, realizado em 2013, pode ser considerado como uma experiência robusta de construção partici-

pativa desta peça de planejamento em Macapá envolvendo a presença de aproximadamente sete mil indivíduos integrantes da sociedade civil na deliberação de parte da agenda administrativa do Executivo Municipal.

Sua importância é compreendida a partir do momento em que a população passa a empoderar-se, de um processo que oportuniza a sua participação juntamente com o Executivo Municipal, na construção das políticas públicas importantes no que se referem à cidade e aos seus cidadãos.

O Poder Executivo Municipal, com a finalidade de chamar a sociedade para participar das discussões e deliberações relacionadas às ações que fazem parte da construção do Plano Plurianual, instituiu o Congresso do Povo como um espaço democrático de deliberações entre integrantes da sociedade e o Poder Executivo. Este processo, ao viabilizar a participação da população e lideranças locais nas decisões de planejamento, propiciou a abertura de espaços de compartilhamento de responsabilidades entre a gestão municipal e a sociedade.

O governo municipal, por intermédio das secretarias envolvidas no processo, realizou 18 (dezoito) Assembleias Populares, sendo 1 (uma) Assembleia Específica envolvendo os setoriais das mulheres, negros, LGBT, juventude, cultura, esporte e lazer e 1 (uma) Plenária Final do Congresso do Povo. No intuito de oportunizar o envolvimento de um maior número de pessoas nas 18 (dezoitos) assembleias, a cidade foi dividida em duas zonas englobando todos os distritos e bairros do município (Quadro 3).

Quadro 3- Assembleias Populares e Plenária Final do Congresso do Povo

ASSEMBLEIA	DATA	HORA	ÁREA TERRITORIAL
1ª	16/04/2013	19:00	Área 1 - Novo Horizonte, Jardim I e II, Ipê, Sol Nascente e Curiaú.
2ª	18/04/2013	19:00	Área 2 - Infraero II, Açaí, Parque dos Buritis, Palmeiras, Palmares, Liberdade, Brasil Novo, Boné Azul, São José, Amazonas, Ilha Mirim.
3ª	20/04/2013	10:00	Área 14 - Maruanum.
4ª	23/04/2013	19:00	Área 3 - Renascer, São Lázaro, Renascer I e II, Pantanal.
5ª	30/04/2013	19:00	Área 5 - Centro, Santa Rita, Nova Esperança, Alvorada.
6ª	04/05/2013	18:00	Área 15 - Fazendinha, chefe Clodoaldo, Vale Verde, Murici e Igarapé da fortaleza.
7ª	09/05/2013	18:00	Área 7- Buritizal, Novo Buritizal e Congós e Área 8 - Muca, Jardim Equatorial e Jardim Marco Zero.
8ª	11/05/2013	10:00	Área 16 - Ambé, Mel, São Pedro dos Bois e Peixe Boi.
9ª	14/05/2013	18:00	Área 10 -Marabaixo I, II, III e IV,Cabralzinho, Goiabal, Coração e Km 9.
10ª	21/05/2013	18:00	Área 9 - Zerão e universidade.
11ª	23/05/2013	18:00	Área 4 - Perpétuo Socorro, Pacoval, Laguinho, Jesus de Nazaré, e cidade Nova.
12ª	25/05/2013	10:00	Área 17 - Tessalonica, Curralinho, Ariri e Conceição do Matapi.
13ª	01/06/2013	10:00	Área 13 - Pedreira e Carapanantuba.
14ª	04/06/2013	18:00	Área 6 - Trem, Beiril, Santa Inês, Araxá e Pedrinhas.
15ª	08/06/2013	10:00	Área 12 - Pacuí.
16ª	13/06/2013	10:00	Setorial.
17ª	15/06/2013	09:00	Área 11 - Bailique.
18ª	28/06/2013	08:00	Área 18 - Carapanatuba.
Plenária Final	18 a 21/07	---	---

Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá (CONGRESSO, 2015)

Em termos gerais, cada Assembleia Popular foi executada com a seguinte ordem de atividades: credenciamento; composição da mesa; abertura das falas das autoridades presentes; encerramento do credenciamento; fala da comunidade; fala do Prefeito; eleição dos delegados e encerramento. Nas 18 (dezoito) assembleias realizadas em todo o município participaram 6.996 (seis mil novecentos e noventa e seis) moradores com uma média por assembleia de 388 (trezentos e oitenta e oito) participantes.

Foram eleitos 700 (setecentos) delegados entre os moradores para representá-los nas discussões e deliberações sobre as demandas apresentadas ao poder administrativo do município. A indicação dos delegados nas assembleias foi realizada na proporção de 1 (um) delegado para cada 10 (dez) moradores participantes de cada bairro.

Fotos 1a e 1b - 2ª Assembleia Popular do Congresso do Povo



Foto 1a



Foto 1b

Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá (CONGRESSO, 2015, p. 32)

Nota: Assembleia Popular da Zona Norte (Área 2), realizada na Sub-Prefeitura da Zona Norte em 18/04/2013, correspondente as seguintes localidades: Infraero II, Açaí, Parque dos Buritis, Palmeiras, Palmares, Liberdade, Brasil Novo, Boné Azul, São José, Amazonas e Ilha Mirim.

Houve a presença de vereadores representando a Câmara Municipal em quase todas as assembleias, fato visto como uma surpresa por parte de vários membros da gestão municipal. Quando o PPA chegou a Câmara Municipal, levado pelos 700 (setecentos) delegados do povo para apreciação e aprovação, diversos vereadores já tinham conhecimento do caminho usado no processo participativo em construção. Isso ocorreu em razão do acompanhamento das assembleias pela maioria dos parlamentares. Para os técnicos da prefeitura isso contribuiu para a aprovação do Plano Plurianual pela Câmara Legislativa. Assim definiu o técnico da prefeitura:

[...] eles ficaram muito próximos, tanto que a entrega do PPA na Câmara foi muito tranquila, por que eles já sabiam do que se tratava, (...) foi uma conversa tranquila, não foi uma conversa tumultuada, por que eles já sabiam o que a gente estava fazendo, eles já conheciam as demandas e inclusive nos ajudaram algumas vezes a entender as falas das pessoas (Entrevistado D204).

O primeiro ponto positivo considerado pelo Executivo foi a participação de aproximadamente sete mil moradores. Outro ponto positivo registrado pelos entrevistados foi a incorporação da ideia participativa pelos delegados eleitos que segundo os técnicos, demonstravam ter-se empoderado do processo. Inclusive, foi relatado que em vários momentos suas intervenções assinalavam este empoderamento ao se identi-

ficarem da seguinte forma: “eu sou delegado do povo e do PPA e por isso estou aqui para defender a minha comunidade” (Entrevistado D206).

Entretanto algumas dificuldades foram percebidas logo no início do processo. Uma delas estava relacionada ao descrédito externado por vários membros da sociedade quanto à classe política. Os moradores não acreditavam que poderiam demandar suas necessidades ao executivo em assembleias populares e, inicialmente, grande parte das lideranças locais e moradores afirmavam não crer que o executivo queria saber quais eram as suas prioridades. Um delegado do povo relatou a dificuldade de mobilizar os moradores para as assembleias:

O povo não crê em ninguém mais, o povo tá descrente, a política e os políticos estão sem credito com o povo, o povo não acredita mais e por isso fica difícil trazer a sociedade para participar das assembleias e das plenárias, entende? (Entrevistado D302)

Entre os desafios observados, o que mais chamou a atenção dos técnicos da gestão municipal, foi quando estes descobriram que enquanto a elaboração do PPA era para quatro anos, a população declarava que não poderia mais esperar, pois as suas demandas eram urgentes e queriam as soluções imediatamente. Afirma um técnico da prefeitura.

[...] nós descobrimos uma população muito aflita, com questões emergentes de toda ordem, foi uma descoberta muito grande, por que o que estávamos propondo era pra quatro anos e descobrimos que tinha coisa que era pra ter sido feita a muito tempo, e por isso tinham que ser logo, foram desafios assim motivadores e que deveríamos buscar logo a solução... (Entrevistado D204).

Durante a Plenária Final do Congresso do Povo (Programação no Anexo B) os diversos membros da sociedade eleitos como delegados discutiram e aprovaram as demandas prioritárias que foram inseridas em quatro eixos temáticos na peça do Plano Plurianual (Desenvolvimento Social; Desenvolvimento da Gestão; Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento de Infraestrutura).

No decorrer do processo de execução das Assembleias Populares houve mudança perceptível no enfoque das falas registradas nas atas, tanto durante as interven-

ções realizadas pela sociedade em cada reunião, quanto na ordem em que as reuniões eram realizadas, em especial no foco dado às falas dos participantes. A predominância das intervenções, circunscritas inicialmente às reclamações e reivindicações referentes a ausência do poder público municipal na oferta de serviços, se desloca para a indicações de demandas relacionadas com necessidades mais amplas e sugestões dirigidas ao processo de gestão.

É evidente que a noção de participação social não se restringe tão somente aos mecanismos de consultas populares. Esse conceito também é pertinente ao reconhecimento de que o poder de participação da sociedade só se torna efetivo quando integrado à formulação da agenda de políticas públicas da administração municipal. Sobre esta questão, a participação social deve ser entendida, “como expressão de práticas sociais democráticas interessadas em superar os gargalos da burocracia pública e em alçar soluções positivas para os diferentes problemas comunitários” (NOGUEIRA, 2004 p. 121).

A função do Plano Plurianual é assegurar, controlar e dar clareza aos objetivos futuros da administração pública, sendo um veículo plausível de incorporar procedimentos participativos mais robustos em seu processo de desenvolvimento. Para autores como Mineiro,

Do ponto de vista desta discussão, e se o objetivo fundamental do PPA é tornar mais claros os rumos futuros do desenvolvimento, existem claramente identificadas dissonâncias entre as propostas gerais expressas nas discussões dos fóruns estaduais. Elas esboçam, ainda que sem precisão, um caminho de busca de um desenvolvimento mais solidário onde o Estado tem um papel fundamental a cumprir, e o atendimento das demandas da sociedade é o motor do desenvolvimento (MINEIRO, 2005, p. 5).

Mesmo que se entenda a experiência do Executivo Municipal como um esforço na busca para implementar processos democráticos de ampla participação social, foi possível observar na prática, que dificuldades atravessaram o processo de elaboração e discussão do projeto. Nas análises levantadas nesta pesquisa percebe-se que, por inúmeros motivos o processo de elaboração do Plano Plurianual da prefeitura de Ma-

capá teve dificuldades. Mesmo partindo de uma metodologia que buscou a ampla e efetiva participação da população, as dificuldades surgiram de fatores políticos, sociais, culturais e mesmo da própria inexistência de uma cultura participativa consolidada localmente. Nos relatos dos atores participantes do processo, as dificuldades mais apontadas foram: 1) convencer alguns técnicos do executivo municipal da importância da elaboração participativa do Plano Plurianual; 2) fazer a sociedade acreditar que deveria participar e acompanhar o processo e 3) mobilizar um número maior de delegados e conselheiros para as reuniões e acompanhamento das ações, devido alguns limites inerentes a logística necessária.

Mesmo assim, é possível perceber avanços sob a perspectiva da democracia participativa. Como avanços, durante a elaboração do Plano Plurianual, os gestores e lideranças apontaram: 1) o próprio processo de inclusão da sociedade nas deliberações de planejamento municipal foi uma experiência inovadora, até então faltante na partilha de responsabilidades entre a gestão pública e a sociedade; 2) o entendimento da população de que pode contribuir, discutir e interferir nas causas de interesses sociais; 3) a partir da participação dos moradores na elaboração do PPA, fica evidente que a sociedade deseja e precisa participar conjuntamente com a gestão municipal das decisões relacionadas às causas sociais, assim como as soluções dos problemas da cidade (Quadro 4).

Quadro 4 – Pontos positivos, dificuldades, desafios e avanços percebidos durante a elaboração do PPA/PMM.

PONTOS POSITIVOS	- O nível de participação dos moradores. - A incorporação do processo pelos delegados. (empoderamento)
DIFICULDADES	- Convencer os técnicos do executivo assimilar a ideia da elaboração participativa do PPA. - Convencer o povo e levá-lo a participar.
DESAFIOS	- Atender demandas que exigiam urgências. - A definição das prioridades entre tantas demandas importantes.
AVANÇOS	- O próprio processo como experiência inovadora, e de aprendizado, no compartilhamento de responsabilidades entre a gestão pública e a sociedade. - O empoderamento da população na fase de elaboração do PPA, através da contribuição, discussão e deliberação em parte da agenda de planejamento. - O envolvimento dos moradores na elaboração do PPA, possibilitou o surgimento de novas lideranças locais ampliando a rede de atores da sociedade capazes de participar conjuntamente com a gestão municipal das decisões relacionadas as causas sociais, assim como das soluções dos problemas da cidade.

Fonte: Próprio autor.

Em uma perspectiva geral pode-se afirmar que a participação da sociedade macapaense na etapa de elaboração do PPA se desenvolveu através de duas dinâmicas distintas, representadas pelas Assembleias Populares e pela Plenária Final. Enquanto as Assembleias Populares se voltaram para a identificação de demandas apresentadas pelos membros da sociedade, bem como para a eleição de delegados representantes destes respectivos atores sociais, a Plenária Final do Congresso do Povo teve como foco principal a análise e priorização das propostas advindas das assembleias pelos delegados eleitos. Utilizando as sugestões de tipologias participativas de Pateman (1992), Gohn (2003) e Sayago (2000), apresentadas nas reflexões teóricas deste trabalho, pode-se tecer alguns comentários sobre a experiência realizada no Município de Macapá.

Usando os parâmetros de Pateman é perceptível que na elaboração PPA a sociedade foi convidada a participar das Assembleias Populares por serem sujeitos sociais operantes do processo. Porém, os atores apenas foram consultados sobre as suas demandas, não podendo interferir e decidir quanto ao tempo e a forma da execução da ação. Assim, entende-se que a sociedade teve inicialmente uma pseudoparticipação. Entretanto, a atuação dos representantes eleitos da sociedade na Plenária Final foi mais profunda com o poder de interferir nas decisões relacionadas com a priorização das demandas que deveriam ser incorporadas no PPA, transparecendo ter ocorrido uma participação total dos atores sociais.

Sob a perspectiva de Gohn, os atores sociais foram convidados para as Assembleias Populares por serem beneficiários do processo, todavia estes não atuaram para decidir quanto a execução das ações. Suas contrições se concentraram na emissão de opiniões, pareceres e eleição de representantes para participarem na Plenária Final. Entretanto, na Plenária Final estes Delegados representantes foram os atores sociais que ocuparam espaços deliberativos privilegiados e atuaram mais diretamente nos centros de tomada de decisão nos Grupos de Trabalho com vistas a deliberarem sobre demandas prioritárias a serem incorporadas no Plano Plurianual.

Na concepção de Sayago, a participação da sociedade nas Assembleias, pode ser entendida como instrumental e individual na medida em que a mobilização foi realizada pela Prefeitura Municipal e que cada ator social teve livre escolha de se integrar no processo, possuindo individualmente o poder de voto para eleição dos delegados que o representaria. Entretanto, os atores sociais tiveram uma participação passiva, na medida em que não influenciaram na estrutura e nos resultados, visto que apenas foram listadas as demandas locais em cada assembleia realizada. Na Plenária Final, a participação pode ser considerada instrumental, coletiva e ativa, na medida em que a mobilização e organização foram realizadas pela Prefeitura e as decisões foram tomadas de forma conjunta entre os delegados representantes da sociedade na priorização das demandas que comporiam o PPA. Desta forma, a experiência participativa, observada por meio desses olhares, pode ser caracterizada conforme o quadro 5.

Quadro 5- Características gerais do processo participativo do Congresso do Povo.

TIPOLOGIA	ASSEMBLEIAS POPULARES	PLENÁRIA FINAL
PATEMAN (1992)	-Pseudoparticipação.	-Participação total.
GOHN (2003)	-A sociedade é tratada como beneficiária. -A sociedade é convidada principalmente para manifestar opiniões e pareceres. -A Sociedade é convidada para eleger representantes.	-A sociedade é tratada como beneficiária. -A sociedade tem integração mais direta nas tomadas de decisões.
SAYAGO (2000)	-Participação Instrumental, Individual e passiva.	-Participação Instrumental, Coletiva e Ativa.

Fonte: Próprio autor

É importante ressaltar que as percepções definidas pelos autores citados, refletem a configuração da participação dentro do contexto local em dois momentos: o primeiro (Assembleias Populares), quando os atores sociais não interferiram diretamente no processo e o segundo momento (Plenária Final), onde houve a possibilidade e maior envolvimento dos representantes da sociedade na definição das demandas que deveriam estar inseridas dentro da peça do plano. É oportuno destacar que os termos Participação “Direta”, “Ativa” e “Total” (usados por Gohn, Sayago e Pateman respectivamente) não significam, para a leitura deste presente estudo, uma participa-

ção plena, dada as interferências e complexidade do espaço da participação que se move, como anteriormente mencionado, em diversas arenas de relações de interesses e poder.

Desta forma, mesmo havendo nítida aproximação da sociedade na definição da agenda pública de planejamento municipal, a relativização destes termos deve integrar as reflexões dadas aos resultados, na medida em que assimetrias de poder, processos de indução institucional da prefeitura e disputas entre os próprios integrantes da sociedade também compuseram a amalgama destes espaços deliberativos, devendo estes elementos integrarem esforços de pesquisa futura.

Mesmo diante dos limites encontrados, pode-se considerar o processo de elaboração do Plano Plurianual 2014-2017 da Prefeitura Municipal de Macapá como um passo na busca do fortalecimento da democracia participativa através da experiência de ampliação das relações entre o Estado e sociedade civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Participação Social dentro de um projeto de planejamento de governo e na elaboração de políticas públicas é um processo que requer um esforço contínuo na busca do aprimoramento. O sucesso de uma ação desta natureza não depende apenas da boa vontade dos atores envolvidos, mas também de um conjunto de disposições que sem dúvidas implicam em uma revisão e percepção de muitos fatores que o envolvem. São fatores que exigem uma atenção especial para evitar o descrédito da população em relação ao processo.

O processo de construção do Plano Plurianual da prefeitura de Macapá expôs algumas complexidades dos fenômenos envolvidos durante sua estruturação, como as dificuldades encontradas dentro do próprio Executivo Municipal no início da elaboração, quando alguns gestores não viam com bons olhos a ideia de elaboração participativa do PPA. Fator semelhante também foi observado na população local, que demorou em entender a importância de sua participação. Enquanto as dificuldades da

população podem ser atribuídas aos reflexos da ausência de conhecimento do direito constitucional participativo, as inquietações de alguns gestores quanto à elaboração e aplicação do Plano Plurianual possuem certa influência de uma cultura mais pragmática e centralizadora de condução da coisa pública, característica de um modelo tradicional de gestão.

As questões que se apresentam diante da participação, e neste caso o PPA de Macapá, vão além de elementos teóricos ou subjetivos relacionados com as práticas políticas e sociais de alguns atores envolvidos. As maiores dificuldades para a participação social, isso não apenas em Macapá, mas em grande parte do Brasil, estão também dentro da esfera dos arranjos institucionais. Todavia, a experiência participativa do Plano Plurianual obviamente trouxe efeitos positivos para a dinâmica do poder local. Entre eles, a expressiva participação destes atores sociais, a eleição de seus representantes, a abertura de canais de discussão e deliberação conjunta de demandas emergenciais e a criação de estratégias de acompanhamento da execução das demandas estabelecidas como prioritárias e incorporadas ao PPA.

A Democracia Participativa, como concepção teórica e como práxis política, para autores como Pateman (1992) e Poulantzas (1977), acontece em um contexto no qual as dificuldades para a execução, assim como suas qualidades, contribuem para configurar os resultados. Quando os resultados têm influência positiva, o contexto também influi positivamente nos processos de consolidação da democracia em curso.

Considera-se que a experiência participativa implementada em Macapá foi positiva, na medida em que possibilitou a abertura de canais mais ampliados de diálogo entre membros da sociedade e o poder público, viabilizando contribuições e interferências quanto aos rumos das coisas públicas e, principalmente, àquelas que os afeta diretamente. Foi também uma forma mais legítima de aproximar a gestão pública e a sociedade na formulação e implementação de políticas públicas, rompendo com as práticas tradicionais representativas que limitam a participação do cidadão ao simples ato do voto.

Frente às observações aqui apontadas, percebe-se que não se encerra neste breve trabalho a elucidação dos inúmeros fatores, tanto positivos como negativos, que envolvem o processo de participação social. Acredita-se que outros elementos necessitam de análise mais aprofundada para que se tenha entendimento mais detalhado de como o processo participativo vem desenvolvendo-se no contexto da gestão pública no Município de Macapá.

No que se refere diretamente ao objeto desta pesquisa, sugere-se estudos posteriores com foco na análise dos processos participativos implementados pela gestão municipal após a elaboração do Plano Plurianual, especialmente sob a ótica do controle social nas etapas de execução, monitoramento e avaliação das ações vinculadas às demandas aprovadas como prioritárias e inseridas no respectivo plano.

Assumindo o caráter exploratório e preliminar deste trabalho, sugere-se também, em perspectiva mais ampliada, a realização de pesquisas que incluam outras experiências de participação implementadas no desenvolvimento de políticas públicas no Município de Macapá. Tais investigações podem partir de estudos que visem identificar mais detalhadamente as influências dos arranjos institucionais na efetivação dessas experiências, bem como analisar as características dos fatores relacionais que vinculam os agentes sociais nas práticas compartilhadas de deliberação, envolvendo os elementos inerentes à ambiência participativa como conflitos, interesses, disputas, assimetrias de poder, dentre outros.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Helenira Fonseca de. *Participação Social e estima de lugar: Caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da regional III da cidade de Fortaleza pelos mapas afetivos*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Fortaleza-CE, 2010.
- ALVES, Josefa Cícera Martins. *A participação social a partir do Programa Federal Territórios da Cidadania: o caso do território do Cariri/CE*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável. Juazeiro do Norte-CE, 2013.

- AMMANN Safira Bezerra. *Participação social*. São Paulo: Cortez Moraes, 1978.
- AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Unesp, 2004.
- AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes D. Democracia, participação e instituições híbridas. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, Número Especial, p. 16 - 41, 2005.
- BASTOS, Celso (Coord.). *Por uma nova Federação*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 6. ed., São Paulo: Malheiros, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- CAMARGO, Aspásia Brasileira Alcântara. Atualidades do Federalismo: tendências internacionais e experiências brasileira. In: VERGARA Sylvia Constant; CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida. *Propostas para uma Gestão Pública Municipal efetiva*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 39-46.
- CARVALHO, Maria do Carmo. *Participação social no Brasil hoje*. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.
- CONGRESSO do Povo. Prefeitura Municipal de Macapá. (Dossiê do Processo de Elaboração do Plano Plurianual Participativo do Município de Macapá 2014-2017). Macapá-AP: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral-PMM, 2015. 306 p.
- DAGNINO, Evelina. *Para retomar a reinvenção democrática: qual cidadania, qual participação?* Palestra proferida no Fórum Social Nordestino. Recife, 2004. Disponível em: <https://www.academia.edu/3059210/Para_retomar_a_reinven%C3%A7%C3%A3o_democr%C3%A1tica_qual_cidadania_qual_participa%C3%A7%C3%A3o?auto=download>. Acesso em: 21 Ago. 2016.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 1988.
- FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato. Recursos, decisão e poder, conselhos gestores de políticas públicas de Curitiba. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 67-81, fev. 2006.
- GOHN Maria Glória da. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2003.
- GRYNSZPAN, Mario. *A teoria das elites e sua genealogia consagrada*. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Dumará, 1996.

- HABERMAS, Jürgen. *Participação Política*, In: CARDOSO, F. H. & MARTINS, C. E., *Política e Sociedade*. São Paulo-SP: Nacional, 1983.
- HARDT, Michel e NEGRI, Antônio. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. São Paulo: Record, 2005.
- HELD, David. *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.
- MATEOS, Simone Biehler. *A construção da democracia participativa*. *Revista Desenvolvimento*, Brasília, v.8, n.65, 2011, p.18-33.
- MATIAS-PEREIRA, José. *Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais*. São Paulo: Atlas, 2008.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito municipal brasileiro*. 6. ed., São Paulo: Malheiros, 1993.
- MENDONÇA Luís Cavaleira de. *Participação na Organização: uma introdução aos seus fundamentos, conceitos e formas*. São Paulo: Atlas, 1987.
- MILANI Carlos Roberto Sanches. *Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão x política*. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, v.8, n. 16, 2006.
- MINEIRO. Ademar S. *Participação Popular, Estratégia de Desenvolvimento e Política de Ajuste: Limitações do Processo de Discussão do PPA 2004-2007*.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- POMPONET, André Silva. *Plano plurianual participativo 2008-2011 na Bahia: uma análise*. Salvador: A. S. Pomponet 2012.
- POULANTZAS, Nico. *Elementos de análise sobre a crise do Estado*. In: _____ (org.). *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *O contrato social: princípios de direito político*. Ed Ridendo Castigat Mores, 2002.
- RUA, Maria das Graças. *Políticas Públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.130. p
- SABATIER, Paul A. *Political Science and Public Policy*. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Org.). *Public Policy: The Essential Readings*. New Jersey:Prentice Hall, 1995. cap. 2, p. 10-15.
- SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. *Para ampliar o cânone democrático*. In: SANTOS, Boaventura de Souza(org.).*Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,2002,p.40.

- SAYAGO, Dóris Aleida Villamizar. *A invenção burocrática da participação: discursos e práticas no Ceará*. Tese (Doutorado) Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2000. 210 p.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1975, p. 327-328.
- SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133.p
- SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, 2006.
- SUNDFELD, CARLOS ARI. *Fundamentos de direito público*. 2. ed., São Paulo: Editora Malheiros, 1990.
- TEIXEIRA Elenaldo. *Sociedade Civil e Participação Cidadã no Poder Local*. UFBA, Salvador, 2000.
- _____. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. *Revista AATR*, 2002.
- TORRES Marcelo Douglas Figueiredo de. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

UM ESTUDO DAS PAISAGENS URBANAS DE MACAPÁ-AP A PARTIR DE CARTOGRAFIAS PESSOAIS

Rosiane Corrêa dos Santos¹

Pablo Sebastian Moreira Fernandez²

RESUMO: A pesquisa intitulada “Um estudo da paisagem urbana de Macapá -AP a partir de cartografias pessoais” buscou por meio de pesquisas fundamentadas em aportes teóricos e metodológicos da Fenomenologia e da Geografia Humanista, a análise de mapas mentais construídos a partir de vivências no centro da cidade de Macapá-AP, intuindo identificar paisagens urbanas a partir da percepção de seus habitantes. O presente trabalho esteve vinculado a um Projeto maior intitulado “Trilhas Urbanas: uma proposta metodológica de experienciar, de ver e ser- no mundo”, coordenado pelo Professor Pablo S. M. Fernandez, e foi desenvolvida no LAPEGEO (Laboratório de Pesquisa e Ensino de Geografia), UNIFAP. Esta tratasse de uma pesquisa fomentada pelo Programa Bolsas de Iniciação Científica- PROBIC/UNIFAP e teve como objetivo reconhecer quais são as paisagens urbanas e os sentidos de pertencimento e instabilidade, dos moradores com a cidade de Macapá - AP. Como metodologia foram utilizados levantamentos bibliográficos, aliada à pesquisa de campo e a uma experiência etnográfica urbana no “centro” da cidade, pesquisa visual em acervos históricos e pessoais, o que resultou em mapas mentais nos quais retratam um pouco sobre experiências e memórias da (na) cidade. Estes trabalhos de campo buscaram reconhecer e valorizar as vivências, experiências e as dinâmicas cotidianas, amparadas na realização de trilhas urbanas no centro da cidade de Macapá e oficinas de cartografias afetivas e mentais. A partir destas considerações buscou-se atribuir um sentido técnico à estes mapas, intuindo que estes poderão servir como ferramenta no auxílio à gestão e planejamento urbano na cidade de Macapá.

Palavras-chave: Paisagens urbanas; Experiência; Mapas mentais, Macapá-AP.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca alicerçada na Fenomenologia e nos aportes teóricos da Geografia Humanística, propor o mapeamento mental como instrumento para pensar sobre novas formas de percepção do (no) ambiente urbano, valorizando aspectos subjetivos do mapeador, não privilegiando apenas o uso de coordenadas sistêmicas, projeções e escalas métricas. O termo “Mapas Pessoais”, que titula esta pesquisa, vem inspirado pelo geógrafo Luiz Tiago de Paula em sua pesquisa intitulada: “Cartografia da experiência urbana: as imagens e formas de Campinas”, do ano de 2011, realizada no Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas-SP. Este trabalho torna-se referência, pois busca a partir da visão

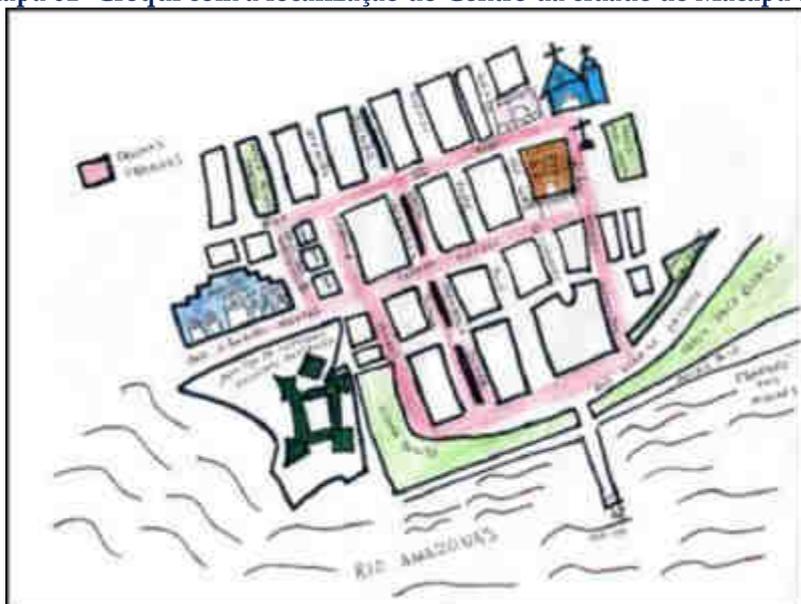
¹ Foi bolsista de iniciação científica PROBIC/UNIFAP, vigência 2014-2015.

² Orientador de iniciação científica. Professor do Curso de Geografia da UNIFAP.

particular de cada habitante da cidade, estabelecer distintas relações com os seus lugares, na construção de imagens e percepções próprias, por meio do mapeamento de suas vivências, e desta maneira, revelar as cartografias da experiência urbana naquela cidade (DE PAULA, 2011).

Com a relevância deste trabalho, procuramos incorporar e nos inspirar em alguns de seus processos metodológicos, incorporando novas considerações e contribuições a partir do nosso olhar e as singularidades da cidade de Macapá - AP. Portanto, o nosso objetivo com esta pesquisa foi realizar um estudo teórico e prático sobre mapas mentais elaborados pelos próprios moradores da cidade de Macapá- AP, apoiados na Geografia Humanística e suas influências, como citado anteriormente. E através destes, revelar às diversas formas que os sujeitos constroem suas paisagens urbanas, compreender suas relações com os espaços e lugares, em uma metodologia que consiste na elaboração de mapas mentais, trilhas urbanas, oficinas de cartografia afetivas e etnografia de rua. Com a intenção de mapear seus trajetos, momentos de “pausas” de descanso, de encontro e lazer, que fazem parte de suas vidas cotidianas e a relação de pertencimento com a cidade. Para tanto, optou-se pela delimitação do recorte espacial da área central da cidade de Macapá - AP, como mostra o mapa a seguir:

Mapa 01- Croqui com a localização do Centro da cidade de Macapá-AP



Fonte: Rosiane Corrêa em 08/03/2013

Sobre este primeiro croqui da pesquisa, nota-se indicado na cor vermelha os primeiros trajetos percorridos e construídos pela metodologia das trilhas interpretativas urbanas, destacando os principais pontos de referência do centro como o Mercado Central, a Fortaleza de São José, a Igreja de São José, Teatro das Bacabeiras, praças, ruas e avenidas da cidade de Macapá.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada neste trabalho foi do tipo qualitativa, que se caracteriza pela relação entre o investigador e os sujeitos investigados, com a elaboração de entrevistas, de questionários direcionados para a escuta, permanência nos lugares, conversas informais e encontros conforme as metodologias de pesquisa social propostas por Minayo (1993), indicando como caminho metodológico da pesquisa, um percurso dividido em cinco etapas.

A primeira etapa definida como exploratória, foi realizado o levantamento bibliográfico, leituras e reflexões a respeito de teorias e conceitos tratados nas metodologias qualitativas em ciências humanas e para o pensamento geográfico, numa perspectiva fenomenológica e Humanística (DARDEL, 2011; HOLZER, 1999; TUAN, 1983 e 1980; RELPH, 1976). Simultaneamente foram realizados, pesquisas nos órgãos de planejamento, prefeituras e bibliotecas, para o levantamento histórico do centro da cidade, através de imagens de acervos, reportagens e notícias.

A segunda etapa consistiu nos trabalhos de campo, realizados no centro da cidade pelo pesquisador, que caminhando delimitava o seu recorte de pesquisa, traçando trilhas urbanas. Por meio das experiências e vivências adquiridas nestas trilhas, as impressões e a intuição conduziram o pesquisador ao encontro de processos relacionados à “cognição, percepção e afetividade, processos determinantes na gênese de imagens, representações, atitudes, a atributos e valores relacionados à paisagem e aos seus lugares” (LIMA, 1998). Momento do desenho e concepção das trilhas que posteriormente foram utilizadas durante as experimentações cartográficas, relatadas em

um diário de campo, composto por fotos, desenhos, croquis, revelando um imaginário urbano pessoal em relação ao centro da cidade Macapá que seria contraposto com outros imaginários coletados na pesquisa.

Os trabalhos de campo sob uma abordagem humanista possuem um caráter exploratório, que permitem o contato direto com a vivência e os sujeitos que delimitam a cidade a ser pesquisada, nos tornando ainda mais íntimos do lugar pesquisado. Neste caso, a construção de um diário de campo, através da observação, descrição das paisagens e da vivência nos lugares. É importante ressaltar que os percursos por estas ruas e avenidas não foram realizados exclusivamente na pesquisa, visto que em nossas vivências cotidianas como “geógrafos em formação” somos motivados e guiados por uma curiosidade espacial, onde nosso olhar em relação à cidade faz parte de um processo de compreensão das dinâmicas sociais e espaciais.

A terceira etapa se consolidou com a realização das trilhas urbanas, momento de realizar experimentações caminhantes e cartográficas. Nesta etapa utilizamos a metodologia da “etnografia de rua”, proposta por Eckert e Rocha (2000) que consideram que esta baseia-se na descrição das práticas e saberes de sujeitos e grupos sociais utilizando-se de técnicas como observação e conversações.

Para além disto, a importância de se utilizar tal metodologia está na concepção do pesquisador enquanto experienciador de todos os ambientes da cidade, onde a “descrição em profundidade” destas observações ocorre com a compreensão das dinâmicas da vida cidadina. Tanto as ruas, esquinas, avenidas ou bairros revelam ao pesquisador geógrafo cenários, paisagens e ações dos personagens que constroem um cotidiano na (da) cidade. As técnicas da “etnografia de rua” proposta pelas autoras (...) “é mais um exercício que permite ao etnógrafo não apenas reconhecer e interpretar o “nativo”, mas igualmente interpretar o seu si-mesmo no contexto do diálogo com o Outro” (ECKERT; ROCHA, 2000, p.8).

Na quarta etapa do trabalho foram realizadas a análise dos questionários aplicados durante as oficinas, construído para que durante o processo, os participantes

refletissem sobre quais informações seriam inseridas em seu mapa ou como estas poderiam compor um conjunto de legendas, elementos fundamentais para o processo cartográfico realizado neste trabalho.

A quinta e última etapa consistiu na análise dos mapas mentais, amparados na metodologia proposta pela geógrafa Salete Kozel (2007). Neste sentido pretendeu-se refletir sobre a utilização destes mapas mentais como expressão das experiências do mundo vivido, numa relação subjetiva do homem com o ambiente no qual habita, traduzindo uma nova forma de cartografar os processos de percepção em relação a paisagem da cidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 TRILHAS URBANAS NO CENTRO DE MACAPÁ: UMA ETNOGRAFIA DE RUA

Caminho sozinho, e ao entrar no meio das pessoas é que percebo que estas não se encaram, não me olham, somente desviam. (...) Sigo caminhando a me deixar ser guiado pela cidade e não encontro o olhar das pessoas. Encontro (algo) que a meu ver parece não ter significado no meio da massa, lugar onde impera a impessoalidade, em cada ultrapassagem ou, quando de encontro, desviam-se à direita, automáticos como os carros (FERNANDEZ, 2008, p.1).

As trilhas interpretativas no centro de Macapá fizeram parte do processo de concepção das oficinas de mapas mentais, como um momento disparador de experiências a partir de trajetos planejados e pré-concebidos pelo pesquisador. Este momento da pesquisa trata da experiência particular dos participantes da oficina e quais sentidos que a cidade lhe despertava através do caminhar “a pé” pelas ruas do centro. Embora a trilha tenha sido coletiva, a experiência individual de cada participante revelou dados de seus mundos vividos, percepções que muitas vezes se encontram internalizadas, reveladoras de subjetividades, ganham expressão neste caminho coletivo em um diálogo entre as pessoas e o meio ambiente (LIMA, 1996). Esta alternativa metodológica de trilhar as ruas da cidade foi capaz de promover um encontro que aproximou os sujeitos de uma realidade invisível ao seu cotidiano, uma realidade que no

geral não é percebida, sentida ou vivida. Conforme explica Lima (1998):

Ao percorrermos uma trilha interpretativa descobrimos relações de coincidências e de complementaridades solidárias entre e com outros grupos humanos: aprendemos a perceber, experienciar e a interpretar realidades da realidade, vivenciar paisagens na paisagem. Estas experiências nos propiciam várias leituras de uma mesma realidade ambiental considerando a análise e a interpretação das diversas dimensões paisagísticas, onde temos ainda a identificação de níveis de percepção ambiental, tanto individuais quanto coletivos, a determinarem a gênese de imagens, representações, atitudes, atributos e valores relacionados à paisagem e aos seus lugares (LIMA, 1998, p. 5).

Ao percorrer as trilhas do centro, os nossos olhares são conduzidos às paisagens, estas, compostas pelos habitantes, suas culturas, estratégias de sobrevivência, suas diversas práticas espaciais, por objetos fixos e móveis, elementos naturais ou construídos. As trilhas permitem que se estabeleça uma rede complexa de percepções, sentimentos e emoções, conforme aqueles tratados por Tuan (1980) como os sentidos de topofilia e topofobia, estudados em pesquisa anterior. Topofilia que se consiste nas relações de afeto ou afeição por uma paisagem, numa experiência de pertencimento e respeito pelo lugar. Do mesmo modo que a experiência caminhante pode revelar topofilia, esta mesma pode revelar sentimentos de topofobia, expresso em medo, insegurança, precariedade ambiental e de modos de vida, ou em adjetivos como: lugar feio, paisagem abandonada, ou ruas “mal frequentadas”.

Alicerçados no aporte teórico-metodológico da Fenomenologia aliada ao método antropológico de etnografia de rua, proposto por Eckert e Rocha (2003, p.2) “consiste na investigação antropológica sobre a dinâmica das interações cotidianas e representações sociais “na” e “da” cidade”. Nesta experiência etnográfica seja em uma rua, bairro ou cidade, incluem-se a introdução de coleta de impressões como áudio, captura de imagens através de câmera fotográfica e/ou a câmera de vídeo (ECKERT, 2003). No entanto, a técnica de pesquisa etnográfica “de rua”, configura-se em um deslocamento em sua própria cidade conforme propõe Fernandez (2008) em sua metodologia caminhante e fotografante para conhecer os lugares da cidade e seus habitantes.

Neste sentido, as trilhas urbanas têm como objetivo captar através da percepção da vivência e experiência o entendimento entre os sujeitos da cidade e as paisagens urbanas que circundam o seu cotidiano, de forma a considerar não só a essência do ser humano numa análise rigorosa, mas, também que leve em consideração aspectos como a subjetividade do ser humano. Para Eckert (2003) a etnografia consiste na descrição das práticas e saberes de sujeitos e grupos sociais a partir de técnicas como observação e conversações, desenvolvidas no contexto de uma pesquisa.

Tem-se como objetivo através da junção entre essas duas metodologias captar as percepções e vivências das paisagens do centro da cidade de Macapá, valorizando os aspectos da subjetividade humana, compreendendo as práticas sociais, e as trajetórias singulares dos habitantes da cidade. A aproximação desse grupo social que vive e sobrevive na cidade, é uma maneira de buscar e situar o próprio ser em relação ao “ser do outro” na cidade Eckert (2003). Estas práticas metodológicas, aliada a elaboração de mapas mentais, apresentada mais adiante, são alternativas que buscam a compreensão da relação afetiva do lugar e sobretudo com as paisagens do lugar.

3.2 A EXPERIÊNCIA COM AS TRILHAS URBANAS

As trilhas urbanas estiveram inseridas no contexto de oficinas de mapas mentais, realizadas com grupos de acadêmicos do curso de Geografia e de Pedagogia da UNIFAP. Conforme será mostrado adiante. A primeira trilha urbana no centro da cidade ocorreu de forma experimental em janeiro de 2015, com os acadêmicos do curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP e sob a supervisão do professor Pablo Fernandez. A trilha teve como proposta despertar nos participantes sentidos “pouco usuais” em relação às paisagens do centro de Macapá, tendo como participantes da trilha um total de 20 alunos, dos quais foram divididos em 4 grupos. Nesta proposta as trilhas foram traçadas e construídas pelos próprios grupos, onde cada grupo construiu um percurso a partir do Mercado Central em direção às principais ruas do centro da cidade. Munidos de prancheta e câmera fotográfica, com o objetivo

de registrar as paisagens que mais revelassem sentidos e significados, na prancheta acrescentavam pequenos rabiscos, sons escutados, impressões, anotações de forma livre. No final da trilha deu-se início a confecção dos mapas mentais e de um mapa coletivo.

A experiência nesta trilha serviu para ajustar e principalmente aprimorar a metodologia para as trilhas futuras. O material produzido pelos participantes da oficina reforçou ainda mais o nosso interesse em trabalhar a subjetividade de cada habitante, numa metodologia que valorizasse a memória, a imaginação, a observação e o refinamento dos sentidos. A partir de questionamentos surgidos nesta trilha optamos por trabalhar com a aplicação de questionários.

A segunda trilha ocorreu em maio de 2015 com uma turma do curso de Pedagogia - UNIFAP com cerca de 30 acadêmicos. A trilha teve como ponto de partida o Mercado Central Mercado Central (como mostra a figura abaixo) elegendo este lugar como referencial espacial e locacional. A figura 01 trata das primeiras orientações e a do grupo no momento que antecede o início da trilha.

Figura 01 - Início da trilha... instruções e conversa sobre o mapeamento



Fonte: Pablo Fernandez em 01/06/2015.

Com o objetivo de perceber e mapear as paisagens do centro da cidade, reforçando a ideia de que qualquer pessoa pode ser um cartógrafo, apoiados na metodologia da etnografia de rua e do caminhar fotografante na cidade conforme proposto pelos autores Eckert e Rocha (2003) e Fernandez (2008).

Iniciamos a trilha pelo centro da cidade, orientados pelo croqui mostrado anteriormente com os trajetos já estabelecidos. A trilha seguiu por toda a extensão do Mercado Central e seguiu em direção à Rua São José, a cada parada, chamou-se a atenção dos participantes para observar detalhes da composição da paisagem: a movimentação de pessoas e veículos, os prédios e suas propagandas, os sons e os odores e também algumas informações históricas à respeito de alguns lugares por onde a trilha seguiu, como o Canal da Mendonça Junior, a Igreja de São José, o Teatro das Bacabeiras e as praças. Neste percurso, avistou-se pequenas e grandes lojas, se deram conversas com trabalhadores, moradores, passantes e camelôs por quase toda a extensão da via.

Figura 02- Praça Jacy Barata Jucá.



Fonte: Rosiane Corrêa em 01/06/2015.

O encontro com a paisagem natural do centro foi se realizando a partir da praça Jacy Jucá, dada que sua localização permite um olhar panorâmico para o rio Amazo-

nas. Esta praça que é localizada na orla da cidade, está próxima da área portuária do Igarapé das Mulheres no Bairro Perpétuo Socorro. Segundo alguns relatos de frequentadores daquele lugar encontrados na trilha, estes procuram a praça para realizarem atividades físicas e de lazer, porém neste mesmo espaço já houveram muitos casos de assaltos e roubos, situações que demonstram a insegurança e o abandono deste espaço público, gerando aos frequentadores um sentimento de topofobia.

Para evidenciar ainda mais o abandono da praça, nenhum dos entrevistados sabia ao certo como se chamava aquele lugar, ainda mais que ali não há nenhuma placa de identificação. Depois de pesquisa realizada em órgãos de planejamento da cidade, foi possível saber ao certo o seu nome: Jacy Barata Jucá, nome dado à praça em homenagem a um dos secretários da prefeitura de Macapá na década de 40. O desconhecimento ou “apagamento” do nome desta praça vem a corroborar ou ampliar o sentimento de topofobia revelado em lugares de abandono ou “esquecimento”.

Continuando o percurso, chegamos até o último lugar correspondente ao trajeto da trilha, a orla do Rio Amazonas, próximo à área portuária do Igarapé das Mulheres. Como mostra a figura 03.

Figura 03 - O final da trilha e o encontro com o Rio Amazonas



Fonte: Rosiane Corrêa em 01/06/2015.

O encontro com o rio revelou um conjunto de imagens de pertencimento e afetividade para alguns participantes da oficina, fundadas em lembranças das experiências vividas na infância, nos lugares de vida familiar, que com o passar do tempo e com o processo de mudança para a cidade foi sendo esquecida (Estes alunos relataram memórias de suas vidas em comunidades ribeirinhas ou “interioranas” e o distanciamento geográfico para a realização dos estudos, trabalho, etc). Para estes sujeitos o rio é mais do que a presença da natureza na cidade, ele é elemento da memória que revela a importância dos sentidos que são transmitidos através de sua imagem, demonstrados pela forma que estes sentimentos se manifestam. Esta relação traduz os significados de topofilia, de pertencimento, de prazer e amor pelo lugar. Esta maneira de experienciar as paisagens incorporam o significado do vivido, pois originam-se de percepções, valores e atitudes diante de espaços e lugares. Assim, os termos topofilia e topofobia propostos por Tuan (1980) estão associados ao caráter do ambiente e com os valores e atitudes daqueles que os experienciaram.

3.3 ANÁLISE DOS MAPAS MENTAIS

De acordo com Seemann (2013), o uso de métodos qualitativos, que representam procedimentos para obtenção de dados empíricos e estratégias para a interpretação de resultados, ainda é negligenciado nos estudos sobre cartografia no Brasil. No entanto, várias pesquisas elegem o uso de mapas mentais para a compreensão da percepção ambiental de determinados sujeitos.

Neste sentido, vale destacar o trabalho de Salete Kozel (2001), que desenvolveu uma metodologia de análise minuciosa dos signos existentes nos mapas mentais, metodologia que foi aplicada pela primeira vez na pesquisa de mestrado de Helena Kashiwagi (2004). Essa metodologia vem sendo implementada com algumas adaptações por outros pesquisadores, comprovando a validade científica desta linguagem, sendo atualmente conhecido como “Metodologia Kozel”. Utilizado nesta pesquisa em um diálogo com as experiências de Lynch (1980) e os estudos de Tuan (1980; 1983)

sobre percepção, atitude e meio ambiente e lugar.

De acordo com Tuan, (1975), os mapas mentais têm as seguintes funções:

- Eles nos preparam para comunicar efetivamente informações espaciais;
- Tornam possível ensaiar comportamentos espaciais na mente;
- São dispositivos mnemônicos (capaz de desenvolver a memória): quando se deseja memorizar eventos, pessoas e coisas, eles ajudam, a saber, sua localização;
- Como mapas reais, os mapas mentais são meios de estruturar e armazenar conhecimento;
- Eles são mundos imaginários, porque permitem retratar lugares muitas vezes não acessíveis para as pessoas;

Na perspectiva baseada no conceito de Lynch (1980) analisamos a noção de limites (longe, perto, dentro, fora) indicada em seu trabalho.

Dentro destes aspectos, é destarte que os mapas mentais estão relacionados às características do mundo real, ou seja, não são construções imaginárias, de lugares imaginários, mas construções reais, feitas por sujeitos a partir de histórias reais de lugares vividos. Após a realização das trilhas urbanas no centro da cidade, dando seguimento a oficina de mapas mentais, os participantes produziram mapas coletivos e individuais. Durante as oficinas, foi proposto que os mesmos construíssem seus mapas mentais a partir de suas percepções do centro da cidade. As legendas e signos foram criados de forma livre, cada participante pôde expressar sua criatividade, sem se importar com padrões cartográficos, o fundamental seria que essas cartografias mostrassem as singularidades, vivências, lembranças, lugares e espaços importantes da memória dos moradores.

A ideia de trabalhar com mapas coletivos permitiu compartilhar as percepções de cada participante da trilha com o grupo. Uma forma de dar voz ao outro, de deixar e se deixado ver e ler, numa relação de troca de diálogo entre os participantes da oficina.

Figura 04 – Oficina com os alunos do curso de Geografia.



Fonte: Rosiane Corrêa em 23/01/2015.

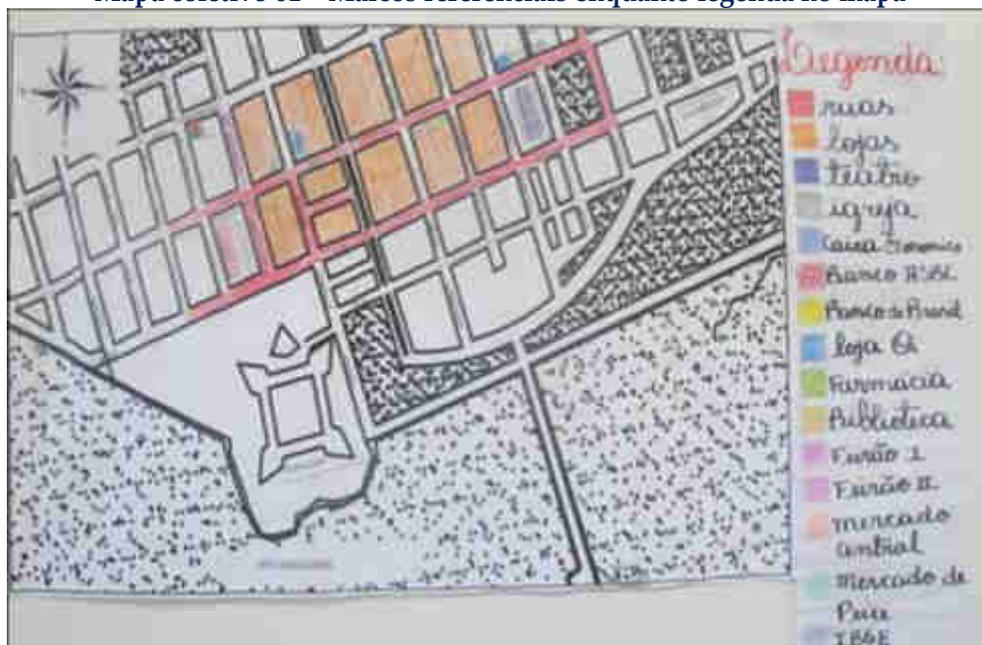
Após a realização das trilhas urbanas, com os acadêmicos de Geografia, conforme foi visto anteriormente, iniciou-se a atividades com os mapas mentais, dentro da proposta da oficina. Sendo a primeira experiência de oficina para a pesquisa.

Foi trabalhado com esse grupo, a compreensão e quais as suas noções cartográficas e espaciais, e desta forma compreender como esses sujeitos concebem o imaginário urbano da cidade de Macapá através do mapeamento mental.

Esta oficina consistiu em um momento importante para a pesquisa, por ser a primeira experiência de aplicação destas metodologias, sendo uma experiência determinante, pois, a partir desta oficina, buscou-se ajustar e aprimorar as metodologias utilizadas na pesquisa, para corrigir possíveis falhas afim de possibilitar uma melhor compreensão e análise dos mapas.

A figura a seguir trata do resultado da realização dos mapas coletivos elaborados por esses participantes. A metodologia para a análise dos mapas coletivos consistiu na interpretação de figuras e legendas criadas pelos participantes da oficina, a partir dos percursos realizados durante a trilha. Destacando lugares que marcam o cotidiano dos moradores do centro da cidade.

Mapa coletivo 01 - Marcos referenciais enquanto legenda no mapa



Fonte: participantes da oficina em 05/08/2015.

Ao construírem este mapa coletivo os participantes da oficina destacaram as ruas São José e Candido Mendes, importantes vias para o centro da cidade. Segundo Lynch (1980), as pessoas observam a cidade à medida que nela se deslocam e os outros elementos organizam-se e relacionam-se ao longo dessas vias. O grupo destacou em seu mapa coletivo, os diversos serviços encontrados no centro da cidade, como: lojas, bancos, alguns lugares turísticos, como o Mercado Central, a igreja de São José e o Teatro das Bacabeiras. Deste modo o morador do centro não precisa se deslocar a maiores distâncias no seu cotidiano, pois o centro da cidade oferece diversos serviços. Ao contrário dos moradores de bairros distantes, que precisam na maioria das vezes pegar duas conduções pra se chegar até o centro da cidade e usufruir desses serviços prestados.

A partir da experiência desta oficina, foi possível identificar os possíveis usos desta metodologia, principalmente para fins didáticos conforme relatado por alguns participantes da oficina, que manifestaram a vontade de utilizar este método em aulas futuras. A seguir destacaremos alguns mapas mentais coletados durante as oficinas. Foram coletados cerca de 20 mapas mentais, selecionamos apenas 4 mapas, dos quais nos permitiram na realização da análise baseado na metodologia proposta.

Mapa mental 01 - O entorno do Mercado Central



Fonte: participante da oficina entrevistado em 24/01/2015.

Este mapa apresenta vários ícones dispersos, formas, palavras, elementos humanos e paisagens construídas, retrata a área em torno ao Mercado Central, sendo um dos lugares mais boêmio da cidade e ponto de encontros dos amigos depois do trabalho. No mapa podemos observar a forma de apropriação do espaço, sua morfologia e organização espacial, em relação a distribuição dos inúmeros pontos e lojas comerciais, bares, trânsito de pessoas e veículos. A frente do Mercado Central visualizamos a Fortaleza de São José. Os comerciantes, turistas e moradores se apropriam do espaço físico da cidade e nele exercem suas respectivas atividades, observa-se a presença de elementos móveis, com representação do fluxo de pessoas e veículos.

Mapa Mental 02- Trapiche Eliezer Levy



Fonte: participante da oficina entrevistado em 24/01/2015.

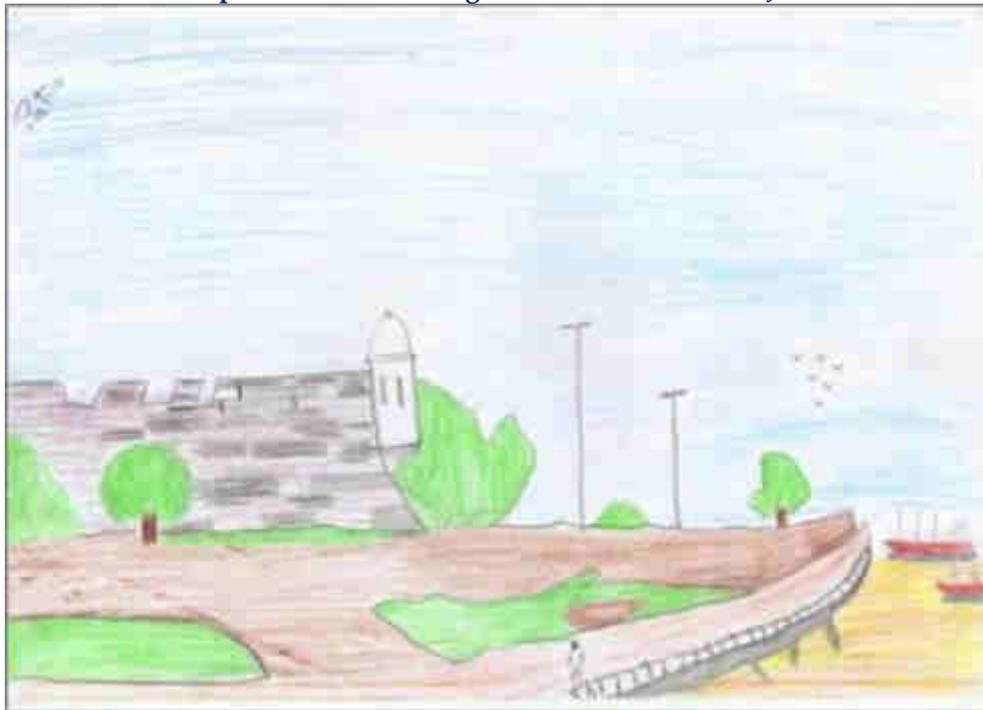
O mapa mental acima apresenta diversos ícones, a disposição é em perspectiva com elementos da paisagem construída e elemento humano. Retrata a utilização da orla com espaço na prática de esportes, sendo um deles o *kite surf*, esporte praticado na cheia do rio Amazonas, com uma espécie de paraquedas acoplado a uma prancha, que colore a paisagem e enfeitam o céu da orla, além desse esporte, são praticadas, caminhadas, corridas e passeios de bicicletas e outros.

Observamos também alguns pontos turísticos ao fundo do mapa, o Trapiche Eliezer Levy, onde funcionava o antigo porto de atracação de embarcações, que anos depois foi desativado para dar lugar a um trilho e bondinho que transporta seus turistas para o restaurante ao final do trilho. É possível observar também barcos, oriundos de ilhas vizinhas à cidade, onde abastecem a cidade com frutas e verduras, atracados em pequenos portos chamados de rampas, pela falta de estrutura, onde é reproduzindo o cotidiano de uma feira livre, estabelecendo uma relação comercial devido à movimentação de pessoas, barqueiros e pequenos comerciantes informais.

A escolha do autor por mapear esta paisagem se dar pelo de que este lugar é a paisagem que ele mais aprecia na cidade, sendo um ponto de encontros de amigos e

conversas.

Mapa mental 03 - Paisagem da Fortaleza de São José



Fonte: participante da oficina entrevistado em 24/01/2015.

Este mapa mental apresenta uma imagem horizontal da Fortaleza, destaca a calçada que liga o complexo da fortaleza ao rio Amazonas, exhibe ícones de forma organizada, com a presença de elementos da paisagem natural, elemento da paisagem construída e elemento humano. Ao fundo do mapa a presença de alguns barcos e pedestre. Que neste caso seria o próprio autor do mapa em seu momento de lazer. Por meio deste mapa compreende-se que o morador busca através dos ícones apresentados nas paisagens urbanas, seu interesse pelos elementos da natureza, o que seria uma quebra de rotina do urbano e seu ambiente de procedência. Remetendo ao autor os sentimentos de bem-estar e tranquilidade o que se caracteriza numa fuga em meio a uma rotina de trabalho e obrigações, para (LYNCH, 1980) esses marcos referências na paisagem são conhecidos como limites afetivos.

Mapa mental 04 – Relações sócio espaciais na Paisagem do Centro



Fonte: participante da oficina entrevistado em 24/01/2015.

Este mapa dá noção de uma vista aérea a partir da Rua São José, destacando o canal da Mendonça Júnior na parte inferior direita e ao fundo a fortaleza e o complexo turístico. O autor deste mapa utilizou o programa *Google Maps* para ter uma dimensão da cidade vista de cima. A partir de suas observações, o autor refletiu sobre dinamismo que é o centro da cidade de Macapá, suas várias atividades e funções. Os ícones e formas apresentadas no mapa são casas, os pequenos comércios, ruas, calçadas, carros, transatlântico e evidencia a Fortaleza de São José como patrimônio histórico cultural da cidade, e os elementos humanos reforçam a ideia de o fluxo e movimento neste espaço do centro da cidade, mostrando também a cidade como um lugar de vivência, relações e interações. O mapa ressalta também a falta de um sistema de tratamento de esgoto na cidade, representado pelo desenho do canal da Mendonça Junior com a frase “canal poluído (esgoto)”. Através do canal é lançado todo o esgoto produzido na cidade, que são lançados diretamente no rio, sem passar por qualquer tipo de tratamento. Os ícones palavras que cercam os ícones formas que estão dispersos

sobre o desenho, a junção entre os ícones palavras e ícones formas reforçam a necessidade da expressão formal para fixar a ideia a ser mostrada diante das representações do desenho. Fica claro também que as relações entre os lugares próximos da fortaleza servem para evidenciar pontos de referências importantes na questão da construção da imagem mental do lugar.

4 CONCLUSÃO

Nesta experiência cartográfica, buscamos o olhar urbano sob os aportes teóricos e metodológicos da Fenomenologia, interpretado através dos mapas mentais e narrativas dos moradores sobre suas percepções acerca das paisagens urbanas que compõe o centro da cidade de Macapá. As metodologias que utilizamos durante esta pesquisa nos conduziram para a refletir sobre as formas como se dão apropriação do espaço macapaense, sob os olhares quem cria e recria as paisagens urbanas, vivenciadas cotidianamente. Os relatos dos moradores antigos sobre suas vivências e lembranças do passado na cidade, revelam uma concepção que serve para mostrar um espaço construído a partir de vivências e relações.

A cidade construída a partir do “eu”: a minha cidade. Esta relação é particularmente expressiva, é um ponto de identidade, quando se refere a um lugar. A identidade das pessoas com os lugares forma-se conjuntamente à vivência cotidiana, da relação entre elas os objetos e o grupo. Constrói-se com o tempo um elo que as liga ao lugar, ressaltado quando se expressa o meu lugar.

Ao percorrerem as trilhas, os participantes refletiram sobre alguns aspectos da cidade como: a infraestrutura, segurança e saneamento básico. Esse experienciar imediato no centro da cidade proporcionou um envolvimento direto entre meio ambiente e pessoas. Este contato com a realidade dos espaços e lugares da cidade estabeleceu uma reflexão em torno da dimensão da qualidade de vida oferecida para estas pessoas. Que posteriormente foram expressas com criatividade em seus mapas mentais.

Outro momento importante de ressaltar durante a reflexão em torno da meto-

dologia é a visão diferenciada que cada grupo estabelece com o centro da cidade, tornando-o diferente, para quem mora, no sentido de permanência com o lugar e para apenas passa por eles (passantes). Desta maneira percebemos o quão se torna necessário a realização de novas experimentações com públicos diferenciados, para subsidiarem uma ampla análise desses mapas tendo em vista a importância dessas grafias.

No centro da cidade de Macapá, se concentram as práticas sociais visíveis que vão desde dos aspectos econômicos até os culturais: bancos, lojas e igrejas, e ajudam a fortalecer os elos afetivos de pertença a um lugar. Os ícones desenhados de forma livre nos mapas mentais reforçam a intenção dos moradores em expressar a identidade cultural da cidade: a igreja, a fortaleza, o rio Amazonas, o Mercado Central e etc. Todos os elementos mostram o espaço físico-construído e o espaço e o afetivo que envolve as relações sentimentais, os dois se tornam um só lugar.

Este trabalho se esforçou em buscar um esclarecimento do significado geral da expressão “mapa mental” e sua importância para a Cartografia e para a Cidade. Conhecendo as potencialidades desta Cartografia informal para o processo de comunicação entre as pessoas e o meio ambiente no qual habitam. E desta forma, explorar o mapa mental como recurso importante para a expressão das ideias que envolvem o espaço, em especial como instrumento de empoderamento no auxílio da gestão e planejamento urbano e ambiental da cidade, podendo fornecer conceitos em torno a construção de políticas e modelos que proporcionam uma melhor compreensão do espaço urbano a partir de quem realmente o vivencia.

REFERÊNCIAS

- DE PAULA, L.T. **Cartografia da experiência urbana**: as imagens e formas de Campinas. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011, 14 p.
- KOZEL, T. S. **Das imagens às linguagens do geográfico**: Curitiba, a “capital ecológica”. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, 310 f.

- KOZEL, S. **Mapas mentais – uma forma de linguagem**: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, S. [et al] (orgs.). **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007, p. 133. In: *Geografia*, v. 18, n. 1, jan./jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.
- LIMA, Solange T. Trilhas Interpretativas: a aventura de conhecer a paisagem, **CADERNOS Paisagem.Paisagens 3**, n.3, mai. 1998. UNESP-Rio Claro, 1998, p.39-44.
- LYNCH, Kevin. **Imagem da Cidade**. Lisboa: Edições, 2003.
- SALETE, Kozel. **Comunicando e Representando**: Mapas como construções socioculturais. *Revista Geograficidade*, v.3, Número Especial, Primavera 2013.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983, 250 p.8.
- _____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.
- HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista**: sua trajetória de 1950 a 1990. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado) Departamento de pós-graduação em Geografia da UFRJ.
- FERNANDEZ, P.S.M. **Narrativas Urbanas de um Caminhante**. Dissertação (Mestrado em Educação). FE/UNICAMP: Campinas, SP, 2008, 103 p.
- ROCHA, A. L. C. da e ECKERT, C. **Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana**. *Revista Iluminuras* vol. 4, n. 7, 2003, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS.

UMA ANÁLISE SOBRE A IDENTIDADE DO GRUPO AMAPAGÃO EM MACAPÁ

Anderson Igor Leal Costa¹

Marcos Vinícius de Freitas Reis²

RESUMO: Este trabalho busca analisar a identidade dos membros do grupo AmaPagão em Macapá, capital do Estado do Amapá. Os trabalhos sobre o neopaganismo vêm crescendo nos últimos anos e os estudos realizados concentram-se no espaço urbano. Através de uma sociabilidade que é desenvolvida deste do grupo, como a identidade é construída? A metodologia utilizada consiste no estudo de Caso (YIN, 2001) do Grupo AmaPagão, utilizando a pesquisa qualitativa, verbal e visual (FLICK, 2004). A primeira, verbal é efetuada a entrevista semi-estruturada (MANZINI, 2003) e (TRIVINOS, 1987) e a visual, a observação participante, análise documental e revisão bibliográfica. O estudo deste grupo é de suma relevância para as ciências sociais, visto que existem poucas produções e discussões científicas sobre este assunto, e a elaboração e o desenvolvimento desta, instiga novos debates na comunidade científica sobre o tema, possibilitando novas interpretações e novas abordagens. O trabalho de campo trouxe novos resultados sobre o perfil socioeconômico das pessoas que frequentam as *Religiões da Nova Era* (CORDOVIL E CASTRO, 2014) e como eles se comportam dentro do Trânsito religioso (NEGRÃO, 2013). A maioria é jovem, solteira, classe média e universitária, cor parda, orientação sexual diversa. A identidade desses membros está sendo formada e transformada constantemente a medida que eles realizam atividades específicas do grupo, formando uma “bricolagem de crenças” (HERVIEU-LÉRGER, 2008) e procurar afirmar e reafirmar a sua identidade, a partir da negação de uma cultura cristã.

Palavras-chave: AmaPagão, Identidade, circuito neopagão.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem um papel relevante de tentar desconstruir tanto a ideia este-reotipada que está sobre o termo pagão quanto a concepção estigmatizada das pessoas que praticam rituais e/ou participam de vivências pagãs, através de encontros, rituais, oficinas e outros. A maioria atribui estas ações a práticas demoníacas, pois, para muitos, pagão significa não ser batizado na igreja ou alguém que tem uma relação com práticas demoníacas. Outra problemática consta em procurar saber o que significa o neopaganismo e as suas ramificações, será que isto tem algo de sagrado? Religioso? Místico? Ou é mera invenção da mídia ou de literatura de ficção, do romantismo do século XIX e XX?

¹ Foi participante do Programa de Iniciação Científica Voluntária (PROVIC/UNIFAP), vigência 2015-2016.

² Orientador de iniciação científica. Professor do Curso de Relações Internacionais da UNIFAP.

A proposta inicial deste trabalho é trazer para a academia, um debate sobre *círculo-neosotério*³ (MAGNANI, 2000), ou *Religiões da Nova era*⁴ (CORDOVIL E CASTRO, 2015), ou o *círculo Neopagão*⁵ (CORDOVIL E CASTRO, 2015). Busca-se instigar novas reflexões, interpretações e provocar uma abertura de horizontes intelectuais aos futuros pesquisadores, e também esclarecer estes termos para a sociedade civil. Os participantes do AmaPagão escolheram um caminho espiritual diferente, não aceitaram a “religião tradicional”, “institucionalizada” e vivem no *Trânsito Religioso* (Negrão, 2008).

O que existe atualmente é uma “religião errante”⁶ (AMARAL, 2013, p.295), uma “desmonopolização e a destradicionalização religiosa” (MARIANO, 2013, p.120), consequentemente, uma pluralização religiosa, um aumento da concorrência no mercado religioso e um crescimento significativo da escolha individual de não filiar-se e a atitude de ficar bem distante de qualquer instituição religiosa. Discute-se então uma *privatização das crenças*, Siqueira (2003) e D’Adrea (2000), uma religião mais *individualizada e pessoal*, Amaral (2013) e Negrão (2008).

Este trabalho busca estudar os frequentadores de grupo Neopagão chamado de AmaPagão, localizado em Macapá, Amapá, analisando especificamente a identidade dos participantes que frequentam o grupo. A metodologia utilizada consiste na pes-

³ E se há um domínio onde o sincretismo é a regra incontestada, este é o do neo-esoterismo, temo que designa formas de religiosidade não institucionais denominada ora mística, ora esotérica, ou ainda *New Age* – e que juntam livros de autoajuda, oráculos e sistemas divinatórios com o i-ching ou o tarô, rituais ocultistas, práticas corporais, terapias ditas alternativas, lojas de produtos “naturais”, incensos, imagens de anjo e duendes (...) este fenômeno foi considerado até uma espécie de “religião pós-moderna”, resultado da livre escolha e da junção de elementos tirados das mais diversas linhas e filosofias, desde tradições orientais até o xamanismo indígena e rituais *wicca*, evocando as experiências da contracultura dos anos 1960 (...) Na realidade, as chamadas práticas neo-esotéricas não constituem um movimento homogêneo, mas um circuito por onde se pode circular sem exigência prévia de adesão incondicional ou definitiva. (MAGNANI, 2009, p. 24-25).

⁴ “[...] que podem ser entendidas como um conjunto de práticas que busca resgatar a sabedoria de povos tradicionais, como os orientais, indígenas e os oriundos de civilizações pré-cristãs em contraste e como alternativa ao cristianismo”. (CORDOVIL E CASTRO, 2014, p.117)

⁵ “São compostos predominantemente por jovens, mas não apenas por eles. Os *circuitos neopagãos* são o conjunto de espaços e eventos promovidos por grupos e organizações neopagãs com o objetivo de divulgar a sua prática religiosa e/ou contribuir para debates políticos importantes da sociedade, assim como vivenciar a sociabilidade entre adeptos, isto é, estabelecer e alimentar o vínculo afetivo da comunidade neopagã. Esses *circuitos neopagãos* são os grandes responsáveis pelo recrutamento de novos adeptos para as religiões.” (CORDOVIL E CASTRO, 2014).

⁶ “cultura religiosa que não se encontra em um único lugar institucional ou territorial, nem se apresenta em um único templo ou ambiente cultural. Uma cultura religiosa que se constrói constantemente por meio da ação de indivíduos autônomos, às voltas com suas escolhas e combinações, por entre os diversos campos religiosos e não religiosos, como os do entretenimento e do consumo”

quisa qualitativa, RICHARDSON (1999), FLICK (2004) e MINAYO (1996). Utilizou-se um estudo de caso do grupo AmaPagão. Este método foi escolhido para ampliar a compreensão do fenômeno estudado, YIN (2001) afirma que este método é adequado quando são propostas questões de pesquisa do tipo “como” e “porque”. Foi utilizado também a pesquisa bibliográfica (CERVO E BERVIAN, pg.55, 1983), a análise documental (SILVA E GRIGOLO, 2002)⁷ em sites, blogs, fóruns, livros não científicos que falam sobre o paganismo e diálogos com pessoas (sacerdotes, membros de convéns, tradições, grupos pagãos e simpatizantes) nas redes sociais (principalmente o facebook e grupos no whats app). É importante frisar que foram encontrados vários sites que falam sobre o paganismo no Brasil e bastante fan pages no facebook. Estes foram fontes fundamentais para ao estabelecimento de contato e uma compreensão mais ampla do movimento pagão no Brasil. Alguns folhetos informativos, banner de divulgação de algum evento do AmaPagão, colocados na página eletrônica do grupo, foram analisados minuciosamente para interpretar como eles se organizam e estruturaram-se. Foi analisado também, as fotos dos primeiros encontros do grupo, a roupa, o lugar e as suas atividades.

A observação participante foi utilizada para fazer conexões entre a teoria e a prática, constatar ou não algumas ações e interpretações que foram mencionados pelos autores, entender a sociologia do grupo, se existe ou não hierarquia, a questão do gênero, da representação do sagrado. A entrevista escolhida para compreensão do objeto foi a semi-estruturada (MANZINI, 2003) e (TRIVINOS, 1987) . Em todas as entrevistas foi utilizado um gravador de voz, seguindo um roteiro com perguntas pré-elaboradas. Em todas as abordagens, o entrevistado ficou à vontade para ir além do

⁷ Segundo Silva e Grigolo (2002), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel. Nessa tipologia de pesquisa, os documentos são classificados em dois tipos principais: fontes de primeira mão e fontes de segunda mão. Aquela são os que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, vídeos, gravações, as de segunda mão são aquelas que de alguma forma foram analisadas, tais como: relatórios de pesquisa, relatório de empresas, tabelas estatísticas, entre outros.

roteiro e poder falar de suas experiências pessoais e pontos de vista sobre qualquer assunto vinculado as perguntas elaboradas pelo entrevistador. Foi entrevistado quase todos os membros que estão participando ativamente das atividades do AmaPagão, além de pessoas que não fazem parte mais do grupo. Foi entrevistado sete pessoas, sendo que apenas duas, atualmente, não frequentam mais o AmaPagão.

Este trabalho organiza-se: primeiro busca-se compreender o campo religioso brasileiro a fim de que o AmaPagão possa ser explicado contextualmente com parte do neopaganismo ou Paganismo Contemporâneo. Segundo, discutir o AmaPagão como um fenômeno urbano e contemporâneo e parte de uma nova religiosidade ou espiritualidade. Terceiro, discutir brevemente sobre o Identidade (BAUMAN, 2001), (HALL, 2005), (CASTELLS, 1999), (GIDDENS, 1999). Por fim, mostrar os resultados da pesquisa de Iniciação Científica.

2 CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO E O AMAPAGÃO

Segundo Ricardo Mariano, retirando das estatísticas, os católicos, evangélicos e sem religião, todas as outras religiões constituem somente 5% dos brasileiros. Elas cresceram 1,8 ponto percentual entre 2000 e 2010, expansão bem superior às obtidas nos dois decênios anteriores, de 0,4 e 0,3, respectivamente.⁸ É um quantitativo pouco expressivo diante do universo das religiões cristãs, inclusive do crescimento dos “sem religião”. Teixeira (2009), chama este novo campo religioso mostrado pelo censo 2010 de “diversidade acanhada”⁹. Corroborando com as ideias dos autores anteriores, Ricardo Mariano afirma que “essa rápida redução do peso da hegemonia católica” no Brasil “decorreu diretamente, mas não exclusivamente, do crescimento acelerado de seus concorrentes religiosos, sobretudo das igrejas pentecostais, e do avanço dos *sem religião*¹⁰”.

⁸ (MARIANO, RICARDO, p.121).

⁹ Pois em comparação a ideia do percentual cristão (86,8%), restam apenas 4,7% para outras religiões e quase 8% para os “sem religião”.

¹⁰ Ricardo Mariano fez que este grupo é heterogêneo composto por: “agnósticos, ateus e, sobretudo, por indivíduos que passaram a declarar não dispor de filiação religiosa, autoidentificação que, em sua maioria, não sig-

O autor chama de a desmonopolização e a destradicionalização religiosa. Conforme o autor,

“[...] a expansão dos demais grupos religiosos minoritários pesou muito pouco para o declínio do catolicismo. De modo que a desmonopolização e a destradicionalização religiosas estão associadas à pluralização religiosa e à intensificação da concorrência no e por mercado religioso, mas também à crescente opção individual de não filiar-se ou de se afastar de instituições religiosas. (MARIANO, 2013, p. 120)

Esta característica é muito presente não só no Brasil, mas nos países ocidentais, Troeltsch, analisou a sociedade do século XIX e XX e criou o termo “religião mística”, isto é, uma *religiosidade anti-institucional que extravasa as fronteiras das igrejas*, na visão do autor, ela é *individualizada, e com fortes tendências sincréticas e pluralistas*. É uma religião típica da modernidade, porque ela é *compatibilizável*. Outro autor chamado Colin Campbel (1997), afirma que há “o deslocamento da teodicéia tradicional por outra que é essencialmente oriental em sua natureza”¹¹. É o que ele chama de *orientalização do Ocidente*.¹² O autor defende um amadurecimento da sociedade em relação ao sagrado, ele chama de “consciência religiosa universal”, isto é, existe uma melhor aceitação sobre as demais instituições que interpretam Deus e a “verdade de todas as religiões são reconhecidas” e “todas as formas de religiões são vistas como idênticas. Então, há uma recepção, hospitalidade para religiões Orientais, os Movimentos Nova Era, o Neopaganismo, num diálogo cultural, filosófico e religioso (MACEDO APUD, CAMPBELL, 1997, p).

Vários autores procuram analisar o campo religioso brasileiro somente a partir dos dados do IBGE, porém, existem outros pesquisadores que procuram ir além do aspecto quantitativo. Intelectuais como Negrão (2008), Mafra (2013), Novaes (2013), Amaral (2013) e (Almeida e Monteiro, 2013) adotam o aspecto qualitativo. E todos eles

nifica necessariamente descrença ou indiferentismo religioso”. (MARIANO, 2013, p.120).

¹¹ (CAMPBELL, 1997, p.5)

¹² Negrão(2008) afirma que esta “tradicional teodicéia ocidental” a qual tem como base a crença em um “Deus transcendente e pessoal, na atitude religiosa ascética e salvacionista”, vai perdendo seu lugar, isto é, trocada pelo que ele chama de “paradigma oriental” a qual possui uma outra ideia de divindade, “um Deus imanente e impessoal, e em atitudes religiosas místicas não salvacionistas, de autoaperfeiçoamento ou de autodeificação

enxergam uma diversidade religiosa no campo religioso brasileiro, reconhecem a quebra do monopólio da Igreja Católica e alguns como Amaral (2013) e (NEGRÃO, 2008) concluem que existe uma religião mais *individualizada e pessoal*.

Almeida e Monteiro (2013) apontam para uma nova leitura do campo religioso brasileiro, chama-se *Trânsito religioso*¹³. Existe de um lado, um problema institucional que trata da mudança das filiações, e do outro lado tem-se um mais cognitivo, “que mostra as semelhanças e as diferenças entre as representações dos universos religiosos.” (Almeida e Monteiro, 2011). Lísias Negrão (2008) leva em conta a “multiplicidade de crenças e participações, além da dinâmica dos percursos e trajetórias religiosas”. Negrão (2008) propõe-se em pesquisar no que ele chama de “trajetórias religiosas individuais, duplicidades e multiplicidades religiosas, isto é, entender os percursos cobertos por agentes religiosamente mutantes, entre pertencimentos e simbólicos diversos”. Segundo o autor, “Os mutantes tendem a recusar uma membresia definida e se apegam a certas crenças e práticas que lhes pareçam adequadas a si e ao seu estilo de vida.” Eles estabelecem critérios pessoais, selecionam suas religiões de acordo com seu senso de conveniência, “aquilo que lhes convém”, “o que tocar no coração”, “o que faz o indivíduo se sentir bem”, e além disso, se possível, compatível com a sua condição social e econômica e seu nível de escolaridade (instrução).

Estas características pode-se fazer presente nas pessoas que declaram “sem religião”. Almeida e Monteiro (2013), chamam eles de “receptor universal” e Novaes (2013) e Mariano (2013) entendem esta categoria antropológica como um aglutinador de pessoas que não se identificam com uma única religião, porém, possuem diversas práticas e crenças variadas. “A não filiação não significa necessariamente ausência de religiosidade”. (Almeida e Monteiro, 2011). Por que é necessário falar dos “sem religião” nesta pesquisa? Porque, Cordovil e Castro (2015) afirma que não se pode obter dados estatísticos censitários sobre o número de adeptos do Neopaganismo. E uma

¹³ “em primeiro lugar, para a circulação de pessoas pelas diversas instituições religiosas, descrita pelas análises sociológicas e demográficas; e, em segundo, para a metamorfose das práticas e crenças reelaboradas nesse processo de justaposições, no tempo e no espaço, de diversas pertencimentos religiosos, objeto preferencial dos estudos antropológicos”. (ALMEIDA E MONTEIRO, 2013, p.93).

das possibilidades de encontrá-los seria nos “sem religião”. Segundo eles, nenhum dos quesitos do censo se adéqua ao que é paganismo e o pagão poderia se enquadrar em múltiplas respostas.

3 PAISAGEM RELIGIOSA E O AMAPAGÃO

A *paisagem religiosa* em Macapá se configura como algo diverso, plural e heterogêneo. Há muitos lugares para todos os credos, e há possibilidade de circulação por este campo religioso local, sem a obrigatoriedade de ser adepto a alguma instituição. Conforme Magnani (2009,2009,p.20)

“A cidade, por sua vez, apresenta um ambiente onde as práticas religiosas encontram condições especiais de desenvolvimento e manifestação (...) A cidade constitui um caso especial. Diferentemente das demais modalidades de assentamento humano – o acampamento e aldeia (...) o núcleo urbano, desde as mais remotas realizações propicia padrões de relacionamento e sociabilidades entre seus moradores que diferem daqueles encontrados nas primeiras aldeias de agricultores[...]”.

O autor Ronaldo de Almeida, afirma que:

“ A cidade não deve ser tratado apenas como pano de fundo, uma paisagem, mas como uma variável independente que inflecte sobre as próprias religiões, mais especificamente suas práticas e rotinas. Isso implica trata religião e cidade como variáveis interdependentes, mais do que uma subordinada analiticamente à outra.” (ALMEIDA, 2009, p. 30-31).

Na cidade, surge um elemento diferenciador que rompe com a lógica que havia nas aldeias ou no tempo do Neolítico, foi o rompimento da relação que havia entre religião e parentesco. Aparece o *estranho*, o *estrangeiro* que possui hábitos diferentes e tem *deuses, altares e ritos, com uma forma peculiar de venerá-los*. Além disso, o caráter cosmopolita¹⁴ da cidade e sua capacidade de *aceitar e conviver com o diferente* são dois elementos importantes para a caracterização do campo religioso no espaço urbano. (MAGNANI, 2009).

¹⁴ Segundo Magnani (2009), ocorre em alguns núcleos urbanos que, para além das fronteiras domésticas, constituem entroncamentos de rotas por onde circulam pessoas, ideias, inovações e artefatos das mais variadas e longínquas procedências, é uma espécie de *ethos* particular, outro termo utilizado pra isso é globalização.

Por existir estas características, configura-se uma disposição para a coexistência do pluralismo religioso na cidade. “É crescente a diversificação das práticas religiosas – a multiplicação das instituições – ao mesmo tempo em que há menor fidelidade a elas” (ALMEIDA, 2009). Ocorreram dois fenômenos: a diversificação do número de possibilidades, escolhas, opções e o trânsito de pessoas entre diferentes religiões, ou seja, a falta de fidelidade institucional. Segundo Ronaldo de Almeida, estes “dois fenômenos estão articulados entre em um mesmo macroprocesso de transformação da religião no Brasil Contemporâneo. Conforme o autor, isto acontece de forma mais acentuada nos grandes centros, onde “a quantidade de pessoas associada a um alto grau de diferenciação interna forma o espaço social no qual a proliferação das religiões é um dos aspectos do dinamismo urbano”. A migração é um ponto importante como destaque, pois as pessoas traz consigo sua cultura, religiosidades.

Os novos movimentos religiosos NMR estão presente no Brasil e em Macapá, não é diferente, formam um *pequeno oásis espalhados no tecido urbano* (Magnani, 2009) e “mesmo que demograficamente inferiores, elas, em boa medida, coexistem graças à dinâmica do meio urbano” (ALMEIDA, 2009). Em Macapá, Seicho-no-ei, Soka Gakai, Igreja Messiânica Mundial, Ascensão & Luz: Terapia REIKI Amapá, Monismo, Rosa Cruz, AmaPagão e outros, estão competindo com os outros símbolos, templos, igrejas, capelas, oratórios, terreiros e outros, com suas crenças, rituais, encontros, devoções, cultos, sacrifícios, festividades, tudo dentro da cidade, certificando que há *pluralidade das origens religiosas de seus moradores*. Logo, existe uma pluralidade religiosa institucional e de prática social decorrentes do contexto contemporâneo. A relação entre “religiões e cidades, ou mais especificamente pluralismo e territorialidade, são universos analiticamente correlatos”. (ALMEIDA, 2009).

“Uma outra característica das religiões na metrópole é as passagens, as trocas (...) em vez da conversão definitiva, o trânsito; em vez da filiação exclusivista, duplos ou mais pertencimentos, simultâneos e sucessivos” (MAGNANI, 2009, p.25)

Não há uma obrigação de “fidelidade”, uma vinculação permanente ao grupo

AmaPagão, não exige uma carteirinha de membro ou um ritual de *conversão permanente*. Há uma liberdade de locomoção, circulação dentro e fora do grupo.

4 IDENTIDADE E O AMAPAGÃO

As identidades no período *sólido* (BAUMAN, 2002), na *primeira modernidade* (Beck, 2003) sofrem um processo de mudança e tomam outra configuração no período *líquido* (Bauman, 2002), na *segunda modernidade* (Beck, 2003), isto é, tornam-se instáveis.

Para Giddens (1991), a identidade é definida como uma “narrativa reflexiva do eu” e aparece no contexto de uma leitura do impacto causado pelas transformações da modernidade na experiência individual, como uma articulação, portanto, entre a experiência subjetiva e os modos de organização social.

Bauman (2002) acredita que identidade é auto-afirmação, autodefinição, porém estas fronteiras ainda estão em processo de construções, devido o contexto ser líquido e instável. Conforme ele, a liberdade de alterar qualquer aspecto e aparência da identidade individual é algo que a maioria das pessoas hoje considera prontamente acessível, ou pelo menos vê como uma perspectiva realista para o futuro próximo. (BAUMAN, 2002, p. 91). Selecionar os meios necessários para conseguir uma identidade alternativa de sua escolha não é mais um problema (isto é, se você tem dinheiro suficiente para adquirir a parafenália obrigatória. Está à sua espera nas lojas um traje que vai transformá-lo imediatamente no personagem que você quer ser, quer ser visto sendo e quer ser reconhecido como tal. (BAUMAN, 2002, p. 91)

Castells (2004) procura diferenciar identidade e papel (s) social (is) ou conjunto de papéis. Ele entende que é necessário fazer esta distinção. Papéis sociais são: ser mãe, trabalhador, vizinho, sindicalista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja, por exemplo. Segundo Castells (2004, p.23): “São definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações”. Na visão

de Castells, identidade tem outro significado: “Constituem fontes de significados para os próprios autores, por eles originados, e construídos por meio de um processo de individualização”. (CASTELLS, 1999, p.23). O autor ainda reitera que, “as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização”. (CASTELLS, 1999, p.23)

O autor alerta que “identidade são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem.” (CASTELLS, 1999). Então se pode afirmar que ser pagão ou neopagão não é possuir um papel social dentro do AmaPagão, mas é uma identidade. Existe um processo *de autoconstrução e individuação* que está sendo desenvolvida a medida que este indivíduo ler livros, assisti documentários, filmes e participa de reuniões, rituais e encontros dentro do AmaPagão.

Existem três tipos de identidade para Castells (2004): *Identidade Legitimadora*, *Resistência* e de Projeto. O AmaPagão se encaixa como uma *identidade de Resistência*, pois encontram-se em condições desvalorizadas e estigmatizadas por uma lógica de dominação, criando formas de resistência e sobrevivência tem como referência princípios que se distanciam das instituições dominantes e fazem oposição a elas. O pagão tem seus princípios pagãos e procura não se encaixar nos padrões morais e éticos propagadas pelas religiões hegemônicas, principalmente o cristianismo, fazendo resistência a eles.

Stuart Hall afirma que um tipo de diferente (e ele procura saber qual) de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Antes, havia uma “paisagem cultural de classe, gênero, sexualidade, etnia...”, sólida, depois de acontecimentos do final do século XX, estas paisagens passam por um processo de transformação. Ocorre também uma mudança nas identidades pessoais, isto é, uma perda de um “sentido de si”, também chamada de “deslocamento” ou descentração do sujeito. Este processo ocorre tanto “de seu lugar no mundo social e cultural

quanto de si mesmo”, para o autor, constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo. Então a “crise de identidade”, segundo Stuar Hall, constitui um processo de duplo deslocamento: “A descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos”.

O sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos” (Hall, 2001, p.13). Ele não acredita em um “eu” coerente, o que existe são identidades contraditórias, movimento para direções diversas, sendo que esta identificação está sendo continuamente descolada. Para o autor, não existe uma “identidade plenamente unifica, completa, segura e coerente”, tudo isso é mera fantasia. Segundo ele:

“[...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidade possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente”. (HALL, 2001, p.13)

Hall (2001), afirma que ocorreu não foi simplesmente uma desagregação, mas um deslocamento do sujeito¹⁵. autor defende novamente um sujeito com identidades “abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas”. (Hall, 2001, p. 46). O sociólogo atribui a responsabilidade da “globalização” em deslocar as identidades culturais nacionais no fim do século XX. Na visão do autor, o impacto da globalização sobre a identidade é que o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação. (HALL, 2001, p.70).

5 O PAGANISMO CONTEMPORÂNEO EM TERRAS TUCUJUS

Para iniciar o debate sobre o neopaganismo, é necessário retomar as discussões feitas por Magnani (2009) sobre o *Neoesoterismo*. Segundo o autor é um termo que designa *formas de religiosidade não institucionais* também chamadas de Mística, Esotérica

¹⁵ E O autor elenca 5 fatores que levaram a isso: a) a descentração referente às tradições do pensamento marxista; b) a descoberta do inconsciente por Freud; c) trabalho do linguista estrutural Ferdinand de Saussure e Derrida; d) Outro descentramento da identidade está no Michel Foucault; e por fim tem-se a afirmação do feminismo, tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social.

ou New Age que reúnem livros *de autoajuda, oráculos, tarô, rituais ocultistas, terapias ditas alternativas, imagem de anjos e duendes... dentre outros* (MAGNANI, 2009). Para este autor, as religiões na Metrópole, constituem-se de *passagens e trocas*, em vez de uma *conversão definitiva* ou *filiação exclusiva*, fala-se em *trânsito e duplos ou mais pertencimento, simultâneos e sucessivos*. Cordovil e Castro (2014), tenta entender o *circuito neoesotérico* (MAGNANI, 2009) a partir de um outro termo, as *Religiões da Nova Era*¹⁶ e cria outro termo para estudar o paganismo no espaço urbano, o *circuito neopagão*¹⁷

O debate da Nova Era, ou *New Age*, autores como Magnani (2000), Cordovil e Castro (2015), D'Andrea (2000), Guerreiro e Lopes (2000), Amurabi Pereira de Oliveira (2009), estes caracterizam o sujeito religioso como um indivíduo que tem uma religião privada, busca uma espiritualidade voltada para o autoconhecimento, dentro de uma visão holística. Uma dessas religiosidades se chamada: Neopaganismo. Conforme Guerreiro e Lopes (2000), afirmam que o Neopaganismo surge dentro dos ares da Nova Era e Oliveira (2010), afirma que o Neopaganismo tem que situá-lo dentro de um conjunto bem mais amplo chamado de “Novos Movimento Religiosos”.

A cada ano, novos estudos estão sendo produzidos e publicados sobre esta temática, mas ainda não há um consenso sobre o conceito, características e organização. Rosalira Oliveira fala de “Paganismo Contemporâneo” (2004) ou “Religiões da Terra” (2010); Guerreiro e Lopes (2000), Bezerra (2012), Duarte (2008), Soares (2007), falam de Neopaganismo. São fronteiras muito tênues e que estão sendo delimitada a medida que novos debates acadêmicos com novas pesquisas vão surgindo.

Conforme Guerreiro e Almeida (2010) e Cordovil e Castro (2014) entendem que o Neopaganismo iniciou no contexto de contracultura das décadas de 1960 e 1970. Se-

¹⁶ “[...]que podem ser entendidas como um conjunto de praticas que busca resgatar a sabedoria de povos tradicionais, como os orientais, indígenas e os oriundos de civilizações pré-cristãs em contraste e como alternativa ao cristianismo”. (CORDOVIL E CASTRO, 2014, p.117)

¹⁷ São compostos predominantemente por jovens, mas não apenas por eles. Os *circuitos neopagãos* são o conjunto de espaços e eventos promovidos por grupos e organizações neopagãs com o objetivo de divulgar a sua prática religiosa e/ou contribuir para debates políticos importantes da sociedade, assim como vivenciar a socialidade entre adeptos, isto é, estabelecer e alimentar o vínculo afetivo da comunidade neopagã. Esses *circuitos neopagãos* são os grandes responsáveis pelo recrutamento de novos adeptos para as religiões. (CORDOVIL E CASTRO, 2014).

gundo os dois últimos autores, através de livros, feiras místicas e encontros neopagãos, e posteriormente com a internet, a partir da década de 1990. No Brasil, há registro de vários eventos neopagãos que a cada ano possuem um fluxo maior de participantes. Conforme (Clodovil e Castro, 2015) o paganismo na contemporaneidade se diferencia do tempo pré-cristão, pois agora, o culto não é feito no campo, mas nas cidades, e não há templos propriamente ditos, mas seus rituais, encontros e celebrações são realizados em “espaços verdes que se localizam nas cidades e nas residências dos líderes”.

Cordovil e Castro (2014), entendem que há dois tipos de adeptos de religiões neopagãs quer no Brasil quer em outras parte do mundo: “os que praticam a religião dentro de covens, grupos e tradições e os praticantes solitários”. O primeiro tipo pratica e vivencia sua religião pagã dentro de uma *estrutura ritualística e iniciática, promovem rituais e encontros com forte contato presencial entre seus membros* (Cordovil e Castro, 2014). O segundo tipo, não exige um contato direto com outros praticantes, as pessoas estabelecem um *culto privado baseado* em informações encontradas em livros e na internet. Pelas entrevistas e observações realizadas no AmaPagão, a maioria teve o seu primeiro contato no mudo pagão de forma particular e pessoal. Um disse que conheceu o paganismo por meio de amigos; outro conheceu por escutar bandas nórdicas; por meio de jogos RPG e a literatura Harry potter, revistas da wicca que existia nas bancas de jornais.

6 RESULTADOS DA PESQUISA

O primeiro resultado foi criar uma tabela sobre o histórico do AmaPagão em Macapá e quais entidades que o apoiam na organização e realização das atividades:

Tabela 1: Histórico do Grupo AmaPagão

	Data/hora/Local	Atividade
Samara de Oliveira	Em abril de 2013	Página do AmaPagão
Samara de Oliveira convida Gulval e com o apoio da Vila Pagã	07 de abril de 2013 Às 16:00, Trapiche Eliezer Levi	Primeiro encontro do AmaPagão
Samara de Oliveira	09 de Julho de 2013	Início do Projeto Corrente do Bem
Samara de Oliveira	em meados de dezembro de 2013	Corrente do bem
AmaPagão	18 de janeiro de 2014	Primeira corrente do Bem
Aislin, juntamente com Gúlval e Galdax	Em Dezembro de 2014	Mandala do Ano
AmaPagão	Janeiro de 2015	Mandala do Ano
AmaPagão	Janeiro de 2015	Organizador Oficial do Projeto Gaia Paganus - Encontro Social Pagão - ESP no estado do Amapá.
AmaPagão	Em março de 2015	Organizador Oficial da AbraWicca no estado do Amapá
AmaPagão	em abril de 2015	Parceria da Teia de Theia para ajudar com materiais e informações que irá auxiliar nos encontros com os grupos de estudos sobre o Sagrado Feminino
AmaPagão	Em maio de 2015, local foi uma chácara onde juntamente com os participantes passam 2 dias de muita magia, danças e alegria.	Celebração de Beltane

Existem outras entidades que apoiam e são parceiras do AmaPagão: O site *querida magia*¹⁸, a *religião da grande mãe*¹⁹, recebe também apoio da religião afro, *Cabana das 7 montanhas*²⁰, e um site chamado oráculos on line²¹, e por fim, houve uma conquista internacional, AmaPagão na pessoa da Aislin Luna receberá e será responsável e representante da guarda Brigidiana. E ainda este ano existe a proposta de implementação do sagrado masculino e feminino.

¹⁸ <http://queridamagia.blogspot.com.br/> acesso em 14 de outubro de 2016.

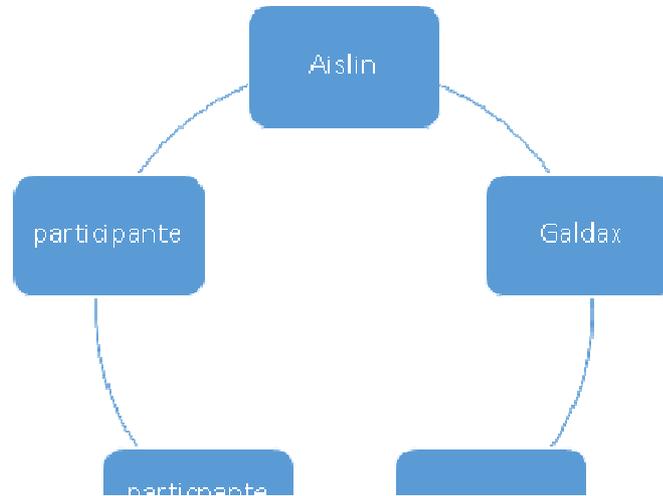
¹⁹ <https://www.facebook.com/A-Religi%C3%A3o-da-Grande-M%C3%A3e-363142820448105/> acesso em 14 de outubro de 2016

²⁰ Grupo de religião Afro em Macapá

²¹ <http://www.tarotdemarselha.com.br> acesso em 14 de outubro de 2016.

6.1 ORGANIZAÇÃO SOCIOLÓGICA DO GRUPO

Gráfico 2: Representação da organização do grupo



O grupo AmaPagão não tem uma estrutura hierárquica, composta por cargos específicos. O que existe é o que eu chamo de: os coordenadores do grupo, Aislin, Galdax e Auridan que foram os responsáveis pela criação do mesmo, exceto Galdax. Eles tem a função de gerenciar o site, elaborar um calendário de atividades que ocorrerá no decorrer do ano, promover e organizar algum ritual, encontro ou oficina, representar o grupo perante outros grupos pagãos a nível nacional e até internacional e iniciar e coordenar alguma atividade do grupo.

Os coordenadores, ao serem entrevistados, não se consideram líderes do grupo, ou pertencente a uma cargo superior, como se estivessem no topo de uma estrutura organizacional, pois, segundo eles, a proposta é tentar fugir de qualquer forma institucionalizada de organização, com burocracia e hierarquia, poder de comando, poder de decisão unilateral e vertical. Eles consideram-se meros gestores do grupo a fim de que haja uma organização em qualquer atividade realizada em um determinado local e data.

Os demais são considerados participantes (eu não utilizo o termo membro ou adepto, pois traria uma ideia de pertencimento exclusivo, como se tivesse que receber uma carteirinha de membro, e cumprir obrigações litúrgicas e administrativas e reali-

zar tarefas e ações determinadas por possíveis líderes em uma possível cadeia de comando). Ficou bem claro, nos panfletos de divulgação do AmaPagão com apoio do ESP, ABRAWICCA, VILA PAGÃ e outros que nos dias dos encontros em locais públicos, era aberto a todos, tanto pagãos quanto não-pagãos, quer curiosos, simpatizantes quer adeptos de outras religiões. Nas observações feitas do grupo, presenciou pessoas espíritas, budistas, igreja messiânica e até evangélicos.

Magnani (2000) traçou um perfil de frequentadores das *Religiões da Nova Era* (Cordovil e Castro, 2015). Quem seria esta pessoa? O antropólogo diz que são três: *Erudito*, “*ocasional*”²² e o *participativo*²³. O primeiro, segundo ele, procura ressaltar uma maneira mais consistente de se relacionar com o universo da Nova Era. É uma forma mais articulada e obedece a princípios que são compatíveis com tudo àquilo que envolve a Nova Era. Conforme Magnani, “há lugares para soluções e experimentos sofisticados por parte de pessoas que buscam saídas não convencionais sem, contudo, cair na banalização” (MAGNANI, 2000, p. 48).

Os tipos ideais que serão demonstrados tem como base a leituras destas análises dos perfis dos frequentadores feito por Magnani (2000) e as observações que fiz durante o trabalho de campo.

Existem três tipos de frequentadores: a) Coordenadores/Erudito: Foram os criadores do grupo em Macapá e tem a responsabilidade de mediar as atividades que serão feitas: divulgação encontro, articular a vinda de um *Erudito* de fora do estado para vir realizar uma oficina, workshop; propor o assunto a ser discutido no próximo

²² “cujas escolhas, aleatórias, não se pautam por alguma lógica interna, respondendo tão somente aos ditames de modismos passageiros, bastante divulgados por revistas de variedades e personagens do *show-business*, sempre prontos a proclamar as virtudes terapêuticas, relaxantes ou miraculosas de tal ou qual produto “natural”, massagem de exótica procedência ou gesto ritual descoberto em alguma sociedade dita secreta ou primitiva.” (MAGNANI, 2000, p.49)

²³ “possui conhecimentos e informações que lhes permitem estabelecer relações entre os elementos escolhidos (por exemplo, as ideias de carma, aura, circulação do ch’i, meridianos, chakras, entre outros) e as fontes correspondentes, ou ao menos reconhecer as diferenças entre eles. Mas, ao contrário do erudito, tipo participativo não necessariamente organiza sua visão de mundo e comportamento por algum sistema em especial; transita mais livremente entre eles – ainda que respeitando algum nível de coerência. São sua familiaridade com os temas correntes do universo neo-esotérico e a receptividade a eles – mas não a lealdade exclusiva a algum em particular, pois pode sem maiores traumas passar de um a outro – que fazem do tipo participativo o alvo privilegiado das palestras, cursos e vivências oferecidas pelos espaços, principalmente os centros integrados e os centros especializados (MAGNANI, 2000, p.49).

encontro, postar notícias e curiosidades na página eletrônica. Existe um auxílio de outras pessoas, as atividades dispostas não são monopolizados pelos coordenadores; participante ativo: aquele indivíduo que se considera pagão, comparece e participa de todas as atividades, ou a maioria delas, programadas pelos coordenadores, mas que também tem a liberdade de transitar por todo o *circuito-neoesotérico* em Macapá; participante passivo/ “ocasional” : aquele indivíduo que vai por curiosidade, o famoso simpatizante, não importa qual seja a sua crença ou convicção filosófico-política, não se considera pagão, mas vai em respeito a diferença, quer descontruir algum tabu ou criar possíveis contatos iniciais para uma futura imersão no universo pagão; participante iniciado: aquele indivíduo que ao assumir a sua identidade pagã, não escolhe o caminho da auto-iniciação, e diminui ou até cessa o seu trânsito pelo circuito neoesotérico, porém, procura uma tradição, coven, e tem inclusive no AmaPaagão, os coordenadores fazem esta iniciação, e tornam-se além de participantes ativos, iniciados em alguma tradição.

Não existe nenhum regimento interno escrito que procure regular as ações internas dos indivíduos, mas há uma norma verbal de respeito a diversidade e a tolerância religiosa. Qualquer pessoa pode participar do grupo, esteve presente, evangélicos, espíritas, budistas, umbandistas, candomblecistas, espiritualistas. Qualquer pessoa, de qualquer crédulo pode participar das reuniões públicas, desde que haja respeito a prática e ao discurso pagão feito na reunião programada.

Conforme Magnani (2000, p.54)), o circuito neo-esotérico permite:

“aos usuários e frequentadores a possibilidade de realizar trajetos específicos, ditados por suas próprias escolhas e que terminam cruzando-se com os de outros, levados por motivações idênticas ou semelhantes [...] a frequência aos mesmos espaços – e principalmente a assiduidade e maior lealdade a esse ou àquele em particular – cria laços e estreita os vínculos de sociabilidade; é nesses espaços (pode-se pensar no AmaPagão) que se fica sabendo de novos cursos, programam excursões para “lugares sagrados”, realizam-se vivências, entra-se em contato com os últimos lançamentos de livros de auto-ajuda, de vídeos com técnicas de otimização dos poderes da mente, de cds da linha *New Age* ou *word music*, etc.”.

O que já foi discutido, os “pontos convergentes”, permitem uma aproximação e

união entre as pessoas que possuem gostos similares, neste caso, tudo que envolve, produtos, serviços e a cultura neoesotérica.

Nenhum frequentador que se encaixa nessas tipologias colocadas aqui são considerados pertencentes, no sentido de estar “preso”, totalmente vinculado, mas sim, ele é um frequentador. Um mero indivíduo que transita por esta “comunidade emocional”. Ninguém contribui financeiramente para estar no AmaPagão, e não tem uma obrigação de conduzir, ou coordenar algum ritual ou encontro. Até existe um cronograma anual de atividades, mas, isto está disposto a todos por questão de informação, ninguém é obrigado a ir, não existe um caráter proselitista. Cada um traz uma comida ou algo no dia e a programação é coordenada a princípio pelos coordenadores. A Samara que coordena as atividades, mas ambos os sexos podem guiar as atividades, não há um ativismo político por parte dos coordenadores e nem por parte dos participantes.

6.2 ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Conforme Magnani (2000), esse novo contexto da Nova Era é marcado:

“[...] sem a presença de uma autoridade central, a maior parte dos sistemas e integrantes com ela identificados define-se pelo caráter autônomo, aberto e não-dogmático [...] Este é um apelo de especial significado para os insatisfeitos com o caráter burocratizado e hierárquico de muitas religiões institucionalizadas. Não há um clero especializado e, apesar da presença de mestres ou gurus em alguns sistemas ou associações de caráter mais religioso ou iniciático, na maioria das propostas é mais comum o uso dos termos “facilitador”, “focalizador”, “canalizador”, “orientador”, pois se considera que a autoridade, o verdadeiro mestre, reside mesmo no interior de cada um.” (MAGNANI, 2000, p. 39-40).

O AmaPagão não tem hierarquia, pois não há um líder que manda alguém a fazer algo; o que existe é coordenador e participante; e, não existe um conjunto de tarefas e obrigações que exigem do indivíduo que vai no grupo. Ele vai quando quiser, e até os participantes ativos não recebem ordem dos coordenadores para fazer algo, tudo é feito livremente, gratuitamente, espontaneamente, com exceção de algumas ofi-

cinas que exigem uma quantia, mas somente para pegar custos pessoas de algum palestrante que irá ensinar em oficina ou workshop.

Esse descrédito por todo e qualquer processo institucional religioso por meio de “congregações estruturadas” ou “igrejas permanentes” e até “vivência multitudinárias” (MAGNANI, 2000) é decorrente de um contexto moderno que impera o individualismo, o “retraimento da esfera pública em favor do âmbito privado”, consoante Magnani (2000), depois da década de 70, decorrente da difusão da psicanálise, houve um processo mais para dentro do homem, uma trilha do autoconhecimento, assumindo a “sacralização de seu mundo interior” e promovendo um aprimoramento das potencialidades pessoais. Este antropólogo acredita mais na experiência individual, seja de “pequenos grupos autônomos”, no caso desta pesquisa, seria um exemplo, o ESP e AmaPagão cujo objetivo é realizar o processo de encontro com aquele princípio divino, o “eu interior”. Uma das conclusões do antropólogo, “os princípios de imanência e participação que lhe são subjacentes, não há separação entre o plano do sagrado e do profano, pois tudo está envolvido num mesmo movimento de dimensões cósmicas” (Magnani, 2000, p.53).

Portanto, entende que o AmaPagão, constitui-se um *Centro Integrado*²⁴. O grupo utiliza seus serviços que já foram mencionados e por meio de seus encontros e rituais públicos, cria um ambiente de diálogo e trânsito de pessoas independentemente de religião ou crença filosófica e política. As pessoas frequentam pois o grupo supre as suas necessidades interiores, ou despertam novos interesses, vontades, prazeres, visões de mundo. Na verdade, a estrutura organizacional do grupo é aberta e não-dogmática e não proselista, com um caráter autônomo, holístico, não há um discurso

²⁴ “São aqueles que reúnem e organizam, num mesmo espaço, vários serviços e atividades como consultas através de algum dos diferentes sistemas oraculares, terapias e técnicas corporais alternativas, palestras e cursos de formação, venda de produtos, vivências coletivas. Não apresentam um corpo doutrinário fechado, mas fundamentalmente suas escolhas (no campo editorial, no leque de serviços que oferecem, na linha de produtos que vendem) com base em uma corrente em particular ou em um conjunto de discursos mais ou menos sistematizado, podendo, contudo, combinar elementos de várias tendências filosóficas, religiosas e esotéricas clássicas. Gerenciados em moldes empresariais – muitos deles são microempresas –, têm como base o trabalho de profissionais da casa, que geralmente são os proprietários, mas abrem espaço para atuação permanente ou esporádica de pessoal de fora. (MAGNANI, 2010, p.30-31).

voltado para a formação de membros efetivos, não há uma linha, como existe nas escolas iniciática, hierárquica de cargos cuja a evolução dos mesmos ocorre por meio do mérito. O grupo existe para a socialização, e os organizadores existem, apenas para coordenar as atividades, não para serem criadores de regras, normas e regulamentos para que possíveis “membros” possam cumpri-los, e assim, permanecer no grupo.

Magnani (2000), afirma que na Nova Era, tem um modelo de um triângulo. Numa ponta tem-se o indivíduo, também conhecidos, segundo o antropólogo como (“eu inferior/superior”, *self, inner, psiritality, inner voice e outros*); em outro extremo, a *Totalidade* (o Absoluto, o Cosmo, a Natureza e outros). E de acordo com a cultura, sempre se busca e conexão entre o Indivíduo com a Totalidade, e segundo ele, existe o caráter societário do modo de vida do ser humano que está no intermédio destes dois extremos, tem-se a *Comunidade*, “depositária e guardiã de cada tradição particular e dos meios que possibilitam a seus membros, em cada contexto histórico, alcançar a sua natureza”. (MAGNANI, 2000, p.43). Este indivíduo, agora, pode procurar e ter um grupo ou comunidade que o proporcione aquilo que ele pense, acredite, que satisfaça suas expectativas, neste caso, espirituais (mente/corpo/espírito) e lhe proporcione bem-estar, paz interior, e ofereça-lhe uma visão voltada para o meio ambiente, para interioridade, e questões de humanidade. Este grupo que surge como um “braço forte” do Movimento Nova Era, apenas demonstra que, as pessoas afastam-se das relações institucionais e centralizam-se no autoconhecimento.

Gráfico 1: Imagem ilustração da relação inter-grupal do AmaPagão



A escolha do SmartArt²⁵ foi intencional, já que uma das propostas desta iniciação é entender a organização do grupo. Então se coloca isto no centro do debate, um ponto de referência, um ponto de partida que vai fazer o AmaPagão para entender um conjunto de relações que há dentro e fora dele. Este gráfico denomina-se *Ven Radial*, nome dado pelo *Word*, possui dois significados: primeiro, tem o objetivo de mostrar as relações de sobreposição; e o segundo, uma relação com uma ideia central em um ciclo. Aquele demonstra o seguinte: as áreas de intersecções entre o AmaPagão e os demais grupos, retrata os “pontos em comum”, os assuntos concordantes, convergentes e que dão um sentido de vínculo ideológico entre eles. O que os torna correlacionados? Seria o conceito de paganismo que é consenso dentro da comunidade pagã: Politeísmo, culto a natureza (divinização, sacralização dela) e o culto a ancestralidade, além disso, as relações de sobreposição são as ideias pagãs, cultura pagã, a “paganidade’ que conecta indivíduos e organizações em prol de uma formação de identidade coletiva”.

O estilo de vida que Magnani (2000)²⁶ retrata, pode dialogar com o *estilo de vi-*

²⁵ Serviço de gráficos disponibilizado pelo programa editor de texto, Word que faz parte do pacote Office da Microsoft.

²⁶ “O tipo de vínculo que une os frequentadores identificados com os ideais da Nova Era a seu grupo, espaço ou sistema filosófico é de outra ordem: está fundamentado na convergência das escolhas, as quais, por sua vez, remetem a semelhanças de gostos, preferências, universo cultural, inquietações, valores. Para resumir num só

da²⁷ mencionado por Giddens (2003), e segundo este, "a modernidade confronta o indivíduo com uma complexa variedade de escolhas e ao mesmo tempo oferece pouca ajuda sobre as opções que devem ser solucionadas", (GIDDENS, 2003, p.79), então este fenômeno acaba gerando algumas consequências como, o estilo de vida. "[...]nas condições de alta modernidade, não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo não temos escolha senão escolher". Logo, o ponto de intersecção que está no gráfico pode também ser interpretado como o estilo de vida, pois não há escolha, a não ser decidir escolher um. Ser pagão é escolher um estilo de vida a qual o indivíduo experimenta por meio das diversas vertentes a cultura pagã.

Os pagãos entrevistados mostraram suas convicções filosóficas e religiosas afirmando a sua identidade pagã, "abraçaram a ideia" e decidiram viver à moda pagã. No cotidiano, o modo de comer, vestir, adquirir capital cultural como livros, filmes, músicas; os lugares que frequentam são vivenciados de acordo com o seu novo estilo de vida pagão. Estas decisões de gostos e interesses é uma forma de reafirmar quem este indivíduo está se tornando e ao mesmo tempo diferenciá-los de outros estilos de vida que acabam se tornando "inadequados".

As sobreposições do gráfico são, o que Magnani (2000) fala da "convergência das escolhas", é "um estilo de vida comum", eis o motivo de muitas pessoas frequentarem, participarem, transitarem pelo grupo.

O segundo objetivo, demonstra a parceria que todos estes grupos estão oferecendo ao AmaPagão, para que ele se fortaleça, consolida-se como uma *identidade de resistência* (CASTELLS, 2001). Mas o que eles estão oferecendo? Primeiro, seria um apoio administrativo, segundo, compartilhando serviços, com, por exemplo, o site oráculos on line e terceiro, estruturando e unificando o movimento pagão, como por exemplo, o Encontro Social Pagão (ESP). Este vem construindo no Brasil, um importan-

termo: têm como base (e reforçam) um estilo de vida comum". (MAGNANI, 2000, p.50-51).

²⁷ "um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade" (GIDDENS, 2003, p.80-81).

te movimento de unidade, articulação e compartilhamento de saberes pagão.

6.3 RESULTADOS DA ENTREVISTA

Este grupo é formado por predominantemente por jovens entre 16 a 28 anos, com exceção dos coordenadores do grupo que tem entre 30 e 40 anos. É uma organização neopagã que divulga suas atividades principalmente pela internet e promove a sociabilidade entre seus membros nos seus encontros, rituais e atividades. As suas reuniões acontecem, predominantemente, em praças públicas como a Praça Veiga Cabral, Floriano Peixoto e principalmente atrás da Fortaleza de São José. Ocorreu reuniões e rituais em escolas públicas, Ginásio Paulo Conrado Bezerra, União dos Negros do Amapá (UMA), em residências e estabelecimentos particulares.

Com exceção de 1 membro entrevistado que está no terceiro ano do ensino médio, todos os demais estão no ensino superior, quer faculdades particular quer em na universidade federal ou estadual, um entrevistado já possui um mestrado. A classe média é predominante. Todos os entrevistados são solteiro. O grupo é formado, a maioria, por homens, a orientação sexual divide-se em heterossexuais, homo-afetivos e bissexual. A maioria é de cor branca e parda e que vive na casa de familiares e são estudantes.

Um dado interessante, a maioria conheceu o AmaPagão por meio da internet, alguns foram por meio de indicação de amigos, alguns tiveram o primeiro contato com o grupo pelo antigo blog que estava no ar ou pela fan page no facebook, anunciando um evento ou divulgando os encontros com fotos e vídeos.

Todas as entrevistas realizadas mostra a importância do AmaPagão como um lugar de promover a sociabilidade entre os neopagãos e ainda ter um representativa diante da sociedade. A maioria foi criado em berço cristão ou espírita e decidiram escolher a auto-iniciação do que entrar em uma tradição. Entre as pessoas entrevistadas, o período de tempo no universo pagão varia entre 3 a 14 anos. Segundo a fala de alguns entrevistados, D.M.L.S: “Eu conheci o grupo, através de um compartilhamento

do facebook lá do evento, uma amiga minha compartilhou e através deles eu tenho esse acesso e esse compartilhamento de informações”. De acordo com o entrevistado, “Fala da Floresta”: “não, não, eu nunca soube... eu fiquei sabendo quando recebi uma notificação de facebook de curso que ia ter e estava sendo organizado pelo AmaPagão”.

A maioria foi criado em berço cristão ou espírita e decidiram escolher a auto-iniciação do que entrar em uma tradição. Outro dado relevante, alguns entrevistados disseram que existiam membros da família que se encaixavam no conceito pagão, isto é, culto a natureza, e um conhecimento herdado da geração a geração (o saber tradicional no domínio de ervas, saber benzer, conhecer os “espíritos da floresta”). Entre os entrevistados, apenas dois fazem parte de uma tradição, um é wiccano, iniciado inclusive com a sacerdotisa do AmaPagão, Aislin, e outro, é Asatru. Os demais são pagãos que escolherem o caminho da autoiniciação, sobre tudo, cultuam deuses e deusas de diversos panteões e transitaram pelo *circuito-místico-esotérico*.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a identidade dentro do AmaPagão é presente, pois existe uma auto-afirmação, autodefinição (BAUMAN,2001) nas entrevistas, porém estas fronteiras ainda estão em processo de construções, devido o contexto líquido e certo. É bem parecido com a identidade mencionado por Hall (2001), o terceiro tipo, ela está em crise, não é permanente. Ser pagão dentro do grupo não é ter um papel, mas sim uma identidade (CASTELLS,1999), pois há um processo de autoconstrução e individuação que está sendo desenvolvida a medida que este indivíduo ler livros, assisti documentários, filmes e participa de reuniões, rituais e encontros dentro do AmaPagão.

O que existe é uma *identidade de resistência* (CASTELLS,1999), tentando criar uma cultura pagã diferente da cultura dominante, cristã. Quase todos os membros do AmaPagão cultuam panteões de diversas partes do mundo e transitam em diversas vertentes. E o principal motivo que leva estes indivíduos a reunirem-se na pós-

modernidade é justamente o que Maffesoli (1987) diz: caracterizam pela pulsão de estar junto, que se reúnem de acordo com suas afinidades e seus interesses, também chamado de “comunidade emocional”.

Toda identidade é uma ritualização. Os membros do AmaPagão que criaram o grupo tinha uma identidade pagã, participam de panteões "estrangeiros". O eu é construído a partir de identidades globais. Quando ele é criado em Macapá o eu entra em um conjunto de significados locais e é ressignificado. E agora começa a iniciar um processo de construção de identidade local, isto é, não é somente o culto aos "deuses estrangeiros", mas inicia uma preocupação também para o culto, melhor dizendo, por uma busca pelo culto e reconhecimento das entidades locais. Uma preocupação com a terra, com o folclore, com a terra local.

À medida que um indivíduo inicia seu processo de buscar por conhecimento pagão através de leitura de livros principalmente, inicia uma ritualização de identidades. É preciso reconhecer os símbolos, saber o nome de algumas pedras mágicas, dos "pós mágicos". Mas essa ritualização pode ocorrer de diversas formas. Uma delas é entrando em uma tradição ou coven onde a pessoa terá que obedecer todas as regras e procurar seguir precisamente. Ou ele pode ele pode conhecer vários panteões e através de leituras específicas, irá apreender termos, aprenderá fazer rituais e entrar em um "mar pagão" carregado de significados e simbologias. Logo, formando uma *bricolagem de crenças* (HERVIEU-LERGUER, 2008).

Dentro dos papéis de universitário, solteiro, filho, hetero ou não, eles assumir algo mais que um papel, é uma identidade pagã que traz um sentido muito significado, social, cultural, político para a sua vida. Estes indivíduos fazem parte de uma tradição não o impede de cultuar outros panteões ou transitar em outras religiosidades. De forma ou de outra esse indivíduo tem múltiplas identidades e ela está sempre em crise, em transformação e sempre delimitando fronteiras, pois o indivíduo diz que ser pagão não é ser cristão ou aderir qualquer religião monoteísta que destrói os princípios básicos do paganismo, o politeísmo, culto a natureza (sacralização, divinização

dela) e culto à ancestralidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de; MAFRA, Clara. *Religiões e Cidades*. Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.
- BAUMAN, Z. 2001.2005a. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro : J. Zahar.
- CAMPBELL, Colin. *A orientalização do ocidente: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio*. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 18, n.º 1, 1997.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade. A Era da informação: economia, sociedade e cultura*. V. II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CORDOVIL, Daniela e CASTRO, Dannyel Teles de. *Espiritualidades Holísticas na Metrópole da Amazônia: presença e expansão de Religiões da Nova Era em Belém, Pará*. *Estudos da Religião*, v. 28, n.2. 115-137. jul-dez.2014.
- CORDOVIL, Daniela e CASTRO, Dannyel Teles de. *Urbe, tribos e deuses: Neopaganismo e o espaço público em Belém*. *PLURA. Revista de Estudos da Religião*, vol.6, n.2, 2015, p.116-139. Dossiê “As religiões da Amazônia”
- D’ANDREA, Anthony Albert Fischer. *O self perfeito e a Nova Era. Individualismo e reflexividade em religiosidades pós-tradicionais*. Edição Lyola, 1996.
- FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre. Bookman, 2004 e Artmed, 2009.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1999.
- GUERREIRO, Silas e LOPES, Marina Silveira. *Druidismo à Brasileira. Um exemplo de ecoreligiosidade na sociedade atual*. *Caminhos*, Goiânia, v.8, n.2. p.11-24 jul/dez.2010.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.102p
- LANGER, Johnny; CAMPOS, Luciana de. *The wicker man: reflexões sobre a WICCA e o NEO-PAGANISMO*. Vol.4, ano IV, n.2., 2007.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 3a edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- MAFRA, Clara. *Número e Narrativas*. *Debates no Ner*, Porto Alegre, Ano 14, p. 13-25, Jul/Dez.2013.

- MAGNANI, José Guilherme Cantor. O Brasil da Nova Era. Rio de Janeiro: Jorge Zahar E., 2000.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. ETNOGRAFIA COMO PRÁTICA E EXPERIÊNCIA. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.
- MARIANO, Ricardo. Mudanças no Campo Religioso Brasileiro no Censo 2010. Debates do NER, PORTO ALEGRE, ano 14, n.24. p.119-137, Jul/Dez, 2013.
- OLIVEIRA, Rosalira dos Santos. Ouvindo uma Terra que fala: o renascimento do Paganismo e a Ecologia. Revista Nures, nº11 – Janeiro/Abril 2009.
- SIQUEIRA, Deis; LIMA, Ricardo Barbosa de; Sociologia das Adesões. Novas religiosidades e a busca místico-esotérica na capital do Brasil. - Rio de Janeiro: Garammond: Vieira, 2003.
- TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). Religiões em movimento: o Censo de 2010 - Petrólis, RJ: Vozes, 2013. Vários autores.

Ciências Humanas:
Resultados dos
Projetos de
Iniciação
Científica da
Universidade
Federal do Amapá
(2012-2016)



ISBN 978-856235965-1



9

788562

359651